

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

Paula de Oliveira Sant'Ana

**OS “MANUSCRITOS DE ANGELIS”:**  
UMA ANÁLISE SOBRE A ALIMENTAÇÃO NO TAPE (1615 -1641)

Santa Maria, RS  
2022

Paula de Oliveira Sant'Ana

**OS “MANUSCRITOS DE ANGELIS”:**  
UMA ANÁLISE SOBRE A ALIMENTAÇÃO NO TAPE (1615 -1641)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestra em História**.

Orientador: Prof. Dr. André Luís Ramos Soares

## FICHA CATALOGRÁFICA

Sant'Ana, Paula de Oliveira Os "Manuscritos de Angelis": uma análise sobre a alimentação no Tape (1615 - 1641) / Paula de Oliveira Sant'Ana.- 2022.  
113 p.; 30 cm

Orientador: André Luís Ramos Soares  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2022

1. História 2. História da Alimentação 3. Reduções Jesuítico-Guarani 4. Gastronomia 5. Sociologia I. Ramos Soares, André Luís II. Título.

Paula de Oliveira Sant'Ana

**OS “MANUSCRITOS DE ANGELIS”:**  
UMA ANÁLISE SOBRE A ALIMENTAÇÃO NO TAPE (1615 -1641)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestra em História**.

**Aprovado em 06 de outubro de 2022:**

---

**Prof. Dr. André Luís Ramos Soares (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Anselmo Alves Neetzow (FURG)**

---

**Ronaldo Bernadino Colvero (UNIPAMPA/SB)**

Santa Maria, RS  
2022

Dedico esta pesquisa a Deus, a Maria (*in Memoriam*), a Kevin (*in Memoriam*) e a Ary  
(*in Memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo acalanto para alma e por me permitir superar as adversidades que enfrentei durante a construção dessa pesquisa e, mais ainda, durante a pandemia.

Agradeço a Deus, à ciência e aos médicos, devidamente capacitados, por permitirem o restabelecimento da saúde de meu pai Paulo e de todos os meus familiares que ficaram debilitados e/ou internados em decorrência do Sars-Cov-2. Assim, permitindo-me compartilhar com eles esse momento especial da minha vida.

Agradeço à minha mãe Almerinda e ao meu pai Paulo por me proporcionarem as condições necessárias para que eu pudesse estudar e ocupar espaços de ensino em diferentes momentos da minha trajetória.

Agradeço ao meu irmão Yuri pela parceria de vida e por ter dividido comigo o apartamento para a continuidade dos meus estudos dentro do PPGH, em Santa Maria.

Agradeço ao meu namorado Joni pela paciência e zelo, durante todo o período de realização deste estudo.

Agradeço aos meus familiares e amigos pelo apoio, em especial durante o ápice da pandemia, quando perdi os meus parentes para a Covid-19, pelo carinho que tiveram em me dar coragem para permanecer na caminhada de vida e estudos. Desse modo, agradeço em especial a minha tia Ângela e ao meu tio Ary, que não está mais aqui para ver essa conquista, mas esteve me apoiando sempre que possível.

Agradeço ao meu orientador, professor André Soares, pela disponibilidade e compreensão durante a elaboração do estudo em tempos adversos.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria, pelos aprendizados e, sobretudo, pela humanidade e empatia com que conduziram, e conduzem, o PPGH. Também agradeço o amparo diante das minhas adversidades em prosseguir com meus estudos e com a finalização da pesquisa.

Agradeço aos meus amigos pela forma carinhosa com que me apoiaram até aqui. Eme-line e Nicole agradeço por vocês terem sobrevivido à Covid-19 e estarem comigo, incondicionalmente, em todas as etapas desse mestrado. Agradeço a Letícia pela amizade de uma vida e pelo apoio; a Débora e ao Tiago por estarem comigo em diferentes momentos, me dando o incentivo necessário para me manter firme na caminhada.

Agradeço a Lu, pelo suporte em Porto Alegre para minha adaptação na cidade e finalização dos meus estudos. Além disso, agradeço a Andrieli, a Aline e a Débora, amigas que o Exército me deu, pelas palavras de apoio, incentivo e amizade nessa reta final de mestrado.

Agradeço mais uma vez a Deus por minha saúde plena, por superar as dificuldades impostas a mim pela Covid-19, e por ter concedido saúde aos meus pais para eles estarem vivenciando a finalização desse ciclo junto a mim.

*“Recria tua vida, sempre, sempre.  
Remove pedras e planta roseiras e faz  
doces. Recomeça.”*

Cora Carolina



## RESUMO

### OS “MANUSCRITOS DE ANGELIS”: UMA ANÁLISE SOBRE A ALIMENTAÇÃO NO TAPE (1615 -1641)

AUTORA: Paula de Oliveira Sant’Ana  
ORIENTADOR: Prof. Dr. André Luís Ramos Soares

Esta dissertação buscou integrar os elementos que compunham a dinâmica dos hábitos alimentares nos “Manuscritos da Coleção de Angelis”, no Tape. No primeiro capítulo é realizada uma construção teórica acerca da história da alimentação, que propicia um olhar ao desenvolvimento dos hábitos alimentares e como eles estão presentes em cada contexto histórico, especialmente na cozinha brasileira, que se apropria de diversos alimentos que são citados nos manuscritos. Neste capítulo, são apresentados os Manuscritos da Coleção de Angelis, assim como Pedro de Angelis e Jaime Zuzarte Cortesão. O segundo capítulo apresenta o contexto das missões jesuíticas, especialmente da Companhia de Jesus, que foi fundada por Ignácio Loyola, assim como o processo reducional, aspectos da região, e os alimentos presentes no Tape. Por fim, o terceiro capítulo realiza uma análise de acordo com os enfoques biológico, cultural, econômico, filosófico e social do papel dos alimentos nas reduções. Por meio dessa análise entende-se que os alimentos perpassam o aspecto isoladamente físico e assume um papel central na história das reduções no Tape, tornando-se condutor de sentidos, status e mentalidades nas reduções.

**Palavras-chave:** Reduções jesuíticas. Tape. Hábitos alimentares. Manuscritos da Coleção de Angelis.

## **ABSTRACT**

### **THE “ANGELIS MANUSCRIPTS”: AN ANALYSIS OF FOOD ON THE TAPE (1615 -1641)**

**AUTHOR:** Paula de Oliveira Sant’Ana  
**ADVISOR:** Prof. Dr. André Luís Ramos Soares

This dissertation sought to integrate the elements that comprised the dynamics of eating habits in the "Manuscripts of the Angelis Collection", in Tape. The first chapter is a theoretical construction about the history of food, which provides a look at the development of eating habits and how they are present in each historical context, especially in Brazilian cuisine, which appropriates various foods that are mentioned in the manuscripts. This chapter presents the Manuscripts of the de Angelis Collection, as well as Pedro de Angelis and Jaime Zuzarte Cortesão. The second chapter presents the context of the Jesuit missions, especially the Society of Jesus, which was founded by Ignácio Loyola, as well as the reduction process, aspects of the region, and the foods present in Tape. Finally, the third chapter analyzes biological, cultural, economic, philosophical, and social approaches to the role of food in the reductions. Through this analysis it is understood that food goes beyond the merely physical aspect and assumes a central role in the history of the reductions in Tape, becoming a conductor of meanings, status, and mentalities in the reductions.

**Keywords:** Jesuit reductions. tape. Eating habits. Manuscripts from the Angelis Collection.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>OS CAMINHOS DO TAPE POR MEIO DOS ESTUDOS ALIMENTARES E OS "MANUSCRITOS DE ANGELIS" .....</b>	<b>17</b>
1.1 HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO .....	17
1.2 ESTUDOS ALIMENTARES E ALIMENTOS COMO NORTEADORES DE PESQUISA .....	20
1.3 QUESTÕES ALIMENTARES .....	23
1.4 O BRASIL E SUAS COZINHAS .....	25
1.5 “MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS”: O CAMINHO DAS FONTES	29
1.5.1 <i>PEDRO DE ANGELIS: O ERUDITO, HISTORIADOR E COLEZIONADOR</i>	35
1.5.2 <i>JAIME CORTESÃO: HISTORIADOR E DIPLOMATA</i> .....	43
<b>AS REDUÇÕES JESUITICO-GUARANI: FORMAÇÃO E AS QUESTÕES ALIMENTARES, NO TAPE.....</b>	<b>53</b>
2.1 MISSÕES: LOCAL DE ENTENDIMENTO E ESPAÇO DE ESTUDO .....	53
2.2 LOYOLA: O FUNDADOR DA COMPANHIA DE JESUS E A PROPAGAÇÃO DA FÉ CATÓLICA NA AMÉRICA ESPANHOLA .....	54
2.3 A COMPANHIA DE JESUS E O PROCESSO REDUCIONAL.....	62
2.3.1 <i>A REGIÃO DA PROVÍNCIA DO TAPE</i> .....	66
2.4 “OS ALIMENTOS” NAS MISSÕES JESUITICO-GUARANI .....	71
<b>UMA ANÁLISE SOBRE COMO A ALIMENTAÇÃO ESTÁ INSERIDA NO TAPE... 81</b>	<b>81</b>
3.1 ANÁLISE DO DOCUMENTO PELO ENFOQUE BIOLÓGICO .....	84
3.2 ANÁLISE DO DOCUMENTO PELO ENFOQUE CULTURAL .....	89
3.3 ANÁLISE DO DOCUMENTO PELO ENFOQUE ECONÔMICO .....	91
3.4 ANÁLISE DO DOCUMENTO PELO ENFOQUE FILOSÓFICO .....	93
3.5 ANÁLISE DO DOCUMENTO PELO ENFOQUE SOCIAL .....	100
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>107</b>

## INTRODUÇÃO

A área de História da Alimentação é múltipla e diversa dentro da História. Sob essa perspectiva a presente pesquisa surge como uma forma de estudar e analisar os hábitos alimentares presentes nas Missões Jesuítico-Guarani, no Tape, durante o período de 1615-1641. Para isso, inicialmente se faz necessário compreender que caminhos levaram ao estudo que estamos construindo.

As questões acerca da alimentação humana têm sido estudadas ao longo dos anos. As nuances que são pertinentes a essa temática estão constantemente sendo analisadas pelas Ciências Humanas e Sociais. Por isso, compreender a dimensão dos significados dados aos alimentos e/ou perceber a história acontecer, de modo que esse mecanismo seja o vetor da narração dos fatos, é uma ferramenta importante para a construção de pesquisas. A partir dessa perspectiva, entendo pesquisar acerca da alimentação dentro das Missões Jesuítico-Guarani, no Tape, como algo relevante. Essa construção de pensamento é oriunda da minha trajetória acadêmica. Ao cursar Gastronomia (2016-2018), pude me deparar com diferentes indagações acerca da alimentação, tanto dentro dos aspectos nacionais quanto dos aspectos internacionais. Sob esse viés, é interessante pontuar que cursei Ciências Sociais – Ciência Política (2009-2013), pois é a partir do olhar das Ciências Sociais, em um encontro com a disciplina de História de Alimentação, dentro da faculdade de Gastronomia, que começo a dimensionar os significados e os espaços que os alimentos ocupam dentro das dinâmicas e práticas humanas.

Outro elemento para a constituição do tema e problemática do presente estudo, os assuntos das Missões Jesuítico-Guarani são amplamente debatidos no município no qual cursei as minhas graduações, São Borja, no Rio Grande do Sul; o qual corresponde a uma localidade oriunda das Missões<sup>1</sup>. Também participei, como bolsista, da organização do 2º Festival Internacional de Gastronomia Missioneira, cujo contato foi o mais efetivo em relação ao tema Missões que tive durante a graduação de Gastronomia, diante disso passei a observar as questões missioneiras. A partir dessas premissas, comecei a perceber uma oportunidade de pesquisa acerca da alimentação nas Reduções Jesuítico-Guarani. Então, após realizar algumas

---

<sup>1</sup> “O povoado foi fundado em 1682 quando do retorno jesuítico às Missões Orientais, sendo o mais antigo dos chamados Sete Povos das Missões.” Tendo ainda “alteração toponímica distrital [de] São Francisco de São Borja para São Borja, alterado pela lei provincial nº 1614, de 12-12-1887”. (Ver mais em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/saoborja.pdf>).

buscas, foi possível notar que estudos tendo a alimentação nas Missões Jesuítico-Guarani como enfoque, são escassos<sup>2</sup>.

Dentro do curso Gastronomia, existe ainda as disciplinas “Gastronomia Internacional I e II”, “Gastronomia Brasileira” e, revisitando os temas dessa disciplina, em conjunto a que citei anteriormente, “História da Alimentação”. A partir delas foi possível perceber o impacto das “grandes navegações” no que diz respeito à alimentação. As guerras geradas diante dos conflitos de terras para o “caminho das Índias”, para obtenção de especiarias, bem como tapeçaria e preciosidades da época, também podem ser consideradas um grande propulsor de busca para novas rotas para a aquisição desses insumos<sup>3</sup>. Esse trânsito marítimo “significou ao mundo moderno os primeiros passos da globalização do planeta e o início de um intenso intercâmbio cultural e gastronômico envolvendo África, Ásia, Europa e América.” (FREIXA, CHAVES, 2012, p. 87). As implicações culturais em relação à culinária, causadas pelas “grandes navegações”, resumem-se, principalmente, pela procura incessante de novas plantas terrestres, conhecidas por suas propriedades medicinais, os seus interesses agrícolas, seu caráter ornamental ou exótico<sup>4</sup>. Diante desses elementos, passei a observar com mais atenção as questões referentes a Espanha e Portugal, tendo em vista que são conhecidos por suas atividades marítimas e colonização em diferentes espaços, mas, principalmente, no que se refere a Região do Prata.

Ao me deparar com autores como Sidney W. Mintz (2001) e Carlos Roberto Antunes dos Santos (2005) que trazem o debate acerca de “o que comemos”, “quando comemos” e “com quem comemos?”. Comecei a perceber o potencial de análises acerca da alimentação. Ingressar nos estudos propriamente de História, quando De Certeau; Giard e Mayol (1996)

---

<sup>2</sup> Por exemplo, ao realizar uma busca sobre o tema com as palavras “Alimentação nas Missões”, “Missões”, Hábitos alimentares”, no Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES), os resultados são raros, pois, usualmente encontram-se análises voltadas ao sistema organizacional, as imagens dos atores dentro das reduções, as questões religiosas, o encontro das culturas, a manutenção dos sítios arqueológicos, as questões de territórios e fronteiras, entre outros temas dessa natureza.

<sup>3</sup> O avanço das técnicas navais permite uma expansão e “desbravar” os mares e oceanos torna-se parte característica de Portugal e Espanha. Em busca de disseminar a palavra de Deus e adquirir especiarias. (FREIXA; CHAVES, 2012).

<sup>4</sup> Referente aos insumos que passam a ser “disseminados” com as Grande Navegações e se tornam elementos importantes a Gastronomia, temos inhame, quiabo, café, dendezeiro, jiló, pimenta-malagueta, galinha d’angola, tendo como local de origem a região da África; cebola, alho, farinha de trigo, cevada, centeio, fava, salsa, cebolinha, alcachofra, uva, vinho, figo, hortelã, manjeriço, azeitona, azeite de oliva, vaca, porco, ganso, pato, carneiro, cabra, laticínios, oriundos dos espaços do Mediterrâneo; batata, batata-doce, pimentão, milho, mandioca, abóbora, tabaco, cacau (chocolate), tomate, caju, mamão, abacaxi, goiaba, amendoim, abacate, peru, baunilha, pimenta *capsicum*, diversos tipos de feijão, quinoa, amaranto, pimentão, sendo insumos da América e; arroz, pepino, espinafre, berinjela, chá, laranja, banana, tangerina, lima marmelo, coco, jaca, carambola, cravo da Índia, coentro, manjeriço, canela, pimenta-do-reino, cana-de-açúcar, de origem da Ásia. Esses insumos são exemplos dos intercâmbios entre diferentes regiões e que são ampliados com o trânsito marítimo. (FREIXA; CHAVES, 2012).

questionam se entendemos o motivo pelo qual estamos replicando certos hábitos, permite abertura de mais reflexões, que se colocam ao encontro do que estava construindo como pesquisa, no âmbito dos hábitos alimentares nas Reduções Jesuítico-Guarani.

E são a partir dessas indagações que residem algumas inquietações que motivaram a essa proposta de entender a dinâmica dos hábitos alimentares no Tape, a partir dos “Manuscritos da Coleção de Angelis”. Uma vez que oportunizam um olhar acerca as dinâmicas de construção social e permitem um conhecimento acerca da relação dos alimentos, dos hábitos que os cercavam, diante de indígenas e jesuítas, além de perceber as trocas a partir desse encontro.

Para um entendimento breve, promoveram-se “Missões”, em diversas partes do mundo, que de alguma forma influenciaram onde estiveram<sup>5</sup>. Esse movimento surge em um momento em que a Igreja Católica enfrentava uma grande perda de fiéis<sup>6</sup>. No que se refere a Companhia de Jesus<sup>7</sup>, apresenta-se como uma das Ordens Religiosas presentes no período de colonização tanto nos espaços da Coroa Espanhola, quanto nos da Coroa Portuguesa, na América do Sul. Desta forma, os Jesuítas são atores importantes, por isso, serão trabalhados ao longo da pesquisa de forma mais aprofundada.

Neste ínterim, busca-se construir, através das fontes disponíveis, uma análise acerca do sistema alimentar das Missões Jesuítico-Guarani, no Tape. Para tanto o primeiro capítulo da presente pesquisa encontra-se dividido em dois momentos: o primeiro traz as questões voltadas aos assuntos alimentares, historiografia da alimentação e entendimento do alimento/hábitos alimentares como objetos de pesquisa na História. Ele encontra-se dividido em quatro subtítulos: “História da Alimentação”; “Estudos alimentares e alimentos como norteadores de pesquisa”; “Questões Alimentares” e “O Brasil e suas cozinhas”. Para a estruturação desse momento utiliza-se autores como Jean Brillat- Savarin (1825), Rafaela Basso (2015), Ulpiano

---

<sup>5</sup>“A partir da segunda metade do século XVI (1559), com os objetivos de evangelização dos índios, da manutenção da fé dos colonos e a integração do índio ao sistema colonial espanhol foram implantadas no Continente Americano as Missões: como a da Califórnia na América do Norte; do Orinoco na América Central; de Mainas, de Mojos, de Chiquitos. De Juli e de Guairá (que se expandiu para Tape e Itatim), na América do Sul.”. (NOGUEIRA, 2007, p. 24).

<sup>6</sup>Diante das crises que esse sistema religioso enfrentava com a Reforma Protestante, a Igreja cria a partir do século XVI, mecanismos para não perder força e diante disso funda o Concílio de Trento (1545-1563), que “consistiu em atender às necessidades religiosas de seu tempo”. (MONTEIRO, 2007, p.36)

<sup>7</sup>“Em vinte de setembro de 1540, os peregrinos mendicantes seriam recebidos em audiência por Paulo III e veriam aprovadas (também pelo conselho de cardeais), na bula *Regimini Militantes Ecclesiae*, a instituição e a primeira constituição da Companhia de Jesus. Instituída oficialmente a Ordem de Jesus, em 1541, Inácio de Loyola seria eleito o primeiro geral da Companhia, iniciando em 1547 a composição de sua Constituição, finalizada em 1552. Mas, no ano de 1556, ano da morte de Inácio de Loyola, este fez revisões e alterações nas regras da Ordem.” (HERNANDES, 2010, p. 228).

Meneses e Henrique Carneiro (1997), Carlos R. Santos (2005), Massimo Montanari (2013), Luís Câmara Cascudo (2011), Maria Eunice Maciel (2005), entre outros.

No segundo momento do Capítulo I, apresentam-se as questões que dizem respeito aos “Manuscritos da Coleção de Angelis”. Para isso, encontra-se intitulado “Manuscritos da Coleção de Angelis’: o caminho das fontes”. Esse nome deve-se ao fato de que apresenta os tópicos de leitura acerca dos materiais, por meio de Jean Baptista (2007, 2012) e Carla Berto (2011). Na sequência, trago os livros da “Coleção de Angelis” organizada por Cortesão, publicados entre 1951 e 1970. Após esse momento apresentam-se os subtítulos: “Pedro de Angelis: o erudito, historiador e colecionador” e “Jaime Cortesão: historiador e diplomata”. O primeiro subtítulo traz conteúdo voltado a Pedro de Angelis e a formação da sua coletânea sobre a Região do Prata e vendida ao Império do Brasil, para tanto são utilizados autores como Deise C. Schell (2014; 2018) e Jaime Cortesão (1951). Em relação ao que se refere a Jaime Cortesão, apresentam-se pontos do historiador português no Brasil, algumas de suas produções; os autores presentes nesse momento são David W. A. Ribeiro (2015), Renato Peixoto (2016), Eduardo Peruzzo (2018), entre outros.

No segundo capítulo é apresentada a constituição do pensamento e desenvolvimento da Companhia de Jesus, principalmente no que diz respeito a sua atuação em relação as Missões, as quais foram incumbidas na América, e de que forma a doutrina da Igreja Católica e a Coroa Espanhola se utilizam dessa entidade. Além disso, apresenta de que forma o pensamento trazido pelos missionários jesuítas impacta diretamente nos processos de organização das Reduções de indígenas Guarani e jesuítas.

Ademais, oferece a percepção dos Guaranis acerca do ambiente, que difere dos evangelizadores jesuítas, pois eles eram guiados por elementos que se estabeleciam devido a sua cultura, que envolvia questões sociais ou ambientais. Atrelado a essa visão as práticas alimentares são questões que influenciavam a permanência ou abandono de determinada região, pois se a região propiciava a alimentação, também proporcionava a subsistência necessária para as reduções. Com relação aos jesuítas, eles utilizavam-se dos seus conhecimentos previamente adquiridos para gerenciar as Reduções de forma a propagar a palavra de Deus, gerenciar o desenvolvimento das reduções e a prospecção de alimentos, que se torna um dos principais elementos presentes no segundo capítulo, especialmente quando eram discutidas questões relevantes a fixação ou migração de uma Redução.

No terceiro capítulo o conjunto de documentos disponibilizados pelo acervo “Manuscritos da Coleção de Angelis” é analisado de acordo com as proposições de Meneses e Carneiro (1997), que analisam a forma com que a alimentação compõe determinados contextos

históricos, sendo utilizados neste estudo cinco norteadores: o enfoque biológico, enfoque cultural, enfoque econômico, enfoque filosófico e enfoque social. Cada um dos enfoques é constituído por elementos e signos específicos atrelados a alimentação no Tape.



## OS CAMINHOS DO TAPE POR MEIO DOS ESTUDOS ALIMENTARES E OS "MANUSCRITOS DE ANGELIS"

Os hábitos alimentares e questões que envolvem os alimentos têm sido estudados pelas diferentes áreas das Ciências Sociais e Humanas. Diante disso, este capítulo traz abordagens sobre as questões de estudos de alimentação, perpassando por estudiosos que fizeram da História da Alimentação seu objeto de estudo. O capítulo encontra-se dividido em dois grandes itens, sendo um relacionado diretamente ao tema História da Alimentação, e o outro pertinente aos “Manuscritos da Coleção de Angelis”.

Nesse sentido, importante pontuar que no presente capítulo se busca apresentar a temática da História da Alimentação como parte da história, por meio de uma historiografia da alimentação e o desenvolvimento do entendimento da alimentação de um ato biológico para um ato social, político, cultural. Apresentando ainda questões de memória e patrimônio, possibilitando a compreensão de estudos sob o viés do alimento. O capítulo busca apresentar questões centradas na gastronomia do Brasil e, principalmente, questões das cozinhas indígenas.

No segundo momento deste capítulo, busca-se apresentar as questões voltadas a fontes, “Manuscritos da Coleção de Angelis”, organizada pelo historiador Jaime Cortesão com acervo da Biblioteca Nacional. Com esse intuito, esse momento traz a apresentação dos livros da Coleção, uma breve história do “colecionador” Pedro de Angelis e, por fim apresenta questões voltadas à Jaime Cortesão, por ser o organizador responsável no Brasil, incumbido da missão de organizar esse espólio para uma democratização desse acervo da Biblioteca.

### 1.1 HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO

Analisar História por meio da alimentação, e os preceitos sociais decorrentes dessa prática, é algo importante dentro da dinâmica de historiografia mundial. As leituras bibliográficas que iniciam esse tema com maior ênfase são “A Fisiologia do Gosto”, de Jean Brillat-Savarin (1825), na qual o autor aborda o homem e a comida. Essa obra é uma das clássicas e precursora em tratar da gastronomia para além das receitas, entendendo a alimentação como um conjunto que envolve o gosto, os ritos e as convenções sociais. Ainda, temos o trabalho de Adam Maurizio, chamado “História da alimentação vegetal da pré-história aos nossos dias” (1932), onde o autor buscou determinar uma relação entre a história dos vegetais e a história das civilizações (SANTOS, 2005).

A Escola dos Annales inaugurou e agregou objetos, teorias e metodologias aos estudos históricos. Conforme Rafaela Basso (2015), foi o primeiro movimento a prestar atenção ao alimento como conteúdo social. Depois, no que diz respeito a História da Alimentação, ela recebeu um olhar sob uma ótica de desenvolvimento econômico, dos movimentos envoltos aos mecanismos dos alimentos por esse viés. Foi a partir da terceira geração dos historiadores dos Annales que surge um interesse de uma análise voltada as questões culturais no que diz respeito aos alimentos.

[O] interesse pela história cultural foi ganhando cada vez mais espaço, sobretudo depois da virada cultural ocorrida após a década de 1980. Mais atentos às práticas sociais, os historiadores dessa geração terão, juntamente com o estruturalismo e a semiótica, uma maior aproximação com os estudos da antropologia. Não que esse diálogo não existisse antes. A diferença é que a partir de então ele se consolidará, possibilitando o trabalho com as práticas culturais. Os estudos sobre a alimentação também acompanharam essa tendência e a comida, bem como os costumes à mesa e a culinária propriamente dita, passam a ser entendidos a partir de seus aspectos simbólicos. (BASSO, 2015, p. 4-5).

Desta forma, situar-se diante da construção do alimento enquanto vetor cultural torna-se importante, pois possibilita o entendimento acerca da posição que ele passa a ocupar como categoria diante da historiografia. Essa percepção permite, também, a construção do alimento enquanto categoria cultural.

E, sob essa perspectiva, conforme Santos (2005, p. 13), "foi com F. Braudel, herdeiro de Febvre e Bloch, por meio dos conceitos de cultura material, que a História da Alimentação ganhou fisionomia definitiva no campo da pesquisa histórica". Nesse sentido de relevância do alimento e toda implicação acerca disso, como bem aponta o autor:

O alimento constitui uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares têm referências na própria dinâmica social. Os alimentos não são somente alimentos. Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois constitui atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro. A historicidade da sensibilidade gastronômica explica e é explicada pelas manifestações culturais e sociais como espelho de uma época e que marcaram uma época. Neste sentido, o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come. Enfim, este é o lugar da alimentação na História. (SANTOS, 2013, p. 12).

Por isso, entender a alimentação como sendo um dos pilares bases para a formação de sociedades distintas ao redor do mundo, possibilita um viés importante ao analisarmos a história. Perceber o alimento como elemento social, cultural e histórico, viabiliza a compreensão das diferentes sociedades, a origem e o consumo de diferentes insumos.

Em Ulpiano Meneses e Henrique Carneiro (1997), no texto intitulado “A história da alimentação: balizas historiográficas”<sup>8</sup>, os autores constroem um caminho de análise acerca da produção e estudos dentro do contexto História da Alimentação, em diferentes áreas, países e abordagens. Ressaltando que o objetivo desse estudo é reforçar a importância de se estudar/analisar por meio desse olhar, sem que isso necessariamente crie uma área, apenas uma forma de evidenciar o potencial de construção de conhecimento, a partir dessa perspectiva, em relação as pesquisas sobre a sociedade. E, uma contribuição importante dessa dissertação é que ela apresenta cinco norteadores de problemas acerca da construção de informações/conteúdo sobre a história da alimentação, sendo eles: o enfoque biológico que, segundo os autores, é o mais voltado a parte nutricional; o enfoque econômico que traz uma abordagem voltada ao estudo dos alimentos com maior interesse econômico; o enfoque social é tido como sendo inerente a todas as análises voltadas aos estudos acerca dos alimentos; o enfoque cultural coloca a sua atenção na forma de preparação e consumo dos alimentos, todavia compreendendo essas atividades como espaços de “articulação de sentidos, valores e mentalidade”; por fim os autores trazem o enfoque filosófico que está constituído em dois momentos, um que aborda o “prazer de comer” e o outro poderia ser chamado de “ética alimentar” (MENESES; CARNEIRO, 1997).

Se faz relevante compreender diferentes formas de olhar para o alimento, pois isso também compactua no modo que se construiu uma abordagem acerca do material disponível; além de entender que estudos dentro da História da Alimentação são interdisciplinares. Ainda que o objetivo dessa pesquisa verse sobre o olhar histórico da alimentação das Missões Jesuítico-Guarani, desde o princípio entende-se a dinâmica multifacetada de abordar esse tema.

Um autor que enfatiza a ideia de comida/alimento como linguagem é Massimo Montanari (2013), em sua obra “Comida como cultura”. O autor constrói uma argumentação através da análise de alguns acontecimentos na Itália, no continente europeu, e as alterações ocorridas a partir das evoluções de práticas alimentares em diferentes períodos históricos, utilizando a narrativa das práticas alimentares como fio condutor das discussões acerca da comida, dos hábitos alimentares e os comportamentos sociais diante disso. Esse estudo possibilita e reafirma a ideia das múltiplas formas de observar a História da Alimentação, além de reforçar, nesse momento, o sistema alimentar como elemento que transporta cultura.

---

<sup>8</sup> MENESES, U. T. B. de; CARNEIRO, H. A história da alimentação: balizas historiográficas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 5, p. 9-91, dez. 1997.

## 1.2 ESTUDOS ALIMENTARES E ALIMENTOS COMO NORTEADORES DE PESQUISA

A alimentação e/ou alimento como pano de fundo de construção historiográfica, social e cultural, pode ser encontrada, como afirmam Meneses e Carneiro (1997), através das obras de Salaman (1949), que buscou “construir a história e a influência social da batata”; em Sidney W. Mintz (1986/1996), que usa o “açúcar” como base para estudar dois séculos de capitalismo. Assim como

Gilberto Freyre, podemos destacar o Açúcar, de 1939, a qual oferece grande contribuição para o entendimento da identidade nacional a partir da civilização do açúcar no Brasil – a sacarocracia –, cujo tema passa pela História, Sociologia, Antropologia e pela Economia, marcando decisivamente as práticas e hábitos alimentares no Brasil. O saber culinário em formas de receitas, transmitido de mãe para filha, muitas vezes encerrando segredos culinários, constitui para Freyre uma espécie de “maçonaria das mulheres”. (SANTOS, 2005, p. 18).

Esses exemplos, evidenciam a importância de estudarmos a história por meio dos alimentos, e de suas potenciais significâncias, ou seja, como um determinado alimento pode revelar sobre uma sociedade. Como pode ser feito ao explorar esse conteúdo diante das Reduções Jesuítico-Guarani, tendo em vista a possibilidade de colaborar com um viés diferenciado de estudo acerca desse sistema reducional e de seus atores. Nesse sentido, refletindo sobre as dinâmicas assumidas por meio de análises que conseguem transmitir informações e conteúdo baseado em estudo de sistemas alimentares.

Diante dessa perspectiva, o encontro entre pesquisadores das áreas de história, antropologia e, até mesmo, sociologia, permite uma construção de saberes e dispositivos interpretativos para um melhor entendimento acerca do que engloba as questões ligadas ao alimento e ao homem. E, a partir disso, uma compreensão das questões atreladas à comida como um elemento, além de nutricional, cultural. Assim,

Cada hábito alimentar compõe um minúsculo cruzamento de histórias. No invisível cotidiano, sob o sistema silencioso e repetitivo das tarefas cotidianas feita como que por hábito, o espírito alheio, numa série de operações executadas maquinalmente cujo encadeamento segue um esboço tradicional dissimulado sob a máscara da evidência primeira, empilha-se de fato uma montagem sutil de gestos, de ritos e de códigos, de ritmos e de opções, de hábitos herdados e de costumes repetidos. No espaço solitário da vida doméstica, longe do ruído, do século, faz-se assim porque sempre se faz assim, quase sempre a mesma coisa, cochicha a voz das cozinheiras; mas basta viajar, ir a outro lugar para constatar que acolá, com a mesma certeza tranquila da evidência se faz de outro modo sem buscar muitas explicações, sem se preocupar com significado profundo das diferenças ou das preferências, sem pôr em questão a coerência de compatibilidades (do doce e do salgado, do adocicado e do acre, etc.) uma classificação dos elementos em não comestível, repugnante, comível, deleitável e delicioso. (DE CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1997, p. 234-235).

Entende-se, através desses autores, que pouco se questiona sobre os mecanismos do que fazemos e porque fazemos, no que diz respeito aos hábitos tidos como intrínsecos ao cotidiano, pode-se ter uma atenção ao determinado alimento num local e esse alimento não ser consumido da mesma maneira em outro, e esse fato não necessariamente gere uma interrogação do motivo de ser assim.

Assim como os estudos mencionados, também são necessárias formas de leituras e dinâmicas de compreensão acerca dos acontecimentos. Nessa perspectiva, os pensamentos defendidos pelo antropólogo norte-americano Sidney Mintz são relevantes, pois corroboram com a importância sobre o que cerceia os comportamentos diante da comida. Como o próprio Mintz (2012, p. 387) afirma “os seres humanos parecem ser a única espécie viva que não possui embutida no seu interior uma ideia do que comer”. Ainda nesse momento, o autor coloca que reconhecida essa ignorância, é possível perceber que diversos grupos humanos “têm” diferentes alimentos e possuem apego a esses alimentos. Leva-se em consideração, ainda, o que se tem disponível em cada localidade. Existe uma seleção e, ainda nas palavras dele, “compreender como ocorre essa seleção, como as pessoas verbalizam, racionalizam e intelectualizam os seus comportamentos alimentares, é uma parte importante do que os estudos sobre comida fazem” e “comida, em outras palavras, é uma ferramenta para nós, porque é um produto cultural, que usamos para nos distinguir de outros. Nós comemos isso, eles não. Ou eles comem isso, nós não” (MINTZ, 2012). Ou seja, é importante dimensionar os aspectos envolvidos nas dinâmicas alimentares dos grupos sociais, porque eles revelam diferentes compreensões da maneira com que estes se relacionam com um alimento, além da possibilidade de percepção de diferenciação e/ou identificação de grupos sociais. Nesse sentido, em seu artigo “Comida e antropologia: uma breve revisão” o autor revela que

Difícilmente outro comportamento atrai tão rapidamente a atenção de um estranho como a maneira que se come: o quê, onde, como e com que frequência comemos, e como nos sentimos em relação à comida. O comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido de nós mesmos e à nossa identidade social, e isso parece valer para todos os seres humanos. Reagimos aos hábitos alimentares de outras pessoas, quem quer que sejam elas, da mesma forma que elas reagem aos nossos. Não é de surpreender, portanto, que o comportamento comparado relativo à comida tenha sempre nos interessado e documentado a grande diversidade social. (MINTZ, 2001, p. 31).

Além de enfatizar a importância da percepção acerca do sistema alimentar, ainda reforça o que se defende para a construção dessa pesquisa acerca dos hábitos alimentares dentro do espectro das Missões Jesuítico-Guarani no Tape. Pois, como dito, entender como se come e com que se come é uma perspectiva para analisar os contextos de trocas de experiências e/ou sistema de controle/resistência entre indígenas e jesuítas.

Estudos voltados à área da alimentação no Brasil, ganharam destaque também através da obra “História da Alimentação no Brasil”, de Luís da Câmara Cascudo, publicado em 1967<sup>9</sup>. De forma que o autor aborda questões voltadas às práticas alimentares e como a interação entre diferentes agentes contribui para a construção de uma gastronomia brasileira. Dessa forma, como afirma Gonçalves (2004, p. 42-43):

O tópico "alimentação" se faz amplamente presente nos escritos etnográficos de Cascudo. Comida e bebida aparecem em muitos de seus estudos sobre narrativas, provérbios, festas populares, religiões etc. Mas ele também escreveu trabalhos específicos sobre o tema. Um deles é a História da alimentação no Brasil obra em dois volumes publicada pela primeira vez em 1967 (Cascudo, 1983 [1963]). Em 1968, publicou um livro breve, porém útil, sobre a história e os significados da cachaça, Prelúdio à cachaça (Cascudo, 1986 [1968]). Em 1977, publicou Antologia da alimentação no Brasil, em que reuniu um conjunto de textos literários, documentos históricos, artigos de jornais antigos e textos de estudiosos do folclore sobre comidas e bebidas. Ao longo de sua carreira, publicou numerosos artigos sobre as diversas formas de classificação, preparo e consumo de comidas e bebidas no Brasil.

E, ainda conforme o autor, Cascudo utiliza em sua escrita categorias como ‘nutrição’ e ‘alimentação’, ‘comida’ e ‘refeição’, ‘fome’ e ‘paladar’, ‘cru’ e ‘cozido’, entre outras”, para conduzir seus estudos e seu entendimento sobre a cultura brasileira (GONÇALVES, 2004, p. 43). É válido ressaltar que os estudos de Freyre e Cascudo se encaixam na corrente histórica dos Annales e das áreas das Sociais e Humanas, de pesquisas acerca de temas do cotidiano social. E, a alimentação como apresentando anteriormente passa a ganhar maior destaque, inclusive diante da história.

Nessa corrente de estudos com temas voltados a alimentação, pode-se encontrar uma maior diversificação com a pluralização de pesquisas nos sistemas de pós-graduação no Brasil, como, por exemplo, o estudo de Rubens Leonardo Panegassi (2008), intitulado “O mundo universal: alimentação e aproximações culturais ao longo do século XVI”, onde o autor se dedica ao tema alimentação em uma perspectiva cultural, dentro da dinâmica dos “contatos culturais do processo de colonização da América pelas nações ibéricas”, que está embasada através da leituras de registros produzidos da época cartas e crônicas escritas durante o século XVI, como bem aponta o título do trabalho (PANEGASSI, 2008). Esse trabalho demonstra a possibilidade de análise de um determinado período histórico, do Brasil, tendo como pano de fundo a alimentação, assim como afirmado anteriormente.

Outro exemplo de estudo é o de Tainá Guimarães Paschoal, realizado em 2018, que chama-se “Descobrimos os “tesouros” do Jesuíta João Daniel: a mandioca e seu projeto para a

---

<sup>9</sup> Poder-se-ia dizer que esse é um dos trabalhos pioneiros para a construção de uma história da alimentação do Brasil.

Amazônia colonial”, de acordo com a pesquisadora, “o trabalho centrou-se na figura do padre jesuíta português João Daniel e na sua obra *O Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*” e a análise foi feita a partir dos aspectos envolvidos à alimentação, tendo como protagonista/foco a mandioca, outro ponto que a autora destaca é que houve uma investigação sobre as “condições e objetivos da obras”, que classificou-se como “literatura de viagem”. Afirma também, que traz um panorama geral dos alimentos consumidos na região analisada e centra a discussão na mandioca e suas farinhas, pelo seu grande consumo e significados culturais (PASCHOAL, 2018). Valido pontuar que, em relação a região sul, o milho teve mais destaque do que a mandioca na base alimentar local.

### 1.3 QUESTÕES ALIMENTARES

Em Juliana K. Silva *et al.* (2010, p. 416) as autoras sintetizam o pensamento de Foucault acerca da simbologia do alimentar-se e do nutrir-se que se faz importante diante do foco da pesquisa, a dimensão do “ato de comer”, sendo assim

De que comer e o nutrir como fenômenos humanos, se fundem no amálgama empírico e simbólico da alimentação deste ser único que, distintamente de qualquer outro animal, trabalha na produção, distribuição e consumo da comida, faz dela expressão de sua linguagem e a tem em suas representações. Esse complexo, por sua vez, se mantém em movimentos constantes de reconstruções e de ressignificações de seu próprio trabalho, de sua linguagem e de suas representações sobre essa comida que se transforma e compõe, profundamente, as mudanças no mundo. Em suma, a Alimentação corresponde às relações humanas mediadas pela comida (alimento simbolizado) e a Nutrição, seu desfecho biológico. (SILVA *et al.*, 2010, p. 416).

Esse viés reforça a alimentação como um objeto que está além do hábito de nutrir-se. Nesse sentido, poderíamos atrelar aos alimentos uma gama de significados que eles poderiam suscitar como memórias, identidades, evidenciando, assim, diferentes aspectos culturais sociais a partir do fenômeno de alimentar-se.

Por meio disso tudo, tornar alimento como objeto de construção de análise, como código de linguagem cultural, permitiria esse mecanismo de percebê-lo ainda como objeto que carrega/transporta memória e identidade<sup>10</sup>. Sob esse ângulo, como afirma Candau (2013, p. 19) “de fato, memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução”, sendo necessário um esforço

---

<sup>10</sup> “Memória e Identidade são ideias centrais nas teorias clássicas das ciências humanas e sociais, presentes em reflexões de diferentes áreas e orientações teóricas como nas análises da memória e/ou da identidade por autores tão diferentes.” O que se poderia compreender que existem significados a esses conceitos e são trabalhados de formas distintas. (SILVA, 2010, p. 442). Exemplos de autores que abordam esses temas são Pierra Nora (2009), Michael Pollak (1992) e Joel Candau (2013).

conceitual para que cada uma delas obtenha sua diferenciação conceitual. Por isso, que usualmente esses conceitos aparecem em conjunto, pois, para as pesquisas que tratem dessas questões eles são imprescindíveis, tendo em vista que, no presente estudo, o objeto são os hábitos alimentares, por si eles carregariam questões que englobam esses dois conceitos.

Como dito a alimentação é um movimento que pode ser considerado como um elemento cultural. Por isso, se faz relevante discutir a questão do “gosto”, Massimo Montanari (2013, p. 95), pontua que

A comida “não” é boa ou “ruim” por si só: alguém nos ensinou a reconhecê-la como tal. O órgão do gosto não é a língua, mas o cérebro, um órgão culturalmente (e, por isso, historicamente) determinado, por meio do qual se aprendem e transmitem critérios de valoração. Por isso, esses critérios são variáveis no espaço e no tempo: o que em determinada época é julgado positivamente, em outra pode mudar de caráter; o que em um lugar é considerado uma guloseima, em outro pode ser rejeitado como repugnante. A definição do gosto faz parte do patrimônio cultural das sociedades humanas. Assim como há gostos e predileções diversos em diferentes povos e regiões do mundo, assim os gostos e predileções mudam no decorrer dos séculos.

Ainda nesse contexto, o autor levanta as questões de como analisar as sociedades de épocas mais distantes de nosso tempo, reforçando a ideia de que se o gosto está atrelado somente ao “sabor”, então sim, não se teria como estudar diferentes tempos. Entretanto, gosto também estaria ligado ao “saber” e, sob esse aspecto, “é uma experiência de cultura que nos é transmitida desde o nascimento, juntamente com outras variáveis que contribuem para definir os ‘valores’ de uma sociedade. E, também apresenta o que Jean-Louis Flandrin denominou como “estruturas do gosto”, que reforçam o “caráter coletivo e compartilhado de tal experiência”, mesmo que as questões não coincidam uma com outra, a segunda “condiciona” a primeira e, isso possibilitaria uma investigação histórica, “examinando as memórias, achados arqueológicos, os traços que toda sociedade deixou atrás de si” (MONTANARI, 2013, p. 96).

Pode-se entender então que as questões de constituição de significado dados aos alimentos, em certo ponto, são ensinadas e que isso nos possibilitaria entender como algo parte da memória enquanto elemento participante da constituição do gosto. Depois, ainda, compreender que o gosto atrelado ao coletivo, poderia ser entendido como elemento identitário, pois coloca em conjunto as operações de memória e identificação/pertencimento, do indivíduo e do grupo ao qual ele consideraria pertencer. Desse modo como afirma Da Matta (1997, p. 22 *apud* Gimenes, 2006, p. 2):

A “comida” é o alimento que vai ser ingerido. Só é “comida” aquilo que é aceito socialmente e culturalmente dentro de um determinado grupo de indivíduos. Estes elegem o que comer, quando, como, onde e com quem, dependendo de inúmeros fatores, como crenças, valores sociais, cultura, costumes etc.



Percebe-se, diante dessa afirmação, uma ideia de que os alimentos precisam estar em consonância daquilo que é aceitável em determinado grupo social. Isso dialoga com as proposições de Montanari (2013), que o que poderia ser aceito num local, por um grupo, não necessariamente seria bem recebido por outro, isso reforça o alimento como construtor de identidade<sup>11</sup>.

Tendo em vista que, como afirma Carneiro (2005, p. 72),

O costume alimentar pode revelar de uma civilização desde a sua eficiência produtiva e reprodutiva, na obtenção, conservação e transporte dos gêneros de primeira necessidade e os de luxo, até a natureza de suas representações políticas, religiosas e estéticas. Os critérios morais, a organização da vida cotidiana, o sistema de parentesco, os tabus religiosos, entre outros aspectos, podem estar relacionados com os costumes alimentares.

Assim, entender as questões ligada aos alimentos permite uma compreensão acerca das sociedades, sendo mais uma forma de entendimento e proporcionando mais uma perspectiva a diferentes grupos, nesse caso voltado aos atores das Reduções Jesuítico-Guarani, atualmente localizados no Rio Grande do Sul, Brasil<sup>12</sup>. Desse modo, a dinâmica de análise dos alimentos enquanto vetor de memória, identidade, cultura um olhar mais abrangente para a consolidação de uma pesquisa que trabalha essa temática. As complexidades e diferentes correntes teóricas da historiografia permeiam à escolha da que melhor se adequa aos objetivos pretendidos. Por isso, também é relevante perceber autores de áreas que dialoguem com a história, para uso de conceitos e dispositivos de análise mais concisos.

#### 1.4 O BRASIL E SUAS COZINHAS

Como percebe-se, por meio, das leituras e estudos supracitados às questões voltadas a História da Alimentação, são transdisciplinares. Por isso, nesse momento, busca-se centrar no

---

<sup>11</sup> Conforme Woodard (2012 in MENEZES, 2014), “a construção da identidade é tanto simbólica quanto social. Isso significa dizer que, estruturada a partir da construção de símbolos, a identidade apresenta-se como um elemento configurador e reconfigurador das práticas sociais. Uma das principais características da identidade é a marcação da diferença, estabelecendo relações de pertencimento, participação, igualdade, mas também de segregação e distanciamento” (MENEZES, 2014, p. 69). Sob essa ótica, que o alimento como elemento identitário poderia ser considerado, na questão tanto de aproximação e identificação em relação a um grupo de indivíduos, bem como no processo de diferenciação entre grupos.

<sup>12</sup> As questões de espaço em relação à região do Tape e demais questões de território serão abordadas e aprofundadas nos capítulos a seguir, o Tape esteve localizado em território da Caroa Espanhola, durante o período analisado e como afirmado veremos isso a diante.

tema alimentar voltado aos espaços que esses estudos estão inseridos no Brasil, principalmente no que diz respeito a gastronomia<sup>13</sup> indígena.

Em recente estudo publicado e intitulado “Estado do conhecimento sobre a história da alimentação no Brasil” (2020), os autores Tamiris Maia Gonçalves Pereira, Sônia Maria de Magalhães, Elias Nazareno apresentam uma abordagem acerca das pesquisas envoltas na área da História da Alimentação. Dando ênfase à maneira com que se constitui a presença desse tema diante de diferentes autores e localidades, mostrando o que acontecia nos movimentos da Europa e Estados Unidos da América, por exemplo<sup>14</sup>. Nesse sentido, os autores investigam o caso da temática da História da Alimentação em diferentes documentos (livros, enciclopédias, guias, entre outros), a forma em que diferentes grupos são inseridos como parte da análise, no que diz respeito às questões alimentares.

Ainda conforme Gonçalves Pereira, M. de Magalhães e Nazareno (2020, p. 373),

No Brasil, entre os anos 1930 e 1940, algumas concepções relacionadas às posturas metodológicas nas produções científicas começaram a se ligar às análises estruturalistas. Com a entrada das informações e perspectivas de sociólogos e etnógrafos europeus e norte-americanos como Lévi-Strauss e Audrey Richard, e seus novos vieses voltados também às pesquisas de campo, é colocada em evidência a importância dos estudos da alimentação na construção da “civilização brasileira”.

E é nesse período que estudos voltados a temática de História da Alimentação passam a despontar no país. São sobre essas correntes de pensamentos que, segundo os autores, que seriam os alicerces para estudos posteriores (PEREIRA; GONÇALVES; MAGALHÃES, 2020, p. 373).

Em “Capítulos de História Colonial” (1907), de Capistrano de Abreu, “ênfata a colonização portuguesa sob o viés sociopolítico e a formação do povo e território brasileiros entre os séculos XVI e XIX”. Na obra o autor traz o pensamento do europeu como “civilizador”. No que se refere a alimentação, ela “é tratada com informações históricas importantes a partir desse viés de miscigenação, porém de maneira secundária” e “descreve também a alimentação indígena, que tinha como base alimentos oriundos de uma agricultura ‘incipiente’, da caça e da pesca, entendendo que essa alimentação era ‘inferior’ à europeia” por não conter “carne doméstica” e desse modo sendo pobre nutricionalmente (PEREIRA; GONÇALVES; MAGALHÃES, 2020, p. 378).

---

<sup>13</sup> A palavra gastronomia é de origem grega, onde *gastro* significa estômago e *nomia* conhecimento/estudo (MIESSA, 2013).

<sup>14</sup> PEREIRA, Tamiris Maia Gonçalves; MAGALHÃES, Sônia Maria de.; NAZARENO, Elias. Estado do Conhecimento da Alimentação Indígena no Brasil. História: Questões & Debates, Curitiba, v. 68, n. 1, p. 368-403, jan-jun. 2020. Semestral.

Pereira, Magalhães e Nazareno (2020), ainda trazem mais elementos acerca das questões de como a presença indígena apresenta-se inserida nas obras que se referem a História da Alimentação, apresentando a produção a partir da década de 1930, como citado anteriormente. Nesse sentido apresentam questões abordadas em obras como a de Capistrano de Abreu. Na obra “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre (1933), os autores pontuam que, “quanto ao indígena, o autor afirma que as mulheres foram as responsáveis pela introdução dos conhecimentos e usos de diversos alimentos, drogas e medicamentos, utensílios e higiene (banho). Ressaltam ainda que “foram as indígenas”<sup>15</sup> que transmitiram o conhecimento acerca do “processo de coivara”, o “cultivo de raízes e sementes”, citam ainda que em relação a agricultura houve o ensinamento por parte dos indígenas de como “plantar mandioca, cará, inhame, milho jerimum, amendoim e mamão” (PEREIRA; GONÇALVES; MAGALHÃES, 2020, p. 378-379).

No estudo que estamos abordando os autores trazem também a alimentação na obra de Sérgio Buarque de Holanda (1945), “Monções”. Dessa maneira, eles pontuam que “a alimentação também é trabalhada, porém de maneira secundária”, pois “a prioridade está em documentar os caminhos, obstáculos, empecilhos e articulações ‘adaptativas’ da navegação e ocupação de regiões antes habitadas e conhecidas somente por indígenas” (PEREIRA; GONÇALVES; MAGALHÃES, 2020, p. 380). E, nas palavras dos autores,

[...] Mesmo secundária na obra, a alimentação é colocada como essencial para a ocupação luso-brasileira, pois foi por meio das técnicas de pesca, caça e coleta de frutos, aprendidas em grande parte com os indígenas, que foi possível a ocupação. A importância do indígena é enfatizada pelo autor em todo processo de ocupação das bandeiras. Holanda (1945) dá continuidade à construção da figura do brasileiro miscigenado, porém com alguma diferença das obras anteriores. Ele trata a figura indígena como principal conhecedora e negociadora nas relações territoriais, mesmo sob domínio português. A mistura de negros, índios e brancos na construção da alimentação brasileira se torna, na obra, parte do processo de negociação dos agentes sociais no tempo (*Ibidem* p. 380).

A alimentação, como discutido nos tópicos anteriores e por meio da leitura de estudos que abordem a esse tema, mesmo que de forma que ela não seja a protagonista, como foi o caso relatado pelos autores discutidos nesse subitem, evidencia que os processos envolvidos tomam proporções e dimensões diferentes de acordo com a análise que se está construindo. O entendimento dessas questões, levantadas pelas obras que seriam bases para os estudos de áreas

---

<sup>15</sup> “Os homens indígenas teriam sido os guias territoriais, mão de obra escravizada que teria influenciado a navegação fluvial e o domínio mercantil no interior do território brasileiro” (FREYRE *in* PEREIRA; MAGALHÃES; NAZARENO, 2020).

diversas sobre a História da Alimentação, mostra, também, os espaços que os indígenas ocupam dentro dos contextos de produção de conhecimento.

A História da Alimentação no Brasil tem na obra de Câmara Cascudo, “História da Alimentação no Brasil”, uma tentativa de construção acerca dos personagens que constituíram a formação da gastronomia brasileira. Esse formato traz uma discussão mais acentuada desse tema, ainda que não o esgote. Na reedição, publicada em 2011, os editores trazem uma “atualização” ortográfica, mantendo, quando necessário, as palavras do autor e não tendo uma significância equivalente, conforme o acordo vigente. O que nos interessa dessa obra é organização e elementos ofertados por Câmara Cascudo. Nesse sentido, o exemplar encontra-se organizado em dois momentos: o primeiro que apresenta a “História”, onde o autor o divide em “Cardápio Indígena”, “Dieta Africana” e “Ementa Portuguesa”<sup>16</sup>; e o segundo item, intitulado “Cozinha Brasileira”, em que Cascudo apresenta “Sociologia”, “Elementos Básicos”, “Técnicas Culinárias”, “O Ritmo da Refeição”, “Farnel de Trabalho e Viagem”, “Superstições Alimentares”, “As Bebidas no Brasil”, “Comida de Estreia e Mesa”, “Mitos e Realidades de Cozinha Africana no Brasil”, “Folclore da Alimentação”. Como é possível notar, há um esforço por parte do escritor em trabalhar de forma massiva acerca da história da alimentação no país e trazer questões ao debate, de forma sistêmica.

No que diz respeito aos indígenas, Cascudo (2011) constrói, por meio de análises documentais, questões que seriam acerca do modo comportamental e os alimentos que seriam a base de alimentação em diferentes grupos, não caberia afirmar que existe uma uniformização alimentar, mas sim uma tentativa de demonstrar, através desses elementos, uma constituição de representação de alimentos que seriam mais constantes na dieta indígena. No capítulo “Cozinha indígena”, pontua que “herdamos do indígena a base da nutrição popular, os complexos alimentares da mandioca, do milho, da batata e do feijão, decisivos na predileção cotidiana brasileira. ‘Acompanhantes’ indispensáveis. Ou constituindo, sozinhos, a refeição humilde” (CASCUDO, 2011, p. 155). A obra do autor suscita muitos debates, no entanto, vale ressaltar que os elementos por ele utilizados são pertinentes para compreensão das cozinhas do Brasil. Outro ponto importante desse trecho do livro é o retrato da importância das indígenas para a “manutenção” da dieta dos portugueses que habitavam que estavam para “esses lados”, dessa forma Cascudo (2011, p. 158) afirma, “foram as primeiras cozinheiras que o português dispôs,

---

<sup>16</sup> Nessa obra é possível depreender que o autor segue o pensamento de formação de três matizes como formadoras do Brasil, no caso os indígenas, os africanos e os portugueses. Demais etnias que seriam parte da formação da gastronomia brasileira são apresentadas de forma “reduzida” e o autor pontua suas contribuições para o desenvolvimento da cozinha no país (CASCUDO, 2011).

na ausência ou mesmo na proximidade de mulher legítima, a mestra inicial da cozinha brasileira. Sem a mão portuguesa, a comida seria sensivelmente do gosto da caseira e dentro dos recursos mais próximos”.

Os estudos voltados a temática alimentar no Brasil, tomam diferentes rumos e investimentos em diferentes setores, além de questões políticas que influenciam na produção desse tipo de conhecimento no país. Em dado momento, o que ganha destaque são as questões da fome e desenvolvimento alimentar de determinadas localidades no país. Não é que cessem os estudos étnicos, eles apenas ficam a par, tendo em vista uma demanda crescente nessa vertente ligada à fome e demais diretrizes voltadas à alimentação de subsistência. Os conteúdos indígenas passam a figurar cada vez menos nos estudos, se no princípio ocupavam destaque como “base” do desenvolvimento alimentar da cozinha do país, depois passaram a nem entrar nos estudos, exceto quando voltado a essas vertentes supracitadas. Tendo em vista que as questões voltadas aos estudos alimentares, no que diz respeito aos indígenas, ficam à margem das produções acadêmicas/científicas, é válido ressaltar que elas têm sido retomadas desde os anos 2000 (GONÇALVES PEREIRA; M. DE MAGALHÃES; NAZARENO, 2020).

Diante dos estudos com a temática da cozinha indígena, válido entender a “cozinha” como afirma Maria Eunice Maciel (2005, p. 54):

A alimentação, quando constituída como uma cozinha organizada, torna-se um símbolo de uma identidade, atribuída e reivindicada, por meio da qual os homens podem se orientar e se distinguir. Mais do que hábitos e comportamentos alimentares, as cozinhas implicam formas de perceber e expressar um determinado modo ou estilo de vida que se quer particular a um determinado grupo. Assim, o que é colocado no prato serve para nutrir o corpo, mas também sinaliza um pertencimento, servindo como um código de reconhecimento social.

Faz-se relevante compreender que a dinâmica alimentar, ainda que culmine na prática do saber fazer, nas operações de uma cozinha, a cozinha discutida aqui no presente trabalho é o espaço e o universo que reúne as atividades envolvidas no que diz respeito aos alimentos. Esse pensamento nos leva ao encontro do que se tem analisado até aqui e compreendido como espaço. As dinâmicas alimentares estão inseridas em relatos cotidianos e em atos que não necessariamente nos chamam a atenção à primeira vista. Mesmo que as dinâmicas alimentares suscitem interrogações como citadas anteriores de “o que se come”, “com quem se come” e as simbologias que envolvem esse “universo” alimentar.

## 1.5 “MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS”: O CAMINHO DAS FONTES

As análises em busca de informações acerca do sistema alimentar das Missões Jesuítico-Guarani, dos povos remanescentes no Rio Grande do Sul, podem ser feitas através da pesquisa em cartas e/ou documentos produzidos no período reducional. Sob esse aspecto, é importante ressaltar o que pontua Jean Baptista, em sua tese de doutorado intitulada “Fomes, pestes e guerras: dinâmicas missionais em tempos de crise (1610 – 1750)”<sup>17</sup>, em que o pesquisador aborda que mesmo um vasto conjunto documental “deixam relatos responsáveis pela apresentação de profundas dificuldades para quem pretende construir uma história que não seja apenas dos jesuítas, mas também das populações sul-ameríndias envolvidas na formação dos povoados em questão”. Nesse sentido, Baptista, revela que “na documentação jesuítica, a repetição de determinadas fórmulas discursivas atesta a força desse lugar social dos jesuítas”, desse modo na tese defendida pelo autor essa questão se torna um fio condutor para a pesquisa supracitada. Para a presente pesquisa, isso evidencia, mais uma vez, que a disposição do material analisado, ainda que escrito por jesuítas, apresenta questões que poderão ser lidas, às vezes, nas entrelinhas dos documentos, para entendimento de como se dava a alimentação dos indígenas e jesuítas.

Tendo em vista que o objetivo é entender a dinâmica acerca dos hábitos alimentares dentro das reduções, se faz necessário o entendimento da maneira com que a construção desses relatos é feita, para a validação e busca para a fundamentação teórica da pesquisa. Além de entender os relatos, precisa-se ter dimensão das contextualizações e o uso de ferramentas de linguagem, para uma melhor leitura acerca do material catalogado em arquivos bibliográficos disponíveis e em materiais disponibilizados digitalmente em museus, ou centro de estudos, por exemplo<sup>18</sup>.

E, conforme Berto (2011, p. 3), em relação a leitura das cartas jesuíticas dever-se-ia levar em consideração

---

<sup>17</sup> Baptista, J. T. Fomes, pestes e guerras: dinâmicas dos povoados missionais em tempos de crise (1610-1750), 2007.

<sup>18</sup> No trabalho de Fernando Torres Londoño, o autor apresenta uma pesquisa acerca da “produção de correspondências”, entre os missionários da Companhia de Jesus, no século XVI, ressaltando como a forma de escrita ajudou a disseminar o projeto da ordem, como o fundador Inácio de Loyola moldou naquele momento o caminho em que seriam confeccionadas, direcionadas e feitas as comunicações, entre participantes da Companhia, governos da época, o que chamou de “comunicação horizontal e vertical”. E, nas palavras do autor “pelo seu traço de orientação de tudo a um “princípio e fundamento”, a espiritualidade inaciana colocava todas as ações do indivíduo a serviço de Deus”, revelando que um dos preceitos da construção dessa escrita era levar adiante o que teria iniciado em “Exercícios Espirituais”, considerando a troca de correspondências massiva em nível global com os irmãos espalhados por diferentes localidades, sempre buscando apresentar nos documentos escritos, no que diz respeito aos padres em missões: “ao escrever sobre sua missão, os jesuítas o faziam *uti l i z a n d o* um registro ou tom inspirado na subjetividade de sua vivência do carisma inaciano” e por fim “a Companhia de Jesus fez da correspondência o lugar o de ficava visível a “universal Companhia”. (LONDOÑO, 2002).

1) a forma de narrar carrega um significado histórico; 2) a instituição a qual está vinculado o narrador conforma o texto; 3) a comunicação evidencia desequilíbrios: o jesuíta fala e registra, e/ou o indígena fala e o religioso transcreve segundo seus pressupostos. É importante observar que a maneira como a comunicação se realiza entre o jesuíta e o indígena é um processo que deve ser analisado levando-se em conta o contexto, a desigualdade e o desequilíbrio entre os atores em cena.

Isso enfatiza o ponto de leitura acerca dos materiais que estão sendo analisados para a construção da pesquisa, pois reforça a dimensão e disposição dos atores dentro das Missões Jesuítico-Guarani. A hierarquia disposta, os fatores religiosos, os movimentos políticos a institucionalização de sinais e uma linguagem acessível entre as partes estaria como forma para compreensão das questões reducionistas.

Dessa forma, a principal fonte utilizada para construção da referida pesquisa é o Volume III “Jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641)”, que faz parte dos “Manuscritos da Coleção de Angelis”, catalogada pelo professor Jaime Cortesão<sup>19</sup>, disponibilizada/publicada pela Biblioteca Nacional<sup>20</sup>. No total, sete volumes compõem esta Coleção: Vol. I “Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)” (CORTESÃO, 1951); Vol. II “Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)” (CORTESÃO, 1952); Vol. III “Jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641)” (CORTESÃO, 1969); Vol. IV “Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758)” (VIANNA, 1970); Vol. V “Tratado de Madri: Antecedentes – Colônia de Sacramento (1669-1741)” (CORTESÃO, 1954); Vol. VI “Antecedentes do Tratado de Madri: Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai (1703-1751)” (CORTESÃO, 1955); Vol. VII “Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos (1750-1802)” (CORTESÃO, 1969). Como pode-se notar, os volumes estão apresentados por ordem cronológica resultante da organização final, tendo em vista que os volumes “I” e “II”, foram publicados em sequência, 1951 e 1952, depois os volumes “V” e “VI”, respectivamente em 1954 e 1955. Os volumes “III” e “VII” são publicados em 1969 e por último o “VII” volume é publicado em 1970.

A maioria se encontra dividido em seções organizadas pelos autores, usualmente apresentando na introdução a justificativa da distribuição de conteúdo. Além de notas que são comentários explicativos do que o leitor encontrará em cada seção. E, apesar de a leitura ser

---

<sup>19</sup> “A edição obedeceu à orientação do Sr. Professor Jaime Cortesão, historiador e paleógrafo, conhecido e reconhecido pelas suas altas virtudes de estudioso competente. A imensa e difícil tarefa que lhe coube, de classificação, leitura e interpretação de velhos documentos e sua preparação para a imprensa pode ser bem avaliada pelos que estão afeitos a trabalhos desta natureza. Sua intimidade com letras antigas permitiu-lhe o preparo da edição crítica da Carta de Caminha e seu conhecimento de cartografia, de geografia e de nossa expansão territorial forneceu-lhe as bases paleográficas e históricas para esta obra.” (CORTESÃO, 1951, p. 9).

<sup>20</sup> É considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, sendo também a maior biblioteca da América Latina. O núcleo original de seu acervo, está calculado hoje em cerca de dez milhões de itens. Ver mais em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/historico>.

guiada, as fontes transcritas estão dispostas para que cada pesquisador que as utiliza trabalhe em busca daquilo que lhe interessa, construindo assim uma forma de análise e construção de chaves interpretativas sobre esses documentos.

Nesse sentido, o primeiro intitulado “Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)”, está organizado da seguinte maneira: apresenta o que poderia ser compreendida como “pré-introdução”, que se chama “Explicação”, escrita por José Honório Rodrigues<sup>21</sup>, onde ele visa situar o leitor do que se trata o conteúdo a ser conhecido, além de apresentar os processos de aquisição e organização dos conteúdos pelo Professor Cortesão de maneira resumida. Dessa forma, Rodrigues (*in* CORTESÃO, 1951, p. 3) pontua que

A Coleção Pedro de Angelis é uma das maiores preciosidades documentais do acervo da Biblioteca Nacional. A história de sua aquisição foi largamente relatada pelo historiador José Antônio Soares de Souza, para isso documentado no Arquivo do seu ilustre antecessor, o Visconde de Uruguai, uma das figuras máximas da política externa do Brasil no Império.

Relatando, ainda, a quantidade de material que compõe a referida coleção, indicando os caminhos percorridos até a organização da maneira que está posta, citando os personagens que participaram da constituição, da catalogação e decisões acerca da divisão dos materiais que integram essa coletânea, nesse sentido,

[...]de acordo com o Catálogo a Coleção compreendia 2.785 livros impressos e 1.291 documentos e mapas, no total de 4.076 peças. Fica-se, porém, sabendo que alguns livros e manuscritos não deram entrada na Biblioteca Nacional e que outros foram retirados para o Arquivo da Secretaria do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo sido as duplicatas, em número de 120, enviadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (CORTESÃO, 1951, p. 5).

Como pode-se notar, a quantidade de peças é bastante volumosa e, por isso, a forma disposta inicialmente pelo professor Cortesão e sua equipe, finalizada por Vianna e disponibilizada pela Biblioteca Nacional, contém oito volumes. Sendo o primeiro apresentando, além do conteúdo das cartas Ânuas, toda a trajetória de aquisição das peças, os personagens envolvidos e a temporalidade histórica em que elas são adquiridas e, também, oferecendo o conjunto de cartas que relatam esses acontecimentos. E num contexto de formação histórica nacional, como afirma Rodrigues (*in* CORTESÃO, 1951, p 8),

A publicação das principais peças desta Coleção de grande interesse para a História do Brasil é um grande serviço que a Biblioteca Nacional presta a todos os estudiosos e eruditos. Como acentua o Sr. Jaime Cortesão, grande parte pertenceu ao Arquivo da Província de Jesus do Paraguai. São valiosíssimos, porque constituem títulos de fundação da maior parte dos Povos das Províncias do Rio Grande do Sul e de São

---

<sup>21</sup> Diretor da Divisão de Obras Raras e Divulgação (CORTESÃO, 1951).



Paulo. Para a história da formação territorial e para os problemas de limites, a Coleção Pedro De Angelis é uma das principais fontes primordiais de que dispomos. Ela tem sido examinada e pesquisada por historiadores brasileiros e estrangeiros e aproveitada limitadamente para monografias e estudos.

Depois desse momento de apresentação das questões pertinentes aos caminhos da catalogação das peças, segue-se para a introdução em que, como dito, Cortesão (1951) traz um levantamento dos acontecimentos de aquisição das peças pelo governo do Brasil Império diante de Pedro de Angelis. Doravante, traz notas das peças expostas nessa primeira obra da coleção de manuscritos, explicando a forma e conteúdo de cada seção.

No segundo volume, intitulado “Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)”, Cortesão (1952), pontua que existem documentos subscritos de personagens ilustres da Companhia de Jesus, na Província do Paraguai, como “Antônio Ruiz Montoya, Dias Taño, Cristobal de Altamirano e os dois ilustres historiadores da Companhia, Nicolau del Techo e Pedro Lozano”. E, conforme o autor,

São inéditas, na sua grande maioria, as peças aqui reunidas. Não nos furtamos, todavia, a publicar, ainda que em número muito reduzido, alguns documentos que pertencem a Coleção de Angelis e fazem corpo com os restantes, embora já anteriormente impressos na totalidade ou em parte. Os estudiosos da história da geografia, da etnografia do Itatim e regiões circunvizinhas, da história interna da Companhia jesuítica do Paraguai, dos seus conflitos de jurisdição com os moradores de Assunção e mais que tudo, das lutas entre bandeirantes e jesuítas, na atual região do Mato Grosso, que correspondeu a designação do Itatim, dispõem neste volume dum copioso material, repleto de novidades. (CORTESÃO, 1952, p. 5).

A exemplo do primeiro volume, na introdução o organizador busca apresentar notas do conteúdo a ser consultado pelos pesquisadores. Destacando a ordem da distribuição das peças transcritas, além de pontuar que estas abordam espaços missionais que estão além Itatim, mas que são importantes para a compreensão da região.

Em relação ao terceiro volume, que se chama “Jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641)”, Cortesão (1969), traz também uma introdução de como se apresenta ao leitor, explica como estará constituída a divisão das peças, nesse sentido, em suas palavras,

Procuramos, pois, fazer com estas fontes o esquema organizado duma história implícita: e dividimos o volume em seis partes: I — Referências gerais; II — Fatores geoeconômicos das bandeiras ao Tape; III — As bandeiras de Antônio Raposo Tavares e André Fernandes; IV — Os jesuítas e a resistência passiva dos moradores de Assunção e Buenos Aires; V — Reação dos jesuítas a missão do padre Montoya em Espanha; VI — Desenlace. (CORTESÃO, 1969, p. 3).

Na sequência o pesquisador discorre, de maneira mais profunda, exemplo dos demais livros da coletânea citados, os temas que são abordados e cita alguns personagens que compõem os documentos<sup>22</sup>.

O volume IV “Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758)”, é publicado posteriormente ao retorno à Portugal e falecimento de Jaime Cortesão, principal condutor da catalogação da Coleção de Angelis pertencente ao Brasil. Quem assume a responsabilidade pela divulgação desse volume é o pesquisador Helio Vianna. Nas palavras dele:

O eminente historiador português Jaime Cortesão antes de 1950 foi incumbido pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro de dirigir a publicação dos Manuscritos da Coleção De Angelis. na mesmas existentes. Dando cumprimento à sua missão, preparou, com o auxílio de paleógrafas e funcionários da respectiva Divisão de Obras Raras e Publicações, quatro volumes que foram publicados na seguinte ordem: I — Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640), aparecido em 1951. II — Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760), aparecido em 1952. III — Tratado de Madri. Antecedentes — Colônia do Sacramento (1669-1749), aparecido em 1954. IV — Antecedentes do Tratado de Madri. Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai (1703-1751), aparecido em 1955. Deixou preparados, e já foram publicados pela Imprensa Nacional, em 1969, mais dois volumes da Coleção: V — Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641). VI — Do Tratado de Madri a Conquista dos Sete Povos (1750-1802). (VIANNA, 1970, p. 3).

Como pode-se perceber, existe uma preocupação em apresentar e divulgar as peças organizadas por Jaime Cortesão, também se depreende disso que a publicitação dos volumes não ocorre em ordem numérica, mas de acordo com as suas finalizações. Dessa forma também acarreta a mudança do título desse volume, o qual,

Apesar do título inicialmente proposto por Jaime Cortesão para este volume ter sido Jesuítas e Bandeirantes no Tape, preferimos mudá-lo para Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai. Porque, como nos volumes precedentes, o material neste contido não se limita a uma só das quatro regiões hoje brasileiras (Guairá. Tape. Itatim e Uruguai), em que estabeleceram reduções os jesuítas espanhóis do Paraguai, contra as quais agiram os bandeirantes vicentinos predadores de indígenas. (VIANNA, 1970, p. 3).

Na sequência, o autor apresenta a forma em que esse volume está organizado para leitura, estando disposto da seguinte maneira: dividido em sete partes, sendo elas a I Fundações de reduções indígenas (1623/1699); II Notícias das reduções (1627/1758); III Invasões dos “portuguêses de São Paulo” (1636/ 1706; IV Armamento dos indígenas para sua defesa (1644/ 1676); V — Legislação sobre os indígenas (1611/1652); VI — O gado nas reduções (1698/1716); VII — O ouro nas reduções (1649/1663) (VIANNA, 1970, p. 4).

---

<sup>22</sup> São citados por cortesão padre Diogo de Boroa, padre Francisco Dias Tano, Padre Orregio, Antônio Raposo. André Fernandes, padre Pedro Romero, entre outros. (CORTESÃO, 1969, p. 4-6).

É importante apresentar as principais fontes utilizadas, pois essa organização, ainda que traga documentos de forma sistêmica, apresenta, na maioria dos volumes, notas do organizador principal, ou seja, existe explicitamente um mecanismo de condução de leitura, um tipo de análise, mesmo que seja para conduzir e explicar as peças divulgadas. A seguir as discussões seguem apresentando dois personagens primordiais para a formação do conjunto documental publicado, o erudito e o “colecionador” Pedro de Angelis e Jaime Cortesão, o organizador responsável, como citado ao início deste tópico.

### **1.5.1 PEDRO DE ANGELIS: O ERUDITO, HISTORIADOR E COLECIONADOR**

Os “*Manuscritos da Coleção de Angelis*”, organizados por Cortesão e equipe, são parte do acervo construído por Pedro de Angelis e “vendido” ao Império do Brasil, como anteriormente citado. Essas fontes, além de estarem, atualmente, disponíveis de forma sistêmica em alguns portais on-line, como trataremos a seguir, carregam em si historicidade. Por isso abordaremos de forma breve as questões do processo de aquisição dessas fontes, e a figura Pedro de Angelis. Nesse sentido,

Aos 22 de agosto de 1853 era remetido à Biblioteca Nacional o catálogo da Coleção De Angelis, a fim de que, quando recebida, pudesse ser verificada a existência dos livros e manuscritos constantes do mesmo Catálogo e seu estado e valor parcial. A 21 de dezembro do mesmo ano comunicava o Ministro do Império ao bibliotecário que a Coleção já havia chegado à Corte e [ora nomeada para recebê-la, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, uma Comissão composta do Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, Manuel Ferreira Lagos, Antônio Gonçalves Dias e de um representante do Ministério do Império. Como convinha que alguns livros e documentos permanecessem na Secretaria de Estado e como fora esta que promovera e estipendiara a compra, só o bibliotecário da Biblioteca Nacional representava na Comissão o Ministério do império (CORTESÃO, 1951, p. 4).

Efetivamente, a chegada dos documentos da Coleção de Angelis no Brasil ocorreu em fevereiro de 1854, nesse primeiro momento as fontes são destinadas à Biblioteca Nacional; 120 duplicatas cedidas ao Instituto Histórico e geográfico Brasileiro (IHGB); e os manuscritos que tivessem ligação com temas como “limite e fronteiras” foram direcionados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. A distribuição das peças obedece, nesse momento, a questões que são pertinentes à Comissão, que se destinava a recepção dessas peças. Nesse sentido,

A 20 de fevereiro o Ministro do Império aprovava a decisão de Camilo de Montserrat e pedia que lhe fôsse enviada uma relação de livros em falta e dos acrescentados. Infelizmente, ao que nos consta, estas relações não foram organizadas, mesmo porque a 10 de março de 1854, interrogado sobre a existência da correspondência reservada de D. Manuel de Rozas com o General Urquiza, informava o Diretor de acordo com o Catálogo impresso, o mesmo fazendo a 26 de abril, quando declarou que de acordo

com o Catálogo a Coleção compreendia 2.785 livros impressos e 1.291 documentos e mapas, no total de 4.076 peças (CORTESÃO, 1951, p. 5).

Aqui, nesse trecho, pode-se dimensionar a quantidade de peças que a Coleção dispunha em sua chegada ao Brasil. Também é possível compreender que havia interesse que essa coleção permanecesse na Argentina. Sob esse aspecto é que discorreremos agora acerca de quem era Pedro de Angelis e como esse acervo passou a pertencer ao Brasil.

Na tese de Deise Cristina Schell, “Entre coleções e arquivos: Pedro de Angelis e a produção de conjuntos documentais (Buenos Aires, 1835-1852)”<sup>23</sup>, a pesquisadora apresenta as questões voltadas a figura de Pedro de Angelis e a trajetória dele “como um erudito interessado em reunir documentos sobre o passado e o presente da região do Rio da Prata e a história da formação de suas coleções e de seus arquivos durante e por dentro do segundo governo de Juan Manuel de Rosas” (SCHELL, 2018). O que se depreende dos resultados da autora, que são pertinentes à presente pesquisa, são as questões voltadas à figura De Angelis e o processo da venda dos documentos para Império do Brasil.

Pedro de Angelis nasceu em Nápoles, em 1784. E, durante o reinado de Joaquim Murat, “ele se aproximou do mundo das letras e dos estudos: mesmo sendo republicano”, ele acabou aderindo ao monarca, tornando-se “preceptor de seus filhos, além de professor de História e Geografia e sub-bibliotecário da Real Escola Politécnica”. Depois da queda de Joaquim Murat, deixa a cidade natal, “viveu brevemente em Genebra e acabou se estabelecendo em Paris” no ano de 1820 (SCHELL, 2018, p. 14). Seis anos após estar residindo na França, De Angelis é convidado a ir para Buenos Aires, para trabalhar em periódicos, nesse sentido,

Em 1826, Pedro de Angelis foi contatado por Bernardino Rivadavia por intermédio de seu representante em Paris, Héctor F. Varaigne. A ideia do presidente da Argentina era contratar europeus letrados para que trabalhassem como redatores de periódicos que seriam abertos em Buenos Aires (SCHELL, 2018, p. 15).

Ainda conforme Schell (2018, p. 14-15), “De Angelis chegou à cidade platina, em 29 de janeiro de 1827, com sua esposa, a francesa Melanie Dayet de Angelis, e na companhia do editor e jornalista espanhol, Joaquín José de Mora, que também vinha para ser funcionário do projeto rivadaviano”. A autora ressalta, ainda, que “apesar de ter vindo ao Prata para atuar como jornalista”, uma atividade a qual nunca havia desempenhado, seria “possível dizer que desde o seu desembarque em terras americanas, o italiano almejava realizar atividades mais próximas

---

<sup>23</sup> SCHELL, Deise Cristina. **Entre coleções e arquivos: Pedro de Angelis e a produção de conjuntos documentais (Buenos Aires, 1835-1852)**. 2018. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

àquelas que desempenhava na Europa” (SCHEL, 2020, p. 16). Dessa forma, ela ainda evidencia que,

Na Buenos Aires da primeira metade do Oitocentos, era Pedro de Angelis, pois, quem se ocupava de formar conjuntos de documentos escritos, obras e mapas que lhe interessavam e encantavam ou que serviam ao governo para o qual trabalhou durante a maior parte de sua estadia americana. Os papeis que ele reuniu versavam especialmente sobre a história do Prata (SCHELL, 2018, p. 14).

Pedro de Angelis se torna um personagem interessante à medida que conhecemos os caminhos e percursos do que ele fazia, como o que Schell (2018) denomina de “erudito colecionador”. Também se apresenta como uma figura que “defendia” o governo ao qual estava inserido naquele momento, na Argentina, e utilizava esses recursos para desenvolver questões voltadas a construção da história do país. Válido ressaltar, que De Angelis buscava constituir uma “história” da “formação Argentina” em suas empreitadas escritas, utilizando-se de documentos<sup>24</sup>. Outro fator relevante que a autora destaca, é o movimento de Pedro de Angelis em querer “publicitar”, para o maior número de leitores, as informações que obtinha, ainda que sob um viés de justificar questões do presente da região que estava inserido na América<sup>25</sup>.

A construção da “Coleção de Angelis” perpassa por acontecimentos do período no qual o italiano estava inserido nas questões do Prata. E, diante disso, como afirma Schell (2018, p. 146), De Angelis fazia parte de um seletivo grupo que tinha acesso a materiais, documentos sobre

---

<sup>24</sup> Assim, Pedro de Angelis levava pela primeira vez ao público, uma série de fontes históricas. Nos prólogos que escreveu para cada um dos documentos, o erudito reforçava a importância da sua “Colección”. Isso ocorre logo na fonte histórica que inaugura o primeiro volume da obra. Se trata do texto “*Anales del descubrimiento, población y conquista de las provincias del Río de la Plata*”, produzido em 1612 pelo conquistador espanhol Ruy Díaz de Guzmán, o “*primer historiador de estas provincias*”, como afirmou Angelis para reforçar a autoridade daquele que havia escrito o relato. Ao publicá-lo sob o nome de “*Historia Argentina del Descubrimiento, Poblacion y Conquista de las Provincias del Río de la Plata*”, alterando, portanto, o seu título original (talvez para dar a impressão aos seus leitores de que a narrativa de Guzmán revelaria a “história argentina”), o erudito fez questão de questionar como esse texto escrito com o intento de “*perpetuar el recuerdo de los hechos que señalaron el descubrimiento y la conquista del Río de la Plata*” pôde ter ficado tanto tempo eclipsado e no esquecimento, exaltando o trabalho que ele mesmo fazia, então, de “recuperação” da história daquela região (SCHELL, 2014, p. 8).

<sup>25</sup> “Incentivado financeiramente e com a prensa pública em suas mãos, foi no longo período em que a Província de Buenos Aires foi comandada por Rosas (1829-1832 e 1835-1852) que De Angelis realizou a maior parte do seu trabalho”. Também seria importante ressaltar que “entre 1835 e 1837, Pedro de Angelis produziu e publicou sua principal obra, a “*Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata*”, em seis volumes, cujos prefácios eram adquiridos pelo público leitor por assinatura (*Ibidem*, p. 3-4). Dentre as questões envolvendo as disputas territoriais durante o comando de Rosas, Schell pontua que, “mais uma oportunidade para De Angelis conformar um arquivo de documentos sobre o passado da Confederação, como havia feito em sua *Colección de obras y documentos*, mas agora contratado por Rosas para isso e estando oficialmente vinculado ao seu governo. A escolha de tal tipo de registro, uma memória histórica, não é acaso: nela, De Angelis expôs e explicou os papéis comprobatórios sobre o pretérito da formação do território argentino um a um, falando de sua importância para as questões do presente e de sua indiscutível autenticidade e autoridade, e transcrevendo aqueles que julgava mais relevantes (SCHELL, 2018, p. 139).

a região, assim construindo uma rede de contatos e “coletando” documentos para sua própria coleção. E, nas palavras da pesquisadora,

[...] ter manuscritos, mapas e obras sobre o passado platino em seu próprio gabinete de estudos também satisfaziam Pedro de Angelis: durante a época em que Rosas esteve no poder, ele conseguiu conformar um importante arquivo particular, em especial de documentos e livros que tratavam o passado da região platina. Enquanto que para acessar os repositórios públicos platinos era necessário construir relações pessoais e de poder com aqueles que dispunham deles conforme suas vontades, manejados que eram como se fossem “*patrimonio de alguien*”, para obter papéis era preciso adentrar em uma rede privada na qual eles circulavam e ficar sujeito às regras do comércio e aos interesses financeiros e de conservação de proprietários e herdeiros. De Angelis fez parte de um verdadeiro “comércio da história” que ocorria na América, na Europa e entre os dois continentes; foi a partir do contato com outros “*mercaderes del pasado*” que ele reuniu a maior parte da coleção que manteve. Pelo menos, até acontecer *Caseros*.

Como a própria Schell (2018, p. 146) afirma na sequência, “não há como saber exatamente quando Pedro de Angelis iniciou a coletar e a guardar papéis para si”. Ela levanta que “talvez esse tenha sido um interesse que o acompanhou desde o Velho Mundo”, e ainda pontua que pode ser que ele tenha trazido consigo obras que possuía desde a Europa. Nesse sentido, coloca, também, que “desde que se estabeleceu neste continente, e especialmente a partir da década de 1830, quando já trabalhava nos periódicos oficiais de Rosas”, De Angelis passaria “a interessar-se em ter para si materiais que possibilitassem o estudo do passado americano e, especialmente, da região do Rio da Prata”.

Outro ponto interessante que autora traz é que, quando ela trabalha relação de Pedro de Angelis com o *Archivo General de la Provincia de Buenos Aires*, nas palavras de Schell (2018, p. 157):

[...] é difícil confirmar ou refutar a hipótese de que ele foi um ladrão de documentos e livros. Tem-se a sua palavra contra a de seus denunciadores. No entanto, imagino que seja possível, por exemplo, que algumas obras que ele tomou por empréstimo de bibliotecas e de acervo estatais e pessoais nunca tenham sido devolvidas. Ressalto – não para relativizar possíveis ações desleais da personagem que estudo, mas para observar uma prática que poderia ser corrente – que existem acusações sobre formas ilegítimas de apropriação de papéis antigos contra outros colecionadores no Prata do mesmo período, algumas tecidas pelo próprio De Angelis<sup>26</sup>.

Schell (2018, p. 158), afirma que “apesar da polêmica em que a formação da sua coleção ficou envolta, é incontestável que o ‘comércio da história’ do qual o italiano participava está documentado”. E que

---

<sup>26</sup> Conforme nota da autora algumas correspondências de De Angelis poderiam confirmar que ele devolveria documentos que teve acesso faltando algumas partes; acusavam ainda ele de copiar documentos sem autorização dos proprietários; coagir residentes em algumas localidades assim obtendo seus escritos e não necessariamente os devolvendo (Ver nota 586 in SCHELL, 2018, p. 157-158).

[O] colecionismo foi uma das formas que Pedro de Angelis encontrou de adentrar às redes de letrados que se constituíam na América e na Europa e de manter relações com instituições de guarda e de produção de conhecimento e sujeitos que, como ele, buscavam por documentos e se preocupavam em montar seus próprios acervos. Nesse sentido, por exemplo, o erudito escrevia para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tanto para doar as obras que publicava quanto para solicitar as revistas que a associação editava e que ele colecionava (SCHELL, 2018, p. 158).

A rede de operações para aquisição de documentos e troca de informações entre diferentes estudiosos, em países tanto da América, quanto da Europa, seria uma prática comum. Válido ainda ressaltar que De Angelis mantinha uma troca com o IHGB, para divulgar as suas obras e solicitar revistas que o instituto era responsável.

Como pode-se perceber, e foi dito anteriormente, a construção da Coleção de Pedro de Angelis perpassa pelos espaços que ele ocupa e pelos mecanismos que ele utiliza para tal evento. Nesse sentido, enquanto ele buscava por manuscritos e impressos, “foi construindo não só uma coleção de materiais palpáveis, mas uma ‘biblioteca sem paredes’<sup>27</sup>, uma espécie de inventário de escritos sobre a pré-história, a história, a geografia e as línguas das populações indígenas do nosso continente e, em especial, do espaço platino”. E, ainda, Pedro de Angelis costuma anotar toda informação que obtinha sobre o sul da América. Essas “informações bibliográficas anotadas, no entanto, eram as mais completas possíveis, aparecendo autor, título, cidade e ano da edição e número de volumes. Muitas vezes havia, ainda, notas explicativas, como as indicações onde os escritos podiam ser encontrados” e, “apesar do esforço de Pedro de Angelis em tentar inventariar todo o conhecimento produzido sobre a região do Rio da Prata”, o autor não chegou a publicar a sua Bibliografia (SCHELL, 2018 p. 161-162).

Fica evidente, em diversos momentos, que “a coleção privada de Pedro de Angelis teve como principal objeto os impressos e os manuscritos que versavam sobre a história – e também a geografia e o (seu) tempo presente – da região do Rio da Prata”. Ressaltando, ainda, que

Não só tratavam do território que, naquele momento, eram reivindicados pela Confederação Argentina, incluindo os lugares limítrofes com outras nações (como o Chaco, a Patagônia e o disputado Estreito de Magalhães), mas também dos espaços adjacentes que, um dia, fizeram parte do Vice-Reinado platino (como o Uruguai, a Bolívia, o Paraguai e as controvertidas Ilhas Malvinas). Esse era o centro do interesse de De Angelis e da montagem de seu acervo, o que fica bastante visível no catálogo: a soma dos títulos dos quatro capítulos iniciais da segunda seção de impressos, de todos os manuscritos listados e das obras sobre as línguas faladas pelos indígenas que viviam em terras platinas, ultrapassa a metade de todo conteúdo do catálogo (SCHELL, 2018, p. 165).

A pesquisadora Schell (2018, p. 166), destaca que “a conformação do catálogo evidenciava o conjunto que o italiano guardava em sua casa de obras e documentos que

---

<sup>27</sup> CHARTIER, 1999, p. 117 *in* SCHELL, 2018 p. 161.

tratavam do Prata e de suas fronteiras que seguiam (e seguiriam) em disputa ao longo daquele século XIX”. E, por esse motivo, “ele detinha em suas mãos grande parte do conhecimento e da informação que eram necessários aos governantes dos Estados nacionais que, então, emergiam no sul da América”. E que seria por essa razão que “a sua coleção privada atrairia muitos interessados em Buenos Aires, em Montevideu e no Rio de Janeiro, cidade na qual ela iria, por fim, repousar”.

Ao final da década de 1830, segundo a autora, Pedro de Angelis começa a pensar na venda de sua coleção, conforme as suas condições e questões políticas as quais estava inserida. “Em 1842, uma oportunidade surgia e o intermediário era, como muitas vezes, seu amigo italiano que vivia em Montevideu”, De Angelis costumava mensurar o valor da sua Coleção da seguinte forma: “argumentava que os seus papeis tinham valor não só simbólico pelo que representavam como artefatos do passado, semióforos para o presente e como demonstração da ilustração do seu possuidor, mas também econômico pela sua preciosidade e pelo que custavam no “comércio da história”. (SCHELL, 2018, p. 167). Essa primeira tratativa se estendeu por um tempo, mas não obteve êxito. Houve “outras tentativas de comercializar a coleção de escritos, então sem a mediação de Carlo Zucchi”, sendo “realizadas por Pedro de Angelis entre 1843 e 1852, quando ele já trabalhava com Juan Manuel de Rosas no *Archivo Americano*”. Nas palavras da autora, “segundo Josefa Sabor e Jaime Cortesão, o italiano tentou engendrar negociações com o governo brasileiro em 1846 e com o governo de Entre Ríos entre 1849 e 1850” (SCHELL, 2018, p. 169). A venda de sua Coleção ocorreria efetivamente em 1853, quando “a situação econômica de Pedro de Angelis era difícil: o governo de Rosas havia acabado e o erudito estava sem ofício e fora da vida pública após vários anos de serviços prestado ao general” (*Ibidem* p. 170)

As tratativas acerca da negociação da venda da Coleção de Pedro de Angelis ao Império do Brasil (que chegou efetivamente em 1854) podem ser encontradas, em parte, no volume I, citado como fonte da presente pesquisa e intitulado “Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)”, onde é dedicada uma seção “Pedro de Angelis ao Serviço da República Argentina”, “De Angelis e o Cavalheiro de Wallenstein” e “De Angelis ao Serviço do Brasil” (CORTESÃO, 1951). Nesse sentido, ainda conforme Cortesão, também seria importante ressaltar que “a compra da Coleção De Angelis não provocou tão somente os protestos de estudiosos argentinos, indignados com as aventuras de De Angelis” (CORTESÃO, 1951, p. 36).

Ainda nesse sentido, para a proposição de Pedro de Angelis soar mais interessante, a fim de que o Império do Brasil efetuasse a compra da Coleção, De Angelis “informava, que na parte manuscrita, se compreendiam ‘os títulos de fundação da maior parte dos Povos das



Províncias do Rio Grande do Sul e de S. Paulo, que seria impossível achar em outra parte”. Um dos personagens que mediavam a negociação entre De Angelis e o Império do Brasil, era José Marinho da Silva Paranhos<sup>28</sup>, que residia em Montevidéu, outro personagem era o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, Paulino José Soares de Souza (SCHELL, 2018, p. 171).

Cortesão (1951) pontua, conforme seu entendimento, que haveria interesse do “erudito” em prestar seus serviços ao Império brasileiro, tendo em vista um possível arrependimento de ter se desfeito de sua nobre Coleção. E, que teria De Angelis prestados serviços a sua pátria, à pátria Argentina e ao Império do Brasil<sup>29</sup>.

Como entende-se, por meio da trajetória da chegada da “Coleção de Angelis”, muitos personagens e acontecimentos estão envolvidos. A historicidade dessas fontes possibilita diferentes debates, como posto acima. A compra da coleção pelo Império do Brasil, gerou mal-estar entre as nações que estavam sendo lapidadas naquele momento. Poder-se-ia compreender, diante de todos esses eventos e registros, que o debate sobre a forma com que De Angelis constituiu a coleção, a maneira com que vislumbrava a construção e manutenção de acesso aos documentos, ora servia aos interesses dos governos com quem se relacionava, ora tinha como premissa seu desejo de montar uma bibliografia que, como afirmou Schell (2018), não foi publicada.

O acesso ao acervo reunido por Pedro de Angelis foi discutido e ampliado em acordo binacional entre Brasil e Argentina. Conforme Schell (2018), no ano de 2008 “a Fundação Biblioteca Nacional do Brasil convidou a Biblioteca Nacional da Argentina para estabelecer um acordo de cooperação entre as instituições”, a proposta centrava-se em “que fossem disponibilizadas pela Internet *‘las obras escritas, editadas y/o coleccionadas por el prestigioso bibliógrafo Pedro de Angelis’*”<sup>30</sup>. Tendo, como afirmam Angela Monteiro Bettencourt e Elsa Barber (2009),

La Biblioteca Digital Pedro de Angelis prevé la creación y generación de contenidos digitales de relevancia para la cultura regional y nacional pertenecientes a los acervos

---

<sup>28</sup> “José Maria da Silva Paranhos, em companhia de quem De Angelis viajara de Montevidéu para o Rio de Janeiro, teve uma carreira política muito rápida e triunfal. Havendo transitado em 1854 do Ministério da Marinha para o das Relações Exteriores, continuou aqui a dar preferente atenção aos instantes assuntos do Prata. Esse trecho demonstraria a proximidade entre Paranhos e De Angelis. (CORTESÃO, 1951, p. 46).

<sup>29</sup> É possível conferir essa analogia feita por Cortesão na Seção “De Angelis ao Serviço do Brasil” (*Ibidem*, 1951)

<sup>30</sup> *Durante el año 2008, las autoridades de la Biblioteca Nacional de Argentina recibieron la invitación de la Fundación Biblioteca Nacional de Brasil para establecer relaciones de cooperación con el fin de aunar los esfuerzos que permitieran disponibilizar en los respectivos sitios Web las obras escritas, editadas y/o coleccionadas por el prestigioso bibliógrafo Pedro de Angelis. La propuesta comprendía la selección y generación por parte de ambas instituciones de contenidos digitales de relevancia para la cultura regional relacionados con su figura y pertenecientes a sus acervos.* (BETTENCOURT; BARBER, 2009. Disponível em: <https://www.ifla.org/past-wlic/2009/98-monteira-es.pdf>).

de la Biblioteca Nacional de Brasil y de la Biblioteca Nacional de Argentina, participantes en el Proyecto, y su difusión en los sitios Web de ambas bibliotecas con la finalidad de dar acceso y preservar el patrimonio cultural en América Latina<sup>31</sup>.

Esse aspecto de colaboraçã entre as nações brasileira e argentina para a difusão e ampliaçã do ao acesso da Coleção de Angelis seria importante pois, “até os dias de hoje se lamenta, na Argentina, o fato de a coleção de Pedro de Angelis ter passado às mãos do governo brasileiro”.

Em transcriçã de Schell (2014), ela traz a fala de Josefa Sabor, onde esta afirma que era

*lamentable [...] porque se trataba sin duda de la más importante colección de obras y documentos reunida hasta el momento en estas latitudes y que, con sus características particulares, jamás será repetida” e também “porque la colección de documentos que atesoraba era - y es - fundamental para muchas Angelis que está acondicionado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”. (SABOR. apud. SCHELL, 2014)*

Dessa forma, a pesquisadora pontua que “os depoimentos da Ex-ministra da Cultura do governo brasileiro Ana de Hollanda e do Presidente da Fundação Biblioteca Nacional Galeano Amorim revelam uma espécie de ‘dívida’ do Brasil em relação à posse dos documentos argentinos”<sup>32</sup>.

Nesse sentido, como assinalou Schell (2014), “a importância da Coleção Pedro de Angelis para a Biblioteca Nacional pôde ser atestada em um acontecimento recente: em fins de agosto do corrente ano [2012]”, quando o Secretário da Cultura do governo de Cristina Kirchner [Argentina] esteve no país em visita oficial. Como forma de retribuição e “de simbolizar a cooperação entre os governos, o Secretário Jorge Coscia recebeu das mãos da então Ministra da Cultura do Brasil Ana de Hollanda uma cópia certificada do mapa das Malvinas retirada do acervo de Angeli[s]”<sup>33</sup>.

Em 2019, a Coleção de Angelis foi pauta de acordo entre a Biblioteca Nacional e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Por meio do

---

<sup>31</sup> Ver Barber (2009), disponível em: <https://www.ifla.org/past-wlic/2009/98-monteira-es.pdf>.

<sup>32</sup> A informação original esteve disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2011/11/17/biblioteca-digital-pedro-de-angelis/>. Agora pode ser acessada por meio do estudo de Deise Cristina Schell, intitulado “Colecionando documentos, escrevendo história, imaginando uma nação: Pedro de Angelis e sua operação historiográfica na “Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Río de la Plata”.

<sup>33</sup> A informação original encontrava-se disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2012/08/31/visita-oficial-do-secretario-de-cultura-da-argentina-ao-brasil/>. O acesso desse conteúdo era possível até meados de 2019, difícil precisar a data, no entanto no período anterior ao Ministério da Cultura tornar-se Secretaria Especial da Cultura anexada ao Ministério do Turismo e reorganização do sistema de acesso aos portais do Governo do Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/bolsonaro-transfere-secretaria-especial-da-cultura-para-a-pasta-de-turismo.shtml>.

[...] acordo de Cooperação, entre a equipe do professor Leonardo Marcotulio – formada por Maria Elisa Lima de Souza, Beatriz Dias Mikhail e Letycia Dias Mallet, estudantes de língua espanhola –, irá reler os documentos, fazer a edição filológica do texto e preparar resumos que auxiliarão os técnicos da Biblioteca Nacional a descrever e indexar os itens da Coleção de forma mais precisa<sup>34</sup>.

Também estão previstos “artigos acadêmicos e de divulgação, e a apresentação dos resultados em seminários e outros eventos”, como forma de promoção da UFRJ com a Fundação Biblioteca Nacional, a fim de “valorizar o patrimônio documental brasileiro<sup>35</sup>”.

Como dito inicialmente, nesse trecho da pesquisa trataríamos das questões da tentativa de dispor on-line arquivos que compõem a Coleção de Angelis. O site eletrônico do “Projeto: Biblioteca Virtual Pedro de Angelis” encontra-se on-line, no entanto, existe algumas dificuldades em acesso ao item “Catálogo” e “Acervo”.<sup>36</sup> No que se refere aos “Manuscritos da Coleção de Angelis”, a coleção a qual trabalhamos na pesquisa, é possível ter acesso a coleção, por meio, da Biblioteca Digital Luso-Brasileira<sup>37</sup>.

### **1.5.2 JAIME CORTESÃO: HISTORIADOR E DIPLOMATA**

Para estudar os hábitos alimentares nas Reduções Jesuítico-Guarani no Tape, se fez necessário construir um caminho para o entendimento das fontes utilizadas, tendo em vista o que se discutiu, até agora, acerca do que se entende sobre as questões alimentares e os espaços da História da Alimentação em diferentes áreas, mas, principalmente, na História. Depois conhecendo mecanismos de leituras, para uma melhor compreensão da documentação inserida como aporte teórico na elaboração do presente estudo.

Os “Manuscritos da Coleção de Angelis”, são parte da Coleção de Angelis, remetida ao Império do Brasil, como supracitado. Percebe-se a historicidade e polêmica que assola a referida Coleção e sua trajetória de construção e venda. Por isso, outro personagem ganha destaque para que se possa compreender melhor os documentos: Jaime Zuzarte Cortesão (1884-1960)<sup>38</sup>, o organizador escolhido para coordenar o alinhamento do material de De Angelis, pertencente à Biblioteca Nacional do Brasil. Nesse sentido, apresentam-se de forma breve

<sup>34</sup> “Coleção Pedro de Angelis é pauta de acordo com UFRJ” (2019), disponível em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2019/08/colecao-pedro-angelis-pauta-acordo-com-ufrj>.

<sup>35</sup> *Ibidem*.

<sup>36</sup> Ver mais em: < <http://bndigital.bn.br/projetos/angelis/projeto.html>>.

<sup>37</sup> Foi lançada digitalmente em 2016, sendo um “projeto que é fruto de uma parceria entre a Biblioteca Nacional do Brasil e a Biblioteca Nacional de Portugal”, estando disponível por meio do link: <http://bdlb.bn.br/>. Informações disponíveis em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2016/05/lancamento-biblioteca-digital-luso-brasileira>.

<sup>38</sup> Nasceu em Ançã, Portugal, no ano de 1884, falecendo em Lisboa, em 1960 (PERUZZO, 2018).

questões da pertinência da figura Cortesão diante dos espaços que ocupou no Brasil, dos acessos que teve, devido sua posição como estudioso, da sua trajetória como pesquisador e a forma que isso, em certa medida, impactaria na organização das fontes que estão sendo utilizadas. Nesse sentido, como afirma David W. A. Ribeiro (2015, p. 7),

Jaime Cortesão (1884-1960) viveu no Brasil entre 1940 e 1957 e durante esse período constituiu grande parte de sua obra historiográfica. Emigrado de Portugal por pressão do salazarismo<sup>39</sup>, desfrutou de condições bastante privilegiadas à sua produção intelectual, favorecidas tanto pelas instituições governamentais nas quais trabalhou quanto pelas relações que cultivou.

Para compreensão da obra de Cortesão seria necessário um espaço com um trabalho dedicado somente a ele, pois é uma figura que suscita inúmeros debates. Diante desse fato, David W. A. Ribeiro publicou sua dissertação, em 2015, acerca do período em que o historiador português esteve residindo no Brasil, intitulado “Cartografia das relações: as condições da produção intelectual e os percursos da escrita de Jaime Cortesão no Brasil (1940-1957)”<sup>40</sup>. Também se tem o estudo realizado por Eduardo Holderle Peruzzo, publicado em 2018, chamado “Jaime Cortesão: trajetória intelectual e projeto historiográfico (1910 – 1960)”<sup>41</sup>.

Artigos publicados pelo professor Renato Amado Peixoto mostram a desenvoltura de Jaime Cortesão no que se refere às questões de relações internacionais e seus estudos dentro da área da diplomacia do Brasil, sendo eles: “O modelo e o retrato: Jaime Cortesão, a ‘História da Formação Territorial do Brasil’ e sua articulação com a ‘História da Cartografia brasileira’” (2015)<sup>42</sup>, que tem como objetivo “discernir a contribuição de Jaime Cortesão à ‘Formação Histórica do Brasil’ como uma tomada de posição no metajogo historiográfico português e brasileiro, e na relação com os interesses nacionais” (PEIXOTO, 2015, p 46); e o estudo “Moldando o corpo do Brasil: Jaime Cortesão, Rodrigo Octávio, a representação de Gusmão e

---

<sup>39</sup> “[...] a República Portuguesa sofreu um golpe aos dezesseis anos, vivendo um governo autoritário até meados da década de 1970, entre as chamadas ditaduras Militar e Nacional e o Estado Novo, tendo Antônio de Oliveira Salazar como um de seus principais expoentes”. (RIBEIRO, 2015, p. 13).

<sup>40</sup> RIBEIRO, D. W. Aparecido. Cartografia das Relações: as condições da produção intelectual e os percursos da escrita histórica de Jaime Cortesão no Brasil (1940-1957). 2015. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>41</sup> “Nosso trabalho conta, de fato, com uma dimensão biográfica, mas procura situar-se entre uma história intelectual e um estudo historiográfico. Seu ponto de partida é uma interrogação sobre o intelectual-historiador e, através dele, sobre a História. No caso, a História (área do conhecimento): a produção historiográfica e a constituição de um campo disciplinar; e a história (processo): os acontecimentos transcorridos naquele dado contexto.” (PERUZZO, 2018, p. 26).

<sup>42</sup> PEIXOTO, R. A. O modelo e o retrato: Jaime Cortesão, a ‘História da Formação Territorial do Brasil’ e sua articulação com a “História da Cartografia Brasileira”. História da Historiografia, Ouro Preto, n. 19, p. 46-65, 2015.

o metajogo na região do Prata”<sup>43</sup>, onde Peixoto, pontua que “Cortesão estava incorporado ao projeto de autonomia e profissionalização da corporação diplomática, centrado então no IRB<sup>44</sup>, visando inscrever o papel do diplomata na formação do espaço e da identidade brasileira” (2016, p. 59). Como tentamos demonstrar, Cortesão está em diferentes espaços de produção de conhecimento no Brasil, mas busquemos entender como isso se sucedeu.

Como Peruzzo (2018, p. 13) afirma

De diretor da Biblioteca Nacional de Portugal, cargo a ele confiado desde 1919 pelo então presidente Antônio José de Almeida, Cortesão se tornou um exilado, migrando para Espanha, para a França e outros cantos da Europa, isso após participar de grupos contrários ao regime inaugurado em maio de 1926. Além de dar continuidade às suas atividades políticas, Jaime Cortesão passou a se dedicar à pesquisa histórica, compondo a maior parte de seus textos históricos no período em que esteve fora de Portugal e em contato com arquivos e documentações, tal como na Biblioteca Nacional da França.

Importante tomarmos nota dessas questões e ocupações que Cortesão tinha diante de sua estadia em Portugal, como a Biblioteca Nacional de Portugal<sup>45</sup> e as suas empreitadas de estudos nos países em que esteve, enquanto ficou impedido de estar em seu país de origem. Ainda, de acordo com Peruzzo, após uma tentativa frustrada de restabelecimento da democracia em Portugal, em 1927, onde ele foi obrigado a deixar Portugal, por ser um dos líderes do movimento, sendo dessa forma que começou “sua longa trajetória de exilado político e opositor ao salazarismo e aos demais regimes autoritários e fascistas que se espalhavam pela Europa”.

Cortesão tentou retornar ao seu país, devido ao avanço do Exército Nazista em Paris, em 1940, mas acabou sendo preso pela polícia do “regime salazarista”, sendo mais uma vez “obrigado a deixar o país”. Nesse momento, “escolhendo o Brasil como destino”, o país “também vivia uma experiência autoritária, governado por um mesmo presidente há dez anos”, outro detalhe era que o regime ditatorial brasileiro tinha nome “homônimo ao português: o Estado Novo, instaurado por Getúlio Vargas em 1937” (RIBEIRO, 2015, p.13-14).

Jaime Cortesão, passou, então, a residir no Rio de Janeiro, “desempenhando vários cargos em instituições de memória e aparelhos culturais do Estado brasileiro, ocupando cargos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Instituto Rio Branco”. E, nesse momento, que “o

---

<sup>43</sup> PEIXOTO, R. A. Moldando o corpo do Brasil: Jaime Cortesão, Rodrigo Octávio, a representação de Gusmão e o metajogo na região do Prata. História da Historiografia, Ouro Preto, n. 22, p. 59-78, dez. 2016.

<sup>44</sup> Instituto Rio Branco.

<sup>45</sup> Válido ressaltar que “foi no contexto das comemorações do Centenário da Independência do Brasil (1922)”, que Cortesão “inicia formalmente sua carreira de historiador, publicando A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil, capítulo que integrava a obra coletiva História da Colonização Portuguesa no Brasil”. (PERUZZO, 2018, p. 24).

eixo de sua investigação e produção histórica deslocam-se predominantemente para temas brasileiros” (PERUZZO, 2018, p. 25). Nesse sentido,

[Os] cargos que ocupou nas instituições brasileiras lhe possibilitaram um grande contato com coleções de mapas e documentação ainda pouco explorada, originando-se daí suas aulas de história da cartografia e formação territorial do Brasil (ministradas nos cursos de preparação dos diplomatas do Itamaraty). É deste período que surgem as duas grandes obras publicadas em nosso país: Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1950) e Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil (1958), que entre outras publicações mais esparsas acerca do bandeirantismo, lastream sua teoria da pré-figuração de nossas fronteiras (PERUZZO, 2015, p. 15).

Entre outras questões importantes na produção de Jaime Cortesão, é pertinente a maneira com que ele é recebido no Brasil. Sobre isso, Ribeiro (2015, p. 14), afirma que “a presença de casas editoras especializadas em obras de Portugal denota a presença de um grupo organizado de portugueses” e a “presença desses conterrâneos foi profissionalmente fundamental, além de provavelmente consoladora”, lembrando que Cortesão estava numa posição de exílio. Diante da “relação com brasileiros”, ainda de acordo com o pesquisador, “especialmente os que lhe prestaram as primeiras acolhidas”. Outro fator que o autor pontua, “a circulação de intelectuais e instituições entre os dois lados do Atlântico: se por um lado Pedro Calmon e Afrânio Peixoto, intelectuais brasileiros que circulavam em espaços portugueses foram fundamentais na recepção de Cortesão”, abrindo espaços para que ele realizasse as “primeiras conferências” no Brasil, “por outro, a comunidade portuguesa o destinou ao cargo de secretário do Gabinete Português de Leitura”. Como pode-se entender, mesmo estando em uma pátria que não seria a sua, Cortesão estava sendo bem acolhido, tanto por seus patrícios quanto pelos brasileiros com os quais tinha contato.

Em relação a sua produção, Cortesão teve uma forte ligação com a imprensa brasileira, possibilitando, assim, uma distribuição dos seus estudos, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. Conforme Ribeiro (2015), grande parte de suas publicações foram no seguintes periódicos o Diário de Notícias, Jornal do Commercio, n’A Manhã, majoritariamente no Rio de Janeiro, e, em relação a São Paulo, n’A Gazeta e n’O Estado de São Paulo, onde publicaria mais vezes. Nesse sentido,

Acompanhando a sua atuação para além dos círculos institucionais, o das Academias, Associações e outros espaços formados por grupos restritos, nota-se uma sólida presença de Cortesão na imprensa brasileira, inicialmente na carioca: Diário de Notícias, Jornal do Commercio e quase majoritariamente n’A Manhã, periódico portavoz do regime do Estado Novo, chefiado pelo modernista “verde-amarelo” Cassiano Ricardo; e depois na paulistana (n’A Gazeta de Cásper Líbero e majoritariamente n’O Estado de S. Paulo, da família de Júlio de Mesquita Filho, que congregava diversos colaboradores portugueses emigrados e que se opunha ao regime de Vargas. (RIBEIRO, 2015, p. 45-46).

E, ainda conforme o autor, é possível entender a movimentação de Cortesão no Brasil a partir da sua condição de “sociabilidade intelectual articuladas pelo exílio, que congregava portugueses em ambientes comuns, assim como as especificidades do caso de Cortesão”; nesse caso, ter ocupado cargo de Diretor da Biblioteca Nacional de Portugal e ter sido membro da Academia de Ciências de Lisboa. Poderia se dizer, também, de acordo com Ribeiro (2015, p. 49-50), que

Cortesão foi tratado com deferência, a partir dos seus capitais simbólicos; no entanto, o destaque que alcançou no Brasil se deveu especialmente ao trabalho desempenhado em duas instituições: a Biblioteca Nacional e o Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, que estão, em muitos casos, na origem dos textos publicados na imprensa.

Entender o contexto no qual Cortesão estava inserido e o tipo de produção intelectual que estava sendo desenvolvida naquele período nos permite dimensionar escolhas que o pesquisador teve, diante de suas produções<sup>46</sup>. Nesse sentido, dois pontos são necessários para essa compreensão: a questão do pensamento intelectual do período<sup>47</sup> e a articulação retórica de reconhecer a “formação territorial do Brasil”, com uma forte colaboração dos portugueses. Assim, como afirma Ribeiro (2013, p. 2), “as ideias e os textos de Cortesão inseriram-se nas discussões sobre a América portuguesa, destacando o bandeirantismo e a formação do espaço geográfico brasileiro”; isso poderia acompanhá-lo conforme suas próprias colocações em entrevistas sobre sua escolha em se instalar em solo Brasileiro. Nas palavras de Jaime Cortesão, “amar e servir o Brasil é uma das melhores formas de ser português” (CORTESÃO, 1955, p. 17. apud. RIBEIRO, 2013, p. 3).

Levando em consideração, como afirma Ribeiro (2015, p. 23), “o universo em que Cortesão trabalhou e os projetos de nação concebidos entre as décadas de 1930-1950 no Brasil, marcados pela cara questão da mestiçagem ou da coexistência das três raças”, que, segundo o autor, trazia uma ideia de “eliminar a existência de conflito”. Dessa forma, por meio de Maria

---

<sup>46</sup> De acordo com Ribeiro, “a construção Jaime Cortesão no Brasil precisa ser entendida no quadro da produção do conhecimento durante o período do Estado Novo brasileiro, marcado pela demanda, por parte do poder central, da participação dos intelectuais na vida pública da sociedade e nas discussões sobre a identidade da população e da nação. Esse imperativo não só diz respeito à relevância dos debates conduzidos a partir da instância estatal, no qual o programa cultural/educacional formava a espinha dorsal que sustentava o ‘homem novo para um Estado novo’”. (RIBEIRO, 2015, p. 54).

<sup>47</sup> “No contexto experimentado pelo intelectual português, os debates sobre a identidade nacional brasileira eram intensos, promovidos em grande parte pelas políticas culturais do Estado Novo e também por uma produção crescente no campo intelectual institucionalizado nas universidades. O movimento modernista em suas múltiplas correntes e expressões também estava em cena, em muitos casos próximo ao programa cultural estadonovista e ao Ministério da Educação e Saúde, em torno da figura proeminente de Gustavo Capanema, como poderemos ver. À parte isto, é notável a circulação de ideias e as narrativas da história do império português, das quais participam brasileiros e portugueses, além daqueles que falavam das então colônias/províncias ultramarinas de Portugal na África, em torno de temas como o colonialismo, a mestiçagem, o luso-tropicalismo” (*Ibidem*, p. 15).

da Conceição Neto (1997 *in* RIBEIRO, 2015, p. 23) pode-se entender que a ideia do “português típico” seria recorrente naquela época e impediria de “perceber as dimensões históricas do colonialismo”, muitas vezes, reproduzindo, até mesmo, discursos que se combatia, em relação aos modelos autoritários e unilaterais – que podia ser o caso de Cortesão, por estar exilado no Brasil e ser contrário ao movimento salazarista em Portugal, havendo, muitas vezes, a “convergência de ideias entre eles e o que eles combatem.”

Na questão da produção de conteúdo, nos primeiros anos em que Cortesão esteve exilado no Brasil, os “títulos catalogados como de história do Brasil entre 1940 e 1943 e elencados na revista *Cultura Política*, vinculada ao DIP”, Ribeiro (2015, p. 58) pontua que era notável o nome de “consagrados como historiadores: Afonso Taunay, Gilberto Freyre, Sérgio Milliet, Basílio de Magalhães, Alfredo Ellis Júnior e Cassiano Ricardo”. E no que diz respeito aos temas trabalhados nesse momento seriam o “pacto colonial, as missões religiosas jesuíticas, a ação bandeirante, as questões de fronteiras e os movimentos separatistas, seguidos pelo escravismo e pela cafeeira”. Que, conforme o autor, poderia ser entendido como uma demanda maior nas publicações voltadas ao período colonial, depois acerca do império e menor quando se tratava das questões voltadas ao período republicano.

No que diz respeito às suas ocupações no Brasil, formalmente, entre 1946 e 1960, Jaime Cortesão manteve vínculo com a Biblioteca Nacional, “debruçando-se sobre documentos referentes às bandeiras, aos bandeirantes, aos jesuítas e às sociedades indígenas sul-americanas” (RIBEIRO, 2015, p. 54). Em relação ao Ministério das Relações Exteriores, ele esteve ligado no período de 1944 e 1950. Nesse sentido,

[...] O principal objetivo dos cursos ministrados no Instituto Rio Branco era o de trabalhar a questão das fronteiras brasileiras em perspectiva histórica, do passado ao presente, tomando assim parte de um dos principais assuntos trabalhados no período. Um dos padrinhos do intelectual português no Itamaraty foi o próprio Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha. (RIBEIRO, 2015, p. 59).

Como pode-se perceber, esses são os espaços institucionais ocupados por Cortesão em território brasileiro. Como tenta-se até aqui construir um entendimento acerca das questões das influências em sua forma de “fazer história”, no sentido de produção textual, suas participações na imprensa, seu curso para diplomatas. As dimensões dos espaços que ele ocupa e como isso pode ter impactado sua organização da Coleção de Angelis.

Dessa maneira, como afirma Nancy Leonzo (1984 *in* RIBEIRO, 2015), a Coleção dos “Manuscritos da Coleção de Angelis” seria “como fonte subsidiária para o estudo da formação territorial do Brasil e da expressão cartográfica”. Ainda sob esse aspecto, considerada uma de suas principais obras, talvez podendo ser considerada como a principal, diante das questões da



diplomacia brasileira, “Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)”. Dessa forma, Peixoto (2016, p. 67) afirma que “se deve levar em conta que paralelamente à coleção Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri, Jaime Cortesão também estava à frente da organização e publicação dos Manuscritos da Coleção De Angelis” e que “vários registros apontam o entrelaçamento das duas atividades”.

Como apresentamos ao início desse segundo item, a Coleção é composta por sete volumes, sendo os dois primeiros publicados em ordem, respectiva em 1951 e 1952, no entanto, “os volumes III e IV seguiram foram os volumes V e VI, publicados fora da ordem nos anos de 1954 e 1955, sendo que os volumes III e IV sairiam somente em 1969 e 1970, junto com o volume VII”. Ainda, de acordo com Peixoto (2016, p. 67),

O leitor deve notar que os volumes da coleção De Angelis publicados nos anos de 1954 e 1955, Tratado de Madri – Antecedentes – Colônia do Sacramento (1669-1749) e Antecedentes do Tratado de Madri – Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai (1703-1751), se relacionavam diretamente com os dois textos autorais de Jaime Cortesão sobre Gusmão (também publicados fora da ordem) em 1952 e 1956, e endossavam seus argumentos pela exposição da documentação dos antecedentes do Tratado de Madri.

Seguindo o pensamento do autor, a “atividade autônoma de pesquisa realizada por Cortesão antecipou os movimentos no IRB [Instituto Rio Branco]” e os cursos ministrados por ele no Instituto “consolidaram a aliança da sua atuação diplomática”. É possível notar, segundo o autor, que esses “rastros podem ser descortinados na própria Introdução da Coleção De Angelis”, pois nessa parte da obra “Jaime Cortesão aponta que utilizara largamente os documentos dessa coleção para a elaboração tanto do curso História da Cartografia do Brasil quanto de História da Formação Territorial do Brasil, realizados justamente em 1945 e 1946”. Outro dado interessante de pontuar é que “Cortesão reconhece que fora convidado para organizar tal coleção pelo ouvinte de um de seus cursos, Rubens Borba de Moraes”, que era o “diretor da BN, após ele ter assistido sua exposição sobre os conflitos entre as bandeiras paulistas e os jesuítas espanhóis no Paraguai” (PEIXOTO, 2018, p. 68).

A produção de conteúdo e discussões acerca das questões pertinente à área da História no Brasil, assim como demais localidades, é impactada pela forma com que se está produzindo e o contexto em que os produtores desse conhecimento estão inseridos. Como discutiu-se, os eventos da produção da História da Alimentação no Brasil seriam oriundos da temática em maior centralidade nas discussões. O movimento de Annales é um fator a ser considerado. Outra questão importante na produção desse tipo de estudo é a de que essas produções são também

impactadas pelas contextualizações no conhecimento do país, que estava sendo delineado com a ideia de uma “unidade de nação” a partir do conceito de “miscigenação”, ou das “três raças”<sup>48</sup>.

Dessa forma, não somente as bases desses estudos estariam voltadas às questões dos atores indígenas, portugueses e africanos, como base da “sociedade” brasileira. Esse tipo de olhar/visão estava presente na forma de estudos nos quais Cortesão esteve inserido, também tendo o reflexo das mudanças a partir da Escola de Annales<sup>49</sup>. No contexto Brasil, foi influenciado por Capistrano de Abreu<sup>50</sup> e teve seu pensamento próximo a Gilberto Freyre, em alguns momentos, mas divergiam na questão da “miscigenação étnica”, sendo um dos exemplos a superação de Freyre do “mito do português herói”<sup>51</sup>. O que poderíamos perceber, ao estudarmos Cortesão, é que os portugueses são “parte fundamental” para o desenvolvimento do território do Brasil, tanto que este colocou os “bandeirantes” como herdeiros dos portugueses vindos de Portugal e estabelecidos, naquele momento, em solo brasileiro.

Cortesão costumava afirmar que estava a serviço da pátria brasileira, como forma de blindar-se das críticas que recebia a sua forma de produzir e publicar seus estudos, ou ainda, quando as recebia por estar numa posição de privilégio, diante de pesquisadores/autores brasileiros – que esses por sua vez, o consideravam uma “escolha equivocada”. Nesse aspecto, Ribeiro (2013, p. 10), por meio de Leonzo (1984, p. 123), afirma que “os textos publicados por Jaime Cortesão no Brasil não ficaram sem consequência. Foram criticados e apropriados por historiadores que lhe sucederam ou contemporâneos seus”. Como “as suas ideias, sobretudo as que estão em torno da discussão do mito da ‘ilha Brasil’ e “à concepção de que o

---

<sup>48</sup> No que diz respeito a alimentação e o conceito de três raças, isso pode ser percebido na obra de Câmara Cascudo, como apresentado anteriormente o autor divide “História da Alimentação” em dois momentos, no primeiro deles pontua a história/base da alimentação brasileira atrelada aos indígenas, africanos e portugueses, por meio dos respectivos “Cardápio Indígena”, “Dieta Africana”, “Ementa Portuguesa”, (CASCUDO, 2011). Em relação a essa questão Ribeiro, ressalta que “a partir da proposta de Como se deve escrever a história do Brasil do viajante naturalista bávaro Karl von Martius, vencedora de um concurso lançado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, propôs-se a orientação de narrar o Brasil a partir de suas características singulares, entre elas, a coexistência (não a relação) das três raças, capitaneadas pelo saber português, sem deixar de exaltar as peculiaridades da natureza do país. Diversas iniciativas então aliavam história e geografia, sociedade e natureza, a partir dos objetivos principais do Instituto, notadamente preocupado com a unidade social e territorial do país. (RIBEIRO, 2015).

<sup>49</sup> “Depois de 1927, o trânsito pelos já referidos países [França, Bélgica, Inglaterra] lhe possibilita ter acesso a uma série de movimentos que se estabeleciam em torno da renovação dos estudos históricos. Como os Annales na França e a voga americanista na Espanha”. (PERUZZO, 2015, p. 255).

<sup>50</sup> Essa influência teria a ver com a ideia de um Brasil que ocupa espaços a partir do seu interior para seu exterior. Essa interpretação poderia ser feita a partir dos relatos de contato entre Cortesão e o historiador paulista Afonso Thuany, discípulo de Capistrano de Abreu. (ANHEZINI, 2009 in RIBEIRO, 2015, p. 90).

<sup>51</sup> “Com a miscigenação étnica tratada como grande instrumento sociopolítico colonial, Gilberto Freyre (1933) desconstrói a imagem do português herói e grande conquistador”. (PINHEIRO; MAGALHÃES; NAZARENO, 2020).

bandeirantismo teria formado o território brasileiro foram alvos de ferrenhas críticas de historiadores paulistas como Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda”.

A questão das bandeiras aparece na obra de Cortesão, conforme Ribeiro (2015, p. 91),

[...] caracteriza o bandeirismo como uma aventura que não tinha se baseado apenas nos instintos bárbaros de presa, como diziam jesuítas e alguns historiadores. Colocando em segundo plano o apresamento e a escravização indígena, Cortesão qualifica as bandeiras, particularmente as paulistas, como reivindicações de um patrimônio geográfico, humano e cultural.

Como pode-se notar, até mesmo na escolha de títulos, Cortesão está trabalhando parte da questão do “bandeirismo”, questão essa que se apresentou muito “cara” ao mesmo. A exceção dos Volumes “V” e “VII”, em que não aparecem os “bandeirantes” no título. O pesquisador intitula o conteúdo que poderíamos entender como forma de reforçar os limites e a questão de formação de território do Brasil, sendo eles “Tratado de Madri: Antecedentes – Colônia de Sacramento (1669-1741)” (CORTESÃO, 1954)” e “Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos (1750-1802)” (CORTESÃO, 1969).

Cortesão, em relação às fontes utilizadas na presente pesquisa, tece críticas à Pedro de Angelis pela forma que conduziu sua coleção, por seus serviços prestados a países diferentes e, a partir disso, à venda de sua coleção ao Império do Brasil, ao passo que reconhece o esforço do pesquisador em construir seus escritos (CORTESÃO, 1951). Perceber essas nuances possibilitam compreender de que modo se pensou a catalogação dos documentos disponíveis nos “Manuscritos da Coleção de Angelis”. Certamente não se esgotam as discussões sobre o material, mas isso seria parte de outros estudos.

Ao iniciar esse último item do capítulo foram apresentadas críticas ao material que estaria disposto da coleção de De Angelis. Para além desse entendimento, existem trabalhos, assim como mencionados anteriormente, que buscam construir análises mais profundas desse tema. Tendo em vista que o presente trabalho versa sobre “os hábitos alimentares” nas Reduções Jesuítico-Guarani no Tape, perceber o caminho que as narrativas são compostas, nos auxiliam a dimensionar o conteúdo ao qual estamos lidando. Esse caminho está atrelado ao material formado por Pedro de Angelis e organizado, posteriormente, por Jaime Cortesão, tendo, como visto anteriormente, sua publicação entre às décadas de 1950 e 1970, sendo o último volume publicado após seu regresso à Portugal.

As questões voltadas a esses documentos são elementos que auxiliam no entendimento das construções e de espaços territoriais. Processos sociais e culturais de uma região ampla e complexa, que gerou disputas ao longo de diferentes períodos. Nesse sentido, como o próprio

Cortesão pontua, no que diz respeito ao Tape, que a documentação não seria necessariamente inédita naquele momento, pois

O saudoso historiador riograndense Aurélio Porto aproveitou muitos documentos aqui reunidos, para escrever a sua excelente "História das Missões Orientais do Uruguai". Mas, primeiramente, Aurélio cita apenas os documentos, embora transcrevendo, por vezes, com certa largueza; em seguida, insuficiências de paleógrafo não lhe permitiram ler corretamente uma breve palavra, — mus, que interpretou, "mas", perdendo assim a chave que lhe explicava as causas fundamentais da agressão das bandeiras paulistas às reduções do Tape (CORTESÃO, 1969, p. 4).

Ele ressalta que as fontes foram utilizadas anteriormente para escrita de Aurélio Porto, que produziu uma excelente contribuição. No entanto, por haver limitações diante de suas habilidades enquanto paleógrafo, isso poderia gerar interpretações equivocadas diante dos documentos que agora estão transcritos e “reapresentados” por ele e sua equipe. As fontes de De Angelis são amplamente trabalhadas, desde seu “coleccionador”, posteriormente por novos pesquisadores, que tiveram acesso aos documentos, e amplificadas com a organização de Jaime Cortesão. A escolha por esse material, sendo uma das referências acerca das questões do Tape, suscita diferentes debates, no presente trabalho identificar os hábitos alimentares nesses documentos é o principal objetivo.

## AS REDUÇÕES JESUITICO-GUARANI: FORMAÇÃO E AS QUESTÕES ALIMENTARES, NO TAPE

### 2.1 MISSÕES: LOCAL DE ENTENDIMENTO E ESPAÇO DE ESTUDO

As questões da Companhia de Jesus perpassam e se confundem com a história do que representou Inácio de Loyola para Companhia e, ao mesmo tempo, como sua figura e a fundação da Companhia estiveram atrelados aos preceitos da Igreja Católica, em sua renovação diante dos acontecimentos da época. Nesse sentido, a “Companhia de Jesus nasceu e inseriu-se na religiosidade ocidental em um momento emblemático” e “ao mesmo tempo que a poderosa Igreja Católica lutava com os muçulmanos pela retomada de Jerusalém”, existia uma crise intensa que resultava no aparecimento de “Igrejas dissidentes, reformadas, como a Anglicana, a Luterana, a Calvinista. Além disso, a própria Igreja Católica estava em crise interna, sobretudo com a massa popular” (FEBVRE, 1968 *in* HERNANDES, 2010). Enquanto isso, como aponta Hernandes (2010, p. 240):

[...] havia um novo homem e um novo mundo — desvelados para os europeus por *Cristóbal Colón*, o portador do estandarte da Cruz no Novo Mundo — a serem conquistados para o Reino de Deus, da Igreja Católica. Os homens da Companhia de Jesus colocar-se-iam, então, como os cavaleiros de Cristo, a conduzir os exércitos da Cruz na luta contra os antigos inimigos, contra os reformadores e na conquista do Novo Mundo e do novo homem.

Por isso, nesse capítulo abordaremos as questões pertinentes ao pensamento formador de Loyola. No que diz respeito, de forma breve, a como ocorreu a chegada da Companhia de Jesus no Brasil<sup>52</sup>, enfatizando o caso dos jesuítas na dinâmica das Reduções Jesuítico-Guarani. Compreendendo ainda os atores envolvidos, os indígenas, missionários, espanhóis e portugueses. Levando em consideração espaço em duas nuances o que gera estudos para compreensão do espaço, da cultura, da sociedade, da política da época, dando ênfase as questões que sejam pertinentes ao estudo aqui realizado, voltado aos hábitos alimentares no Tape (1611-1640).

---

<sup>52</sup> No ano de 1549, a primeiro de fevereiro, partiu de Lisboa a frota do primeiro governador do Brasil, Tomé de Souza, levando consigo alguns padres e irmãos da Companhia [de Jesus]. Nóbrega não chegou a tempo da partida em Lisboa, embarcou mais tarde na nau do provedor-mor, Antonio Cardoso de Barros, que alcançou a frota e pôde, então, embarcar na nau capitânia, juntamente com seus companheiros a quem liderava: os padres Leonardo Nunes, João Aspícueta Navarro, Antonio Pires e com os Irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. Chegaram à Bahia após oito semanas no mar, em 29 de março de 1549. (HERNANDES, 2006, p. 227).

Como foi abordado, no capítulo anterior, as questões para a compreensão do espaço dos estudos alimentares, dos alimentos e de sua importância, enquanto fomentador da construção cultural, política e social, aqui se busca um olhar de estudos que corroborem com essa perspectiva, tendo em vista que a forma de encontro da visão dos missionários em relação aos indígenas, e vice-versa, influencia nos mecanismos de condução e constituição dos indígenas reduzidos.

## 2.2 LOYOLA: O FUNDADOR DA COMPANHIA DE JESUS E A PROPAGAÇÃO DA FÉ CATÓLICA NA AMÉRICA ESPANHOLA

Nesse momento da pesquisa nos é pertinente compreender, de forma sucinta, quem foi Ignácio Loyola, seu pensamento e a forma como a condução deste foram utilizados para a construção e formação da Companhia de Jesus, impactando o processo das Missões na América. Os processos adotados dentro das reduções estão intimamente ligados com os preceitos da fé católica e, sobretudo, com as ideias de Loyola para a condução do que ele acreditava ser um mundo melhor ao servir à Deus. Nesse sentido, como veremos posteriormente, as questões desse comportamento/pensamento refletem, até mesmo, nas questões alimentares dos indígenas reduzidos, ou em processo de ser reduzido. As questões das produções e/ou escassez de alimentos são uma constante na narrativa das cartas analisadas, tendo em vista a forma em que os jesuítas se utilizavam de suas crenças para construir sua narrativa, para quando as necessidades alimentares eram suprimidas e quando não eram suficientes, eram acometidos por falta de alimento, por exemplo<sup>53</sup>.

Sob esse aspecto, como aponta Quevedo (2000, p. 22):

Para compreender este processo é necessário saber que o pensamento jesuítico não pode ser dissociado das condições históricas em que floresceu, uma das quais implicava no argumento de que a razão estava submissa a revelação, algo típico de uma cosmovisão que ordenava o mundo a partir do Sagrado de Cristo, da fé Católica. A matriz de pensamento jesuítico é a obra *Exercícios Espirituais*, escrita pelo principal arauto da Companhia de Jesus, o nobre Dom *Iñigo de Oñez Y Loyola*, ou Inácio de Loyola, como é conhecido o primeiro Padre Geral da Ordem dos Jesuítas.

Como se pode perceber, o cerne da Companhia de Jesus se encontra fundamentado na obra de Loyola, “*Exercícios Espirituais*”, que é uma obra que está centrada em preceitos de fundamentos religiosos, atrelados a práticas de vivência dele sob os preceitos bíblicos da

---

<sup>53</sup> Essas questões estão expressas nos documentos, um deles é a VII – CARTA ANUA DAS MISSÕES DO PARANÁ E DO URUGUAI, RELATIVA AO ANO DE 1633, PELO PADRE ROMERO – São Nicolau – 16/05/1634 – Para Padre Provincial Diego de Baroa (ROMERO *in* CORTESÃO, 1970. p. 33).

vivência de Jesus. Para entendermos como ocorre esse processo de constituição desses preceitos defendidos por Inácio, é importante considerar os acontecimentos que ocorrem em sua vida, até sua efetiva entrada na Igreja Católica, não mais somente como fiel fervoroso, mas como colaborador em recuperar almas, defender a Igreja, em ser um “soldado de Cristo”.

Então, Inácio nasceu em 1491, em sua infância viveu momentos importantes para o catolicismo espanhol<sup>54</sup>; aos 17 anos pode testemunhar “os festejos da corte espanhola devido a um fato que seria extremamente significativo para a religiosidade latino-americana: a permissão do papa Júlio II, aos réis espanhóis, do direito do padroado sobre a Igreja” em “terras americanas conquistadas, instituída pela Bula *Universalis Ecclesiae*<sup>55</sup> de 1508”. Outra questão que seria relevante, é que Loyola “viveu na corte desde 1506, sob os cuidados de D. Juan Velazquez del Cuéllar”, que era “o tesoureiro-mor da família real e ali obteve a formação básica de cortesão gentil-homem espanhol”, isso tudo seria muito importante para a “posterior atuação da Companhia de Jesus na América Espanhola, pois graças à aliança entre o trono e o altar reafirmada, na *Universalis Ecclesiae* é que foi possível a fundação, organização e expansão das Missões Jesuíticas na colônia” (QUEVEDO, 2000).

Aos 25 anos, “o futuro mentor da Companhia de Jesus tornou-se um cavaleiro do rei de Espanha e participaria, em 1521, da luta dos espanhóis, fiéis ao poderoso Carlos V, no cerco dos franceses, súditos de Francisco I, a Pamplona”. Nesse conflito ele foi atingido. Conforme sua autobiografia, “uma bombarda lhe acertou a perna quebrou toda: a bala lhe passou entre as pernas, deixando a outra também bastante ferida” (LOYOLA, 1987, p. 20 *apud* HERNANDES, 2010, p. 224-225). Depois desse fato, ele foi operado algumas vezes. Posteriormente,

Recuperado, *Inigo* decidiu tornar-se peregrino e ir à cidade Santa para salvá-la das mãos dos turcos. Nesse período e nessa peregrinação, começaria a desenvolver um conjunto de *exercícios espirituais*, tais quais aqueles que faziam os soldados, mas para formar cristãos prontos para uma guerra espiritual contra as ideias peregrinas que iam surgindo pela Europa, de Lutero, de Calvino, dentre outros. Seriam esses exercícios a arma de Loyola para recrutar seus soldados de Cristo e a base de formação de seus futuros legendários. Exercícios que são inspirados na imitação da vida de Cristo, popular na Europa desse período, e que serão o primeiro método pedagógico jesuítico para o aperfeiçoamento das almas na doutrina cristã (HERNANDES, 2010, p. 225).

---

<sup>54</sup> Loyola teria vivido “momentos decisivos do catolicismo espanhol”, em sua infância, “a expulsão dos mouros de Granada, a promulgação da lei judaica que obrigava todos os judeus a optarem entre tornaram-se cristãos ou abandonarem o país, a descoberta da América e sua consequente conquista”. E, a vida de Loyola estaria “dividida entre a repressão oriunda do terror provocado pelo Tribunal da Inquisição Espanhola e a ânsia de liberdade expressa no sonho de explorar outros mares”. (QUEVEDO, 2000). Ainda teve um irmão que “acompanhou os primeiros navegantes do Novo mundo e lá morreu”, os outros irmãos de Loyola foram “aventureiros e soldados”. (EQUIPE DE ITAICI, 1978 *apud* QUEVEDO, 2000).

<sup>55</sup> “Com a nova bula *Universalis Ecclesiae*, a coroa da Espanha recebe o “direito do padroado”, recuperando direitos que na bula *Illius Fulciti* de, 15.11.1504 (C.D.I. Ultramar, vol. 5, p. 85ss), que inaugura o episcopado na América e trata da fundação de dioceses, foram “esquecidas”, como por exemplo a apresentação dos bispos.” (SUESS, 1992).

Esse pensamento dos “Exercícios de Loyola”, pode ser compreendido a partir da leitura da obra ou, ainda, por meio de outros autores que a estudem. Nesse trabalho que se busca o entendimento no que diz respeito aos hábitos alimentares, discutir esses direcionamentos/pensamentos de Loyola, entendendo que isso infere diretamente no que foi e é a Companhia de Jesus, se torna pertinente, pois, como dito anteriormente, esses preceitos interferem no andamento das Missões/Reduções, por estruturar esse grupo religioso ligado à Igreja católica como veremos a seguir. Dessa forma, Quevedo (2000) pontua que a obra não se trata de um “tratado espiritual, no sentido estrito do termo, e está dividida em quatro partes ou semanas que, por sua extensão variável, não correspondem obrigatoriamente a sete dias da semana”.

Loyola praticava seus exercícios mesmo antes de estar devidamente atrelado a Igreja Católica, por isso, foi advertido algumas vezes. Pois, para dar seguimento e viver a vida em concordância com os preceitos da religião era necessário que houvesse vínculo com a Igreja.

*Inigo* não era padre e aplicava, por intermédio dos exercícios espirituais, penitências e purgações; e, como ele induzia as pessoas a viverem a vida de Cristo, na imaginação, parecendo coisa mística, típica dos perseguidos alumbrados, foi convocado e investigado pelos homens do Santo Ofício, em Alcalá. Decidiu, então, que seria necessário estudar as coisas da fé. De Alcalá, dirigiu-se a Salamanca, cidade universitária. Mas, em 1527, foi preso novamente pelos dominicanos, pelo mesmo motivo. Ficou preso 22 dias com alguns de seus companheiros. (HERNANDES, 2010, p. 225).

Então, Inácio foi liberado em Salamanca, estando autorizado, conforme o Santo Ofício, para praticar seus “exercícios espirituais”, sem aplicar penitenciais, purgações de pecado, entre outros, tendo em vista que ele não era padre. Ele se dirigiu a Paris para estudar na universidade, onde foi abordado pelo diretor, que lhe pediu que promettesse que não praticaria seus “exercícios” na instituição. Mas isso não ocorreu, e, então, recrutou na universidade “seus primeiros companheiros de Companhia”<sup>56</sup>. Os jovens missionários da Companhia de Jesus, antes mesmo de estar constituída do modo que a conhecemos, “em 1534, em Montmartre, nos arredores de Paris, os sete companheiros pronunciariam, na igreja de Nossa Senhora, os votos de ir a Jerusalém para salvá-la das mãos dos turcos” e quando retornassem, estariam “sob a autoridade do Papa, Clemente VII, que seria substituído, naquele mesmo ano, por Paulo III”. Outro acontecimento importante, ocorreu em 1537 – em um primeiro momento, não esteve

---

<sup>56</sup> Os primeiros recrutados por Inácio de Loyola foram “Pierre Favre, Francisco Xavier, Diogo Laínez, Afonso Salmeron e Nicolas Alonso, de Palência; por fim, o português Simão Rodrigues de Azevedo, pensionista de Dom João III no colégio Santa Bárbara, em Paris.” (HERNANDES, 2010).



atrelado ao desenvolvimento da Cia de Jesus, mas teve forte impacto nos desdobramentos posteriores em relação a evangelização dos missionários em diferentes locais, sobretudo na América –, quando do entendimento de que os indígenas poderiam ser convertidos, nesse sentido, “por determinação apostólica, o papa Paulo III decidiu que os índios seriam homens racionais”<sup>57</sup>, houve acontecimentos em que os missionários da Companhia de Jesus, enquanto aguardavam audiência formal com o Papa para a institucionalização da ordem, foram chamados a servir a Igreja de modo que fossem enviados para onde fosse necessários os seus trabalhos. A ordem religiosa que conhecemos como Companhia de Jesus, foi fundada oficialmente “em vinte de setembro de 1540, os peregrinos mendicantes seriam recebidos em audiência por Paulo III e veriam aprovadas (também pelo conselho de cardeais), na bula *Regimini Militantes Ecclesiae*, a instituição e a primeira constituição da Companhia de Jesus” (HERNANDES, 2010).

A chegada da Companhia de Jesus na América Portuguesa, no que hoje temos como território do Brasil, ocorreu em 1549, com a chegada do padre Manoel de Nóbrega, liderando os padres “Leonardo Nunes, João Aspicuelta Navarro, Antonio Pires e com os Irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome”. Nesse sentido, “os padres da Companhia foram viver em uma aldeia de índios, tentaram ensinar a doutrina cristã, com intérpretes que eram ‘bons línguas’, isto é, que falavam bem a língua dos índios e opuseram-se violentamente contra os costumes nativos, principalmente a antropofagia” (NÓBREGA, 1988, p. 73 *In* HERNANDES, 2010).

Segundo, Hernandes (2010), o Padre Nóbrega

[...] tinha como missão a expansão da Companhia de Jesus e, para recrutar guerreiros, sobretudo aqueles que eram bons línguas e eram conhecidos dos índios, abria mão de regras e leis da Companhia, às vezes até da própria Igreja Católica, o que lhe custou aborrecimentos e, talvez, o cargo de Provincial. Mas, na realidade das matas brasileiras, ou se enfrentavam os problemas, como fez Nóbrega, ou a Companhia de Jesus não teria conquistado tantas almas para o reino de Deus.

Também é válido pontuar que Nóbrega, duvidou “que os nativos tivessem condições de aprender a palavra de Deus, e, muito provavelmente, os índios também duvidaram se os padres teriam condições de aprender sua cultura e sua religião, que não tinha Deus nem diabo”<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> “No qual tribunal, depois de vistas as informações de uma, e de outra parte, se determinou com Autoridade Apostólica, como coisa tocante à Fé, que os Índios da América são homens racionais, da mesma espécie, e natureza de todos os outros; capazes de Sacramentos da Santa Igreja e por conseguintes livres por natureza, e senhores de suas ações.” (VASCONCELOS, 1977 *apud* HERNANDES, 2010).

<sup>58</sup> Os primeiros missionários com maior destaque, da Cia de Jesus em difundir a Fé Católica e responsáveis pela conversão dos povos indígenas, na América Portuguesa, foram os padres provinciais, já referido Antônio de Nobrega, e o padre Anchieta. No que diz respeito as práticas religiosas, Anchieta, “Diferentemente de Colombo, que acreditou que os índios não falavam, pois falavam uma língua que ele não entendia; ou de Nóbrega, em seu

O padre Nóbrega tinha como objetivo avançar até a Região do Prata, para catequizar os indígenas que estavam nessa zona de território, no entanto, isso não foi permitido pelo alto clero. Houve uma ordem de que os missionários pertencentes a ordem da Cia. de Jesus, que poderiam estar nesses espaços para professar a Fé Católica e converter os indígenas, seriam de responsabilidade dos representantes que viessem com os espanhóis. Nesse sentido:

Ao fundador da ordem, padre Inácio de Loyola residente em Roma comunicaram os jesuítas de São Paulo o desejo de evangelizar o Paraguai, donde recebiam insistentes apelos. Estando o próprio superior provincial, padre Nóbrega, pronto para partir, o governador geral Tomé de Sousa invocando razões de estado manifestou-lhe sua discordância em posições espanholas, confiou a fundação de Missões jesuíticas na América espanhola ao piedoso e influente duque de Gandía, Francisco de Borja, o qual todavia, só em 1568, já como 3º superior geral da Companhia de Jesus, pode finalmente realizar seu sonho, enviando jesuítas espanhóis ao Peru. (BRUXEL, 1987, p. 7).

Nesse trecho, podemos compreender de forma sucinta a divisão da Companhia de Jesus realizada na América espanhola e na América portuguesa. Fica evidente que o processo dos missionários era de interesse dos monarcas em seus novos territórios, mas, sobretudo, não era viável que os missionários atrelados ao controle português ocupassem os espaços que eram entendidos como dos espanhóis. Sob esse aspecto, se pode entender o motivo pelo qual as empreitadas do padre Nóbrega esbarraram em questões maiores do que sua vontade de chegar aos espaços do Rio da Prata com seus seguidores, na tentativa de catequizar os povos nativos<sup>59</sup>.

Como se pôde perceber por meio dessa pequena explanação acerca da vida de Ignácio de Loyola, o fundamento da Companhia de Jesus e sua empreitada na América Espanhola e Portuguesa, principalmente no caso da que esteve sob domínio dos espanhóis, que é pertinente ao presente trabalho de pesquisa, nos permite compreender os espaços em que os missionários estariam inseridos e o entendimento do que esses cavalheiros de Jesus tinham como preceitos

---

primeiro contato, que achou serem os índios uns brutos e não terem vocábulos para entenderem a mensagem de Cristo, agora, os jesuítas não só aprendiam a língua dos índios como a comparavam, mesmo com ironia, com o grego. Além disso, desenvolviam uma gramática da língua mais usada na costa do Brasil para ensinar aos estudantes dos colégios e àqueles que vinham para trabalhar na conversão dos índios ao cristianismo. É que, manejando a língua, entrava-se mais facilmente no que poder-se-ia chamar de ideologia indígena: seus mitos, religião, sua organização social, para então tentar destruí-la. Somente então seria possível “ensinar os bons e criticar os maus costumes” – segundo evidentemente uma visão cristã –, valendo-se de festas religiosas e encenações teatrais” (HERNANDES, 2010).

<sup>59</sup> Ao final de “1585 já trabalhavam em Tucumán dois jesuítas peruanos, P. Francisco de Ângulo e P. Alonso Barzana, quando em janeiro de 1587, chegavam do Brasil a Buenos Aires, com destino a Tucumán, outros cinco jesuítas: P. Leonardo Armini (italiano), P. Estêvão Grao e P. Manuel Ortega (portugueses), P. João Saloni (espanhol) e P. Thomas Fields (irlândes)”, como a missão ficaria sob dependência da Província do Peru, por ordens do P. Cláudio Aquaviva, os padres Armini e Grão retornaram ao domínios portugueses, “enquanto os outros três, conhecedores da língua geral (tupi-guarani), rumaram para Assunção, onde abriram um colégio em 1594”. (BRUXEL, 1987).

para práticas realizadas em relação as Reduções, sendo um dos grupos protagonistas dos desdobramentos do processos que ocorrem nesses espaços.

Assim sendo, o outro grupo protagonista são os indígenas, principalmente, os Tupi-guarani, mais precisamente os Guarani, dentre outras etnias presentes nas Reduções. Esses teriam sido maioria. São o grupo que os espanhóis teriam tido mais proximidade, ao realizarem suas expedições/explorações na Região Platina, conforme o pesquisador Francisco Silva Noelli (1993)<sup>60</sup>. Sob essa perspectiva, como afirma Tuani de Cristo (2018, p. 43),

A etnia Guarani já ocupou um amplo espaço territorial que abrange países como Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, contudo no pós-contato com os europeus muitos destes territórios foram paulatinamente sendo invadidos por não índios, situação que perdura até a atualidade. A perda dos seus territórios e ressignificações culturais se devem principalmente ao intenso contato com os não indígenas desde o século XVI.

A questão da forma que se deu a conversão religiosa dos povos originários, aqui presentes, e a indução para que o indígena estivesse mais “seguro” nas Reduções gera inúmeros debates. É sabido, também, que há presença de outras etnias além dos Guarani, no entanto, como esse trabalho visa corroborar com um pequeno trecho do período das Reduções, com foco ainda no âmbito alimentar, se buscou formas de entendimento acerca dos acontecimentos que corroboram com a compreensão das fontes estudadas. Nesse sentido, o professor e pesquisador Júlio Quevedo nos apresenta, em seu livro “Guerreiros e Jesuítas: na utopia do Prata” (2010), as questões voltadas ao “indígena reduzido”; e é sob esse prisma que iremos discorrer agora, pois auxilia, como citado acima, no entendimento que temos a partir da leitura das fontes. Dessa forma:

Um tema central das missões é a conversão do índio aos valores do cristianismo ocidental, pois é ela que garante a “reorganização” da vida tribal indígena segundo os valores da tradição medieval católica, temperada pelo clima combativo da Contrarreforma e impregnada pelo espírito cruzadista. (QUEVEDO, 2010, p. 11).

E, ainda de acordo com o autor,

Um dos pontos centrais das Missões era o modelo de ‘índio reduzido’. E neste modelo havia dois elementos: a) propriedade coletiva de todos os meios de produção (*O Tupambé*), na qual se desenvolviam as atividades agropecuaristas para garantir a autossuficiência e a produção de excedentes para economia colonial espanhola; b) propriedade particular dos meios de produção (*O Amambae*), onde se praticava a atividade agrícolas, por meio do trabalho livre e familiar, para a autossuficiência da família missionária.” (*Idem*).

---

<sup>60</sup> Noelli, Francisco Silva. Sem Tekohá nao ha tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no Delta do Rio Jacuí-RS. Diss. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul., 1993.

O pesquisador ainda pontua as questões de divisão de trabalho, que eram feitas por sexo, idade e regras referentes ao turno de trabalho. Que, dessa forma, as “relações de trabalho simultaneamente livres e coletivas” eram coordenadas pelos “caciques, do Cabildo e dos padres Jesuítas”. Ainda, procuravam aperfeiçoamento da mão-de-obra em atividades como carpintaria, tecelagem, olaria e curtição de couro. E, esse “conjunto complexo de elementos é o responsável pelo êxito socioeconômico missionário ao final do século XVII até a segunda metade do século XVII”. E, “simultaneamente ao processo de transformação da terra e do trabalho indígena, os nativos foram gradativamente recebendo os valores sociais, morais e éticos do Cristianismo ocidental”. Para o autor, “a Missão de índios era a extensão máxima da Cristandade na Zona do Rio da Prata”. Quevedo ainda explica que o espaço geográfico se une ao aspecto cultural e isso corrobora com construção da ideia de que os portugueses, ao expandirem seus domínios e adentrar nesses espaços, se apresentavam como inimigos dos guaranis-missioneiros – questão que era instrumentalizada pelos jesuítas, ao transformar esses invasores como o “mal”, o “demônio”. É possível ao fazer as leituras dos documentos analisados dos Manuscritos da Coleção de Angelis (MCA), que a ocorrência dessa narrativa pelos redatores das cartas trazia essa questão na narrativa.

E, ainda sob essa ótica, o pesquisador Quevedo afirma que “a colonização da Zona do Prata e a construção do modelo reducional teria ocorrido numa época em que o pensamento de uma ‘guerra santa’ era plenamente aceito pela ‘Cristandade Ibérica’, e que os “índios reduzidos, ao lutarem contra o português, ostentavam a Cruz” e os “missionários jesuítas, soldados de Cristo”. Esse pensamento era apresentado aos indígenas reduzidos como uma “ideia de que estavam em plena Cruzada contra o inimigo do Reino de Cristo”. Dessa maneira, “a missão, enquanto expansão da Cristandade”, se preocuparia com a efetivação do reino cristão na terra (QUEVEDO, 2000).

Conforme a tese defendida por Quevedo (2000, p. 15), “o projeto missionário estava perfeitamente inserido no sistema mercantil colonial espanhol, como expressão de aliança entre o Estado eclesiástico (união Trono e Altar), e os poderes constituídos na sociedade política (vice-rei, Governador e Cabildo)”. E o “produto dessa aliança foi o ‘índio reduzido’, que seria tido como “fiel vassalo ao monarca espanhol, responsável pelo êxito socioeconômico da Missão”. Para alcançar esse objetivo, ainda conforme o autor,

[...] os missionários buscaram converter o *gentio* (como eles chamavam os nativos), reduzindo-os, reconduzindo-os à fé católica e vassalagem política ao monarca, numa verdadeira conquista espiritual. Dessa forma, os padres partiam da redução, a *reduccio* (ou seja, o local, o realocar o índio no verdadeiro lugar), para atingir outro patamar: a evangelização (compreendendo a missão, a *missio*, enquanto ato de evangelização).

Os jesuítas transformaram o espaço criado (em áreas de domínio espanhol), no ideal da Cristandade, atingido este processo âmagdo do “Ser índio”, que passa a se transmutar em “Ser índio reduzido”. (QUEVEDO, 2000, p. 15-16).

A partir desse entendimento, na visão do missionário, segundo o autor, a “terra do índio” começa a ser considerada “terra arrasada”, onde residiria o mau, e que após a conversão essa terra seria transformada em uma “terra sagrada” ou “terra da promessa”. Consequência disso, seria que o trabalho do indígena reduzido o dignificaria como cristão, como “membro da cristandade, novo povo eleito”. Uma questão que é apontada por Quevedo (2000, p. 16), é que os “elementos explicativos unificadores” poderiam ser encontrados na “guerra” e, ainda que os padres condenassem, num primeiro momento, a prática de “guerra tribal”, considerando esses conflitos uma “barbárie e selvageria”, ensinaram que seria “justo guerrear contra o índio que não aceitasse a doutrina”, pois nesse caso seria considerado uma “causa justa e legítima”. Por fim, os missionários buscaram “incutir ao índio reduzido” a ideia de que havia uma “guerra santa contra qualquer pessoa que ameaçasse a existência da Missão, a ‘terra da promessa’, um espaço sagrado que se efetivava o ‘Reino de Cristo’”. Pertinente pontuar que “os missionários também defenderam a ‘guerra natural’”, que seria contra os inimigos do rei espanhol, que seriam “contra a Igreja Católica espanhola” (QUEVEDO, 2000, p. 16).

Diante do exposto, é importante ressaltar o trabalho de Tuani de Cristo, onde ela apresenta as questões de fronteiras culturais entre os indígenas e os missionários, na pesquisa de nome “Historicidade e fronteiras culturais entre Guarani e jesuítas em território da província do Tape (1626-1638)<sup>61</sup>. O trabalho da autora visa demonstrar que os indígenas, principalmente o grupo Guarani<sup>62</sup>, estariam suscetíveis aceitar ou não a permanência de missionários da Companhia de Jesus em seus espaços e/ou ainda se sujeitar aos preceitos católicos, podendo ser no local já instalado ou, ainda, em novo local escolhido por um padre<sup>63</sup>, nesse sentido,

Os jesuítas adentravam os espaços destas sociedades e levando a concepção de cultura europeia desejavam converter o que denominam de “selvagens infiéis”. Por outro lado, os indígenas presentes nestes territórios não deixavam de projetar sua lógica cultural nos eventos que se sucediam, sejam aqueles que estabeleciam alianças com padres, seja os que deflagravam guerra a Companhia de Jesus.

---

<sup>61</sup> CRISTO, T. de. *Historicidade e fronteiras culturais entre Guarani e Jesuítas do Tape (1626-1638)*. 2016.

<sup>62</sup> Nas palavras de Tuani, “os conflitos foram inevitáveis, causando profundos impactos na ordem cultural e social da sociedade Guarani. Neste cenário de atritos entre espanhóis e indígenas, a Coroa Espanhola alia-se com a Companhia de Jesus, para que, estes adentrem os territórios ocupados por diversas etnias, como os Guarani, os Kaingang, os Xokleng, Charrua, Minuano, entre outros e, por meio de missões jesuíticas, catequizasse as parcialidades que aceitassem realizar alianças com os missionários. Em uma primeira instância, foram os Guarani quem se mostraram mais interessados em relacionar-se com os missionários, posteriormente tem-se indícios de que outras etnias também aceitaram fazer alianças com os jesuítas”. (CRISTO, 2016).

<sup>63</sup> Discorreremos adiante sobre a questão da ligação do indígena com seu espaço/território e a forma que sucediam ou não a aceitação da presença dos missionários da companhia de Jesus neles.

Essa colocação feita pela autora em seu estudo está em consonância com as proposições defendidas por Quevedo (2010) e Baptista (2007), em que os indígenas não deixavam seus comportamentos de lado para existirem nas reduções. Os missionários, ainda que fossem contrários a algumas práticas, precisaram por muitas vezes adotar a lógica indígena para a existência dos espaços reducionais.

Outra questão imprescindível ao trabalho de Tuani Cristo (2016), é em relação ao “*ñande reko*” Guarani, denominado como o “modo de ser” desta sociedade. Já no estudo de Noelli (1993) e Noelli e Soares (1997), indica-se que o *teko ’á* – espaço (lugar do *teko*, ou *reko*) é o que faz sagrado, que transformam as relações sociais, que são a razão deste “modo de ser”, englobando as questões culturais, sociais, territoriais, econômicas e cosmológicas. Abordando como essas questões do modo de ser Guarani são uma constante para a construção dos espaços reducionais e como isso implicaria em dificuldades de conexão entre indígenas e missionários. O modo de ser Guarani implica na cosmologia, na organização e no entendimento que eles têm sobre questões de natureza, por exemplo. Dessa forma, “por meio dos ensinamentos transmitidos pelos mais velhos, os mais jovens passavam a compreender o mundo onde viviam e os significados que a cultura Guarani dava as questões que lhes envolviam” (CRISTO, 2016). Essas afirmações trazidas por Tuani, por vezes por meio de outros autores, permitem que se entenda, nas questões alimentares, como veremos posteriormente, as práticas feitas pelos indígenas em relação aos alimentos.

Nesse momento da pesquisa podemos compreender de modo resumido questões que são profundas e envolvem as reduções. A construção da Companhia de Jesus, o pensamento trazido pelos missionários aos espaços da América impactaria diretamente no modo de vivência dos indígenas que optaram por ser um “indígena reduzido”, como aponta Quevedo. Mas é válido ressaltar que esses indígenas buscam manter suas práticas dentro da perspectiva reducionista. Isso pode ser percebido nos documentos analisados. Como a própria Tuani pontua que sua pesquisa está nas entrelinhas dos documentos, por vezes o presente estudo se assemelha nesse olhar, em que é preciso perceber o comportamento alimentar nas reduções sob a ótica e narrativa dos missionários, mas que não deixa de aparecer as práticas e os alimentos indígenas.

### 2.3 A COMPANHIA DE JESUS E O PROCESSO REDUCIONAL

Como vimos anteriormente, a Companhia de Jesus foi uma das ordens constantes na América Portuguesa e na América Espanhola, poderia ser dito, sendo uma das mais bem sucedidas em suas missões, no que diz respeito à América sob tutela do reino de Castela. Se faz

necessário que se compreenda o que foram as reduções, principalmente as que dizem respeito a Província do Tape, tendo em vista que esse é o espaço onde ocorre a presente pesquisa.

Assim sendo, conforme Quevedo (2010), “as reduções foram a concentração de índios em pequenos povoados, para convertê-los à fé da igreja Católica reformada, conforme estipulado pelo Concílio de Trento (1545-1563)”. O autor ainda coloca que elas eram “simples povoados, com igrejas de madeira ou de taipa e residência dos índios, estas geralmente feitas de pau-a-pique”. Usualmente feitas dessa maneira, por sofrerem constantes ataques da “ação escravista das bandeiras e a hostilidade do meio”. Outra questão importante que o autor pontua é que “as reduções marcam o início da sociedade tribal à sociedade ‘moderna’ do Estado Absoluto”. Nesse sentido,

Foi nesse contexto de exploração da terra e do trabalho indígena que o padre Diego Torres Bolo fundou em 1607, a província jesuítica do Paraguai, articulando com o governador Hernandarias a conquista espiritual e material dos guaranis. As reduções disseminaram-se pelo Paraguai e pelo rio da Prata, baseadas nas *Ordenanzas de Alfaro*, pois estas estabeleciam a redução do índio à fé católica e a sua vassalagem à Coroa de Castela, ao passo que as *Hernandarias* pregavam uma certa liberdade ao indígena (QUEVEDO, 2010 p. 71).

O autor aponta que a “vida reducional, no qual o índio exercia suas obrigações por meio do trabalho reduzido”, a redução seria “um espaço de missão, mas também de proteção ante a *encomienda* ou qualquer forma de escravidão”. O trabalho a ser executado da redução, além da conversão do indígena – de seguir os preceitos do catolicismo, o que “justificava a presença constante do padre” –, era também de garantir “liberdade”, mas uma liberdade “vigiada”, sendo ela “tutelada pelo pároco, pelo missionário e também pelas autoridades espanholas, que deviam vigiar a política administrativa da redução por intermédio do Cabildo”. (QUEVEDO, 2010)

Mas, conforme o autor, e de acordo com Montoya (*apud* Quevedo, 2010), a redução era definida da seguinte maneira:

*Llamamos reducciones as los pueblos de indios, que viviendo a su antigua usanza en montes, sierras y valles, en escondidos arroyos, en tres cuatro o seis casas sueltas, separadas a leguas, dos, tres y más unos de otros, los redujo la diligencia de los Padres a poblaciones grandes y a vida política y humana, a beneficiar algodón con que vistan; porque comúnmente vivían en desnudez, aún sin cubrir lo que la naturaleza oculto.*

Seguindo essa colocação, Quevedo (2010) ressalta que a “redução era a negação da organização política Guarani e uma tentativa de conduzir o índio a aceitar a passagem da vida tribal seminômade para uma comunidade cristã sedentária”.

Se entende que, no que diz respeito à América do Sul, a “penetração da religião cristã e sua imposição ocorreu por meio do projeto missionário implantado para que os indígenas

fossem catequizados e ‘civilizados’ e os espaços sul-americanos “foram sendo ocupados lentamente pelos europeus após a chegada de Colombo e seus companheiros”. E, no “processo de ocupação a Companhia de Jesus teve um papel fundamental, pois eram os padres que tinham a função de ‘catequizar e civilizar’ as sociedades ameríndias, por meio das missões-reduções”. Desse modo as “missões jesuíticas foram resultado do contexto em que estavam inseridas”. (BECKER, 1992; KERN, 1987 *in* CRISTO, 2016).

Como afirma Quevedo (2010), “as reduções eram aldeamentos indígenas dirigidos por padres e tinha objetivo a conversão do índio à fé católica e a vassalagem ao poder real do monarca espanhol”. Dessa maneira, o autor explica que essa conversão não seria diretamente vinculada ao papa, mas à Coroa espanhola. Assim, “os padres missionários exerciam seu trabalho dentro dos limites do Padroado real e da regulamentação legislativa espanhola para o mundo colonial”. E “em resumo, o fim maior das reduções era a evangelização, que incluía:” a “conversão religiosa”; “salvação da escravidão”, “a paz evangélica por meio de um equilíbrio de interesses dos espanhóis e das reduções”.

No que tange as questões para fundar uma redução, ou a mudança de local de um “povo”, não poderia ser feita de forma improvisada. Por isso, segundo Bruxel (1987, p. 13):

Aos primeiros missionários recomendava o superior provincial que escolhessem com muito cuidado o local para a fundação da Reduções, informando-se com espanhóis bem intencionados ou com índios conhecedores da situação topográfica e climatológica; que optassem por lugares já habitados por índios, desde que tivesse área bastante ampla para umas mil famílias, clima saudável (sem a vizinhança de banhados com seus mosquitos), boa água, matos para lenha e madeira para construção, abundante caça e pesca”.

Como se percebe, a partir da leitura do autor, havia condições de ambiente e espaço para que uma Redução fosse mudada de local e/ou, ainda, uma nova fosse fundada, diante desse aspecto, o conhecimento acerca do espaço era algo importante para o bom andamento da organização reducional. Além disso, Bruxel (1987) também pontua que “em meados do século 18, o P. Cardiel ainda insiste nas mesmas condições”<sup>64</sup>. E, as questões deveriam ser seguidas para que houvesse um bom desenvolvimento para esses povoados. Outro ponto relevante é de que, no primeiro momento, tanto a fundação quanto as mudanças de localidade deveriam levar em consideração a opinião dos “caciques”, pois, algumas vezes, era necessário não causar

---

<sup>64</sup> Segundo Bruxel (1987, p. 13), o Padre Cardiel pontua que “o local de uma Redução deve medir, no mínimo, cem hectares de terreno plano, algo elevado e aberto para o sul, donde sopram os ventos refrescantes; esteja provido de muitas e boas águas para e beber e cozinhar, bem como tomar frequentes banhos, de que tanto gosta e precisa o índio; possua exuberantes matos para lenha e madeira para construção; situa-se longe de pântanos, por causa da neblina e dos mosquitos, sapos e cobras”.



atritos com eles, para que fosse viável a permanência dos missionários em seus domínios. Mesmo com a introdução de mecanismos para fundação e mudança de Reduções, também havia certa inviabilidade de “integrar todos os Povos num único grupo”, pois não era simples a troca de localidade por parte dos indígenas e, sob esse aspecto, “apoiados por leis espanholas”, se recusavam a “sair de seus territórios”. Assim foram formados “vários subgrupos, geralmente às margens dos rios”<sup>65</sup>.

Nesse sentido:

Tinham os missionários como norma geral: conservar o que era bom e digno, na antiga cultura indígena. Para introduzir, na habitação, trabalho, alimentação, higiene, educação etc., as modificações indispensáveis, sabiam aguardar o momento oportuno, quando o índio, devidamente informados de suas vantagens, aceitava tais inovações. (BRUXEL, 1987, p. 13).

Esses processos eram constantemente utilizados como recurso dos missionários para que houvesse manutenção e controle dos espaços construídos por indígenas e por eles. Lembrando, ainda, que o “bom e digno”, como pontua o autor, era a partir da forma/compreensão que os missionários tinham acerca do andamento de uma vida digna na missão, conforme a doutrina católica. Não nos cabe, aqui, juízo de valor acerca de como os indígenas conduziam as suas questões de existência, somente perceber os recursos utilizados pelos missionários, para que estivessem constantemente assegurando o comportamento que eles almejavam que os indígenas tivessem nas reduções<sup>66</sup>. Sob essa perspectiva, estar atento aos andamentos da aldeia, dos costumes locais, auxiliava na condução sistêmica da prática religiosa para conversão e redução dos indígenas, sobretudo visando a permanência daquele indivíduo na Redução<sup>67</sup>. Cumprindo dois objetivos, o de angariar fiéis a Igreja Católica e o de aliciar novos súditos à Coroa.

---

<sup>65</sup> “Antes de 1640, quando os índios ainda não possuíam armas de fogo, a proximidade dos Povos era imprescindível à segurança comum; e mais tarde embora preponderassem os interesses comerciais, a defesa mútua ainda era para os índios fator importante”. (BRUXEL, 1987, p. 14).

<sup>66</sup> Os jesuítas condicionaram os indígenas para que não vivessem de acordo com o *ñande reko*, os missionários jesuítas “infligiam aos Guarani a sua própria lógica cultural, isto é, um modo de vida ocidental/cristão”, tendo como alicerce “o casamento monogâmico, batismo, crença no Deus cristão, abrir mão dos cerimoniais Guarani, considerados pagãos, das guerras, dos rituais antropofágicos e daquilo que consideravam nudez” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002; CRISTO 2018). Importante pontuar que o objetivo de mudar esses modos culturais dos Guarani, “bem como os métodos utilizados pelos padres, ao longo do tempo também gerou conflitos com algumas parcialidades que viviam nas reduções” (MELIÁ, 1997; CRISTO 2018).

<sup>67</sup> Fundamentados no projeto de evangelização que consistia na transformação das práticas culturais Guarani, os jesuítas introduziram nas reduções novas práticas, englobando aspectos de âmbito econômico, religioso, político e social (KERN, 1982 *In* CRISTO, 2018). A partir do modelo reducional os padres procuraram ensinar aos Guarani e demais etnias presentes nas reduções o modo de vida europeu, o qual consideravam “civilizado” (CRISTO, 2018).

A forma de constituição desses espaços e o sucesso desse empreendimento dependiam de alguns fatores, um deles era a manutenção da alimentação desses espaços. Nesse sentido, Cristo (2018) aponta que “inicialmente os missionários realizaram tentativas de catequizar os índios sem conviver com as parcialidades, porém esta tentativa inicial não resultou como o esperado, pois os indígenas não praticavam os ensinamentos cristãos”. Outra questão importante é que o não agrupamento dos indígenas impossibilitaria, até mesmo, a sobrevivência dos missionários jesuítas, porque, dessa forma, eles dependia de alimentos ofertados pelos indígenas, ou pelos “colonos”. (AMANTINO; FLECK, 2016 *In* CRISTO 2018).

Sob essa ótica, Bruxel (1987) aponta que a agricultura era um fator importantíssimo para a fundação e manutenção das reduções. Outro autor que reforça esse pensamento é Meliá (1997), quando afirma que a agricultura se mostrou imprescindível para que os missionários conseguissem evangelizar aos indígenas, isso porque era um mecanismo de garantir a subsistência das reduções, desse modo, favorecendo com que o Guarani permanecesse no local e evitando que saíssem dos povoados reduzidos, de modo que isso impedisse o contato com suas práticas antecessoras à vida em redução<sup>68</sup> – tendo em vista a história dos Guaranis com a horticultura onde organizavam grandes hortas com diversas espécies de plantas. Ainda nesse sentido, a leitura de Cristo (2018), acerca de Meliá, corrobora com esse entendimento de que “o objetivo da Companhia de Jesus era formar um Guarani colonial e, para isso três métodos foram fundamentais: a agricultura intensiva, um novo modelo de casas e a religião”.

E Cristo (2018) evidência em sua pesquisa que “os jesuítas ao determinar o local para fundar uma redução analisavam as possibilidades de alcançar autossuficiência e facilidade de movimentação entre as reduções”, como dito anteriormente, e “visando uma autonomia econômica para não depender dos produtores locais”. Por isso, a seguir trabalharemos as questões que envolvem quais eram as reduções, suas localidades e o modo que alimentação/práticas alimentares influenciava em duas fundações e mudanças de localidades.

### ***2.3.1 A REGIÃO DA PROVÍNCIA DO TAPE***

A questão do que foram as Missões-Reduções na Região Platina denota diferenças diante das outras “Missões” praticadas pelos próprios missionários da Cia de Jesus, bem como outras entidades propagadoras da Fé Católica, pela América do Sul e pelo mundo. Nesse

---

<sup>68</sup> O pesquisador Jean Baptista também coloca que os padres tinham a visão/opinião de que o “mato” era um local perigoso, porque os indígenas poderiam voltar as suas antigas práticas e sendo ainda o local de preferência dos demônios. (BAPTISTA, 2004).

sentido, como apontam os registros documentais, pesquisas e publicações sobre essa temática, existiram os chamados “Trinta Povos das Missões” que, como pontua Quevedo (2000), não foram concomitantes em sua fundação e período de duração. Sob esse aspecto, existiram a partir da autorização dada aos missionários jesuítas para atuarem em território administrado/ocupado pela Coroa da Espanha na América do Sul, desde a região do Peru, como dito anteriormente.

De acordo com Quevedo (2000), no ano de 1609, o governador do Paraguai e do Rio da Prata “proibiu a entrada de espanhóis no Paranapanema, no Guairá, bem como o serviço de índios para o serviço pessoal”. Dessa forma, conforme o autor, isso “facilitaria a entrada de jesuítas no Guairá, em 29.12.1609”, permitindo, assim, a fundação da primeira redução, “na confluência dos rios Paraná e Uruguai”, as reduções foram “*Lorenzana e San Martin*”<sup>69</sup>. Em 1610, “os jesuítas entraram definitivamente na região e fundaram mais 14 reduções, entre os rios Tibagi e Iguacu”, estando organizadas da seguinte forma:

1. Loreto (1610) – às margens do Rio Paranapanema; 2. S. Ignácio Mini (1611), idem;
3. S. Francisco Xavier (1622), no médio Tibagi; 4. S. José (1625) - entre os rios Tibagi e Ivaí; 5. Encarnação (1625) – no alto do Tibagi; 6. S. Paulo (1626) – no Ivaí; 7. S. Miguel (1626) – no Ibiangui; 8. S. Antônio (1627) – às margens do Ibiticói; 9. Conceição (1627) – nascente do Tibagi; 10. S. Pedro (1627) – Cabeceiras do Iguacu;
11. Sete Arcanjos (1628) - no alto do Ivaí; 12. S. Tomás (1628) – entre S. Paulo e Arcanjos; 13. Jesus Maria (1628) – alto Ivaí; 14. S. Maria Maior (1629) – abaixo Iguacu e S. Tomé. (QUEVEDO, 2000, p. 78).

Um ponto importante trazido pelo autor é que desde “as primeiras reduções, os jesuítas reorientaram e especializaram o trabalho indígena e conseguiram para o índio uma certa autonomia em relação ao branco”. E, “preocupados com a consolidação do modelo reducional”, buscaram “garantir uma sólida organização temporal, principalmente pela introdução do gado, a partir de 1615, e do plantio de trigo, cana-de-açúcar, uva e outros cereais – o que garantia a sobrevivência dos indígenas reduzidos e a desejada sedentarização” (QUEVEDO, 2000)<sup>70</sup>.

A forma de organização e sistematização dos indígenas reduzidos despertava o interesse dos *encomenderos* espanhóis e dos bandeirantes paulistas, pois tinham desejo nessa “mão de obra especializada”. Na visão dos “colonos”, eles estariam sendo “prejudicados, achando que

---

<sup>69</sup> “A região do Guairá ficava a oeste do atual estado do Paraná e Paraguai e estava ocupada por *encomenderos*, havendo ali também as cidades espanholas *Ciudad Real* (desde 1550) e *Vila Rica do Espírito Santo* (desde 1570).” (QUEVEDO, 2000, p. 78).

<sup>70</sup> Essa questão está em consonância do que colocava Bruxel, onde o autor pontua que a viabilidade da “civilização e cristianização” dos indígenas só seria viável por meio do que chamou de “grandes ajuntamentos” estando constituídos em área restrita. E que, “mesmo abstraindo das igrejas, casas de moradia e oficinas, que não podiam ser transportadas, era necessária alguma sedentaridade”. E conforme esse pensamento, ele coloca que a proporção do número de missionários em relação ao número de indígenas necessitava dessas constituições de espaços, pois facilitara a catequese, auxiliaria em ter “autodefesa” em relação aos considerados “selvagens” – grupos que viviam fora dos preceitos católicos, na visão dos missionários – e ainda “contra os escravagistas espanhóis e portugueses”. (BRUXEL, 1987).

os padres disputavam com eles o controle do trabalho indígena”, por esse motivo, no ano de 1618, “os bandeirantes declararam guerra aos jesuítas do Guairá”. Com as investidas dos bandeirantes contra as reduções do Guairá, chegaram a levar 20.000 indígenas para serem escravizados, conforme avançavam em seus ataques. Já em 1631, restavam somente Loreto e São Ignácio Mini, diante disso os jesuítas se viram “obrigados a ir para o sul e para o Itatim, 500km ao norte de Assunção”. Essa empreitada durou de 1631 a 1669, os povoados eram “Anjos (1631), São Benito (1632), Natividade (1632), Apóstoles (1633) e Encarnação (1633)”. Durante o período de fundação e migração das Missões-Reduções no Guairá, fundaram-se as reduções do Sul, “instalaram-se na bacia do Paraná e na margem direita do Uruguai, (atual Argentina), fundando Santo Inácio Guaçu (1610), Itapuã (1615), Conceição (1619), Japeju (1627) e São Xavier (1627)” (QUEVEDO, 2000).

As reduções da Província do Tape foram localizadas “à margem esquerda do Rio Uruguai, nas bacias do Rio Ijuí, Ibicuí e Jacuí e no planalto do atual Rio Grande do Sul”, por parte do “governador da Província do Rio da prata, D. Francisco Céspedes, os jesuítas receberam, em 1626, o direito à redução dos índios no Tape”,

Assim, foram fundadas 18 reduções: Candelária (1620), S. Nicolau (1626), S. Francisco Xavier (1626), Candelária de Caaçapá (1627), N. S. de Assunção (1628), Todos os Santos (1628), São Carlos do Capi (1631), Apóstolos de São Pedro e São Paulo (1631), Santa Teresa (1632), Santa Ana (1633), São Joaquim (1633), Natividade (1633), Jesus-Maria (1633), Cosme e São Damião (1634) e, São Cristóvão (1634). (QUEVEDO, 2000, p. 79).

Nos documentos analisados, e em pesquisas relacionadas à região do Tape, bem como na pesquisa de Tuani de Cristo, de 2018, intitulada “História ambiental envolvendo indígenas Guarani e jesuítas nas Reduções da província do Tape, século XVII”<sup>71</sup> – já referido no presente estudo –, se pode compreender a forma com que se constituíram e foram fundadas algumas das reduções aqui trabalhadas. Ainda que o trabalho da autora busque dar conta das questões que envolvem os aspectos ambientais, as relações entre os Guarani e os jesuítas, o estudo dialoga fortemente com a questão que está sendo apresentada aqui, pois ela trabalha os pontos ambientais que proporcionavam condições ideais, ou não, para o desenvolvimento/manutenção de uma redução, trazendo, dessa forma, como o espaço influenciaria nesse processo, inclusive no que tange a questão de produção de alimentos<sup>72</sup>.

<sup>71</sup> Cristo, Tuani de. História ambiental envolvendo indígenas Guarani e Jesuítas nas reduções da Província do Tape, século XVII. MS tese. PPGAD; Ambiente e Desenvolvimento, 2019.

<sup>72</sup> “O estudo tem como objetivo demonstrar, com base na História Ambiental, que a Província do Tape foi palco de negociações territoriais entre os coletivos Guarani e a Companhia de Jesus, ambos fundamentados em lógicas

Conforme Welter (2012, p. 497), no que diz respeito as Reduções Jesuítico-Guarani do Tape, localizadas no atual estado do Rio Grande do Sul:

Ao falarmos da instalação das Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul, convém ressaltar alguns aspectos que podem ter definido a escolha de determinadas regiões pelos jesuítas. Além da presença de índios guaranis, o que também atraiu os padres para esta região foi a riqueza do ambiente natural, ou seja, as densas florestas ainda virgens, o sistema hidrográfico que propiciava o sucesso para a entrada das embarcações no território, e, ainda, os campos limpos para as construções e para implementação de um regime agrícola.

Desse modo como aponta Cristo (2018, p 72), a “Província do Tape ou Frente Missionária do Tape” foi um “território que se caracteriza pela fertilidade, na medida em que é regada por rios como o Ibicuí, Ygaí e Iequí, o que chamava a atenção dos jesuítas, pois era considerado um espaço propício para fundar reduções que poderiam se autossustentar”<sup>73</sup>. Essas questões podem ser percebidas também na documentação analisada, quando eles descrevem a localidade ser propícia para pesca, por exemplo, estando em consonância com o afirmado por Bruxel (1987), no subitem anterior. E, ainda conforme o autor, a região:

A região do Paraná-Uruguai (a qual se restringiram as Missões guaranis da província jesuítica do Paraguai, após a destruição de Guairá e Itatim) era singularmente apta para o estabelecimento de Reduções, no estilo planejado pelos jesuítas. Havia exuberantes bosques e castos campos verdejantes, prometendo boas colheitas e abundante abastecimento de carne. Tais condições favoráveis não existiam no Chaco, com suas cheias e secas anuais, seus banhados e a praga de gafanhotos, nem no extremo sul, no baixo curso do rio Uruguai, onde rareava o matto. (BRUXEL, 1987, p. 15).

Nesse trecho o autor pontua as qualidades das localidades que estavam sendo escolhidas e ocupadas para o desenvolvimento das Reduções. Como o próprio afirmou, anteriormente, essas características eram buscadas pelos missionários, levando em conta o interesse dos indígenas em permanecer e/ou não em determinado local, tendo em vista que a permanência dos missionários dependia da aceitação dos caciques em seus territórios. Dessa maneira, como se entende a partir da leitura, se percebe que as condições territoriais e climáticas eram problemas constantes nas reduções localizadas no Guairá e Itatim, enquanto na região indicada pelo autor de “Paraná-Uruguai” haveria condições melhores para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. É possível perceber, também, que as questões de provisões alimentares são uma constante nas fundações/movimentações de Reduções, como supracitado.

---

culturais distintas. Os indígenas fundamentados na lógica do *ñande reko* (modo de ser), ao qual estão integrados espíritos, plantas, animais e divindades, já os jesuítas fundamentados em uma relação ocidental com o território.” (CRISTO, 2018).

<sup>73</sup> O autor Porto (1954) afirmava em relação a esse espaço que era uma terra “dádiosa e fértil” e “era cortada de rios que constituíam um sistema hidrográfico que a tornava apta para a agricultura e a pecuária” (PORTO, 1954).

Outra questão relevante era que, nessa localidade, havia ausência de espanhóis, que ainda não tinham força para “penetrar em território indígena”, e, para que isso fosse evitado no futuro,

Apressou-se o rei da Espanha a urgir a lei que vedava aos espanhóis a entrada nas Missões dos jesuítas. Tal proibição não visava, evidentemente, ao domínio soberano dos jesuítas, mas à preservação da liberdade, bem-estar e virtudes naturais dos nativos. Estes exigiam, como condição de sua conversão ao cristianismo e sujeição ao rei de Espanha, a fiel administração pública. (BRUXEL, 1987, p. 15).

Válido pontuar que, ainda conforme o autor, não somente os espanhóis representavam perigo aos indígenas reduzidos, mas também os bandeirantes paulistas. Os objetivos conhecidos dos bandeirantes era percorrer o sertão em busca de “minas, metais e pedras preciosas, ou então a caça de índios para o mercado de escravos”, esse pensamento não era exclusivo aos “portugueses e mamelucos do Brasil era compartilhada pelos espanhóis”, só que eles acabavam tendo que ter mais cautela em relação ao monitoramento feito pelos missionários. Por muito tempo os portugueses e os mamelucos caçavam indígenas considerados selvagens, próximos às reduções, enquanto isso os missionários acreditavam que poderiam ser poupados os indígenas cristãos, por parte deles. Isso claramente não ocorreu, como demonstram os acontecimentos posteriores, com os sucessivos ataques por parte dos bandeirantes às Reduções localizadas em Guairá e Itatim<sup>74</sup>.

Em relação as Redução do Tape, conforme Bruxel (1987), havia cerca de 35.000 indígenas. Em meados de 1635, a bandeira de Aramcabi tentou tomar posse desse grupo. Ela teria vindo pelo mar, mas não deu conta de alcançar as Reduções. Após essa ocorrência, em 1636, a bandeira de Raposo de Tavares, que já havia destruído as Reduções de Guairá, percorreu um caminho do planalto, descendo a campanha e pelas margens do Rio Taquari, fazendo um imenso cerco para capturar os indígenas, saqueando e destruindo as Reduções de Jesus Maria, São Cristóvão e São Joaquim e, com isso, os povoados vizinhos se retiraram dessas localidades. Depois desse ataque bandeirante, Tavares teria levado um grande grupo de indígenas reduzidos para São Paulo como escravizados.

Em 1638, veio a “bandeira de Fernão Dias Pais”, destruindo as “Reduções de Santa Teresa, São Carlos e Apóstolos”, fazendo com que os indígenas fugissem para a “margem ocidental do rio Uruguai”, deixando, assim, muitos mamelucos revoltados com a situação, pois

---

<sup>74</sup> Nos documentos do acervo dos Manuscritos de Angelis é possível encontrar diversas situações envolvendo as bandeiras nos relatos feitos pelos padres jesuítas, tendo em vista que o processo organizacional das fontes leva em consideração o “protagonismo” dos bandeirantes para a organização do acervo, considerando a situação a qual o organizador Jaime Cortesão esteve inserido aqui no Brasil e previamente apresentado no capítulo anterior.

tinham maior interesse em capturar os indígenas reduzidos, porque esses estariam mais aptos para trabalho escravo, enquanto os indígenas considerados selvagens não seriam adeptos às práticas de trabalhar. Desse modo essa bandeira se mostrou enfraquecida, sendo “assaltada pelos índios, comandados pelo cacique *Nicolau Ñeenguiru*, da Redução de Conceição”, após aguardarem reforço militar de Assunção. O padre Diogo de Alfaro, que conclamou os indígenas à batalha, acabou morrendo nela, baleado por um bandeirante, mesmo assim os indígenas obtiveram a vitória, prenderam os paulistas e os entregaram ao governador de Assunção, posteriormente esses prisioneiros teriam uma fuga facilitada e fugiriam para São Paulo.

Nos anos posteriores, os ataques às Reduções localizadas na região do Tape podem ser entendidos como frequentes, por parte dos bandeirantes.

Em 1640 passou pelo Rio de Janeiro o P. Díaz Taño, que em Roma impretara a excomunhão dos escravizadores de índios cristãos. A publicação do Breve papal provocou graves motins no Rio e em São Paulo. Ao ouvir que a nova expedição se preparava contra os índios missionários, o P. Díaz Taño, embarcando-se para Buenos Aires, denunciou o perigo iminente. Prepararam-se os guaranis, para rechaçar a nova bandeira comanda por Jerônimo Pedroso de Barros. (BRUXEL, 1987, p. 18).

Diante disso, com a forte organização por parte de jesuítas e guaranis, os bandeirantes não tiveram trégua durante a batalha. Os indígenas acampados em Mbororé<sup>75</sup>, organizavam suas emboscadas a partir dos comandos dos missionários jesuítas que seriam militares, como por exemplo, o Ir. Domingos Torres. Assim,

O comandante guarani, cacique Abiaru, iniciou o combate, afundando três barcos inimigos com um tiro de canhão. Após luta escarniçada, com muitas baixas, os bandeirantes pediram trégua, com o intento de se fortificarem. Mas o P. Romero, num gesto de justa indignação, rasgou a carta do inimigo, à vista dos guerreiros guaranis, que não queriam trégua, mas paz. E a luta redobrou. (BRUXEL, 1987, p. 18).

A partir desse forte confronto, os indígenas guaranis conseguiram libertar todos os guaranis cativos, e os inimigos bandeirantes, mamelucos e, até mesmo, índios da etnia Tupi que faziam parte do grupo de ataque às reduções, após serem derrotados e perseguidos, seguiriam os bandeirantes o rumo de São Paulo, boa parte “perecendo pelo caminho” (1641). É válido pontuar que, ainda conforme o autor, os guaranis tiveram vitória sobre mais três bandeiras (1647, 1651 e 1656).

## 2.4 “OS ALIMENTOS” NAS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANI

---

<sup>75</sup> Questões pertinentes a essa batalha podem ser aprofundadas por meio de estudos de Quevedo (2000).

Como apresentado até aqui, pode-se compreender que a alimentação nos povoados reduzidos foi tema constante nos trabalhos sobre as “Missões Jesuítico-Guarani”, tendo em vista a dinâmica com que os missionários entendiam como a melhor forma de conversão desses indígenas em cristãos e devotos da Igreja Católica. Por isso, nesse momento, daremos destaque aos estudos que passam pelas questões de alimentação/hábitos alimentares nas reduções de forma direta ou indireta, no sentido de que o andamento do processo-sistema reducional perpassa pela “autossustentação” das reduções, e, também, de que forma a produção de determinados insumos permitiam angariar fundo para o bom funcionamento de uma redução.

Nesse sentido, no que diz respeito a alimentação, Ernelo Schallenger (2006, p. 34), afirma, em seu estudo chamado “Estudos Missionários: temas e abordagens”, que “Embora havendo certa insatisfação dos missionários em torno do trabalho dos indígenas, reconheciam neles, no entanto, qualidades agrícolas que garantiam uma certa abundância alimentar para as reduções”, essa informação é relevante porque demonstra dois fatores: um que eles produziam o que comiam e outro que escassez não deveria ser um problema nas reduções<sup>76</sup>. Outros dois pontos, evidenciados por Schallenger em sua análise, são que o dia a dia dentro das reduções foi vetor de relações de trocas de medicina e farmacologia indígena e europeia, que nas palavras do autor “estabeleceram uma interface entre a medicina mística e a racional<sup>77</sup>, bem como nos hábitos alimentares”, o segundo é que “a pecuária missioneira deixou a base para a formação posterior de uma economia subsidiária no contexto da sua inserção nas economias nacionais” (SCHALLENBERGER, 2006. p. 36-37).

Em alguns capítulos do livro de Bruxel (1987), o autor busca apresentar questões que envolviam os “trinta povos guaranis”, como supracitado. Nesse sentido, ele aborda a alimentação em alguns momentos de seu estudo. É válido frisar que essa questão permeia por diferentes momentos e até mesmo apareceram na presente pesquisa. E, sob esse aspecto, o pesquisador apresenta, nos tópicos “Trabalho”, “Medicina”, “Ervas” e “Vacarias e estâncias”, questões atreladas a alimentação. Assim, no estudo o autor traz mais uma vez a questão de que

As reduções não podiam sustentar-se apenas com caça e pesca, mel e frutas silvestres. Para alimentar tanta gente em área tão limitada, era necessário empenhar todas as energias no trabalho agrícola bem-organizado. O trabalho sério e disciplinado era absolutamente indispensável, já que o meio de subsistência, já como método de educação. (BRUXEL, 1897, p. 62).

---

<sup>76</sup>De acordo com estudo de Jean Baptista a questão de falta de alimentos e fome foi algo que ocorreu nas reduções. (BAPTISTA, 2007) E, veremos no capítulo a seguir que relatos sobre a falta de alimentos aparece nos documentos disponibilizados nos “Manuscritos da Coleção de Angelis”.

<sup>77</sup>Levando em consideração que o termo racional foi escolhido pelo autor, tentando colocar o ponto de vista dos missionários como portadores de conhecimento ampliando em relação a medicina praticada pelos indígenas que podemos ver em estudos de Amanda Fleck (2005) questões mais aprofundadas sobre isso.



De acordo com ele, os indígenas não eram adeptos as práticas de trabalho que almejavam os padres jesuítas aos seus povoados, nesse sentido, por vezes, não tinham estímulo suficiente para seguirem as dinâmicas impostas pelos responsáveis pelas reduções, visto que a dinâmica organizacional dos grupos indígenas, principalmente do grupo Guarani, era bem diferente da visão ocidental dos padres. Então, a partir disso, os padres perceberam que trabalho em grupo era uma forma de otimizar os indígenas reduzidos e motivá-los a cumprir suas atividades. Sendo assim, “não se visava apenas a abundante produção. Reconhecia-se ao trabalho em si mesmo ocupação útil e honesta”. Em relação ao objetivo dos padres, de catequizar os indígenas, esse entendimento acerca dos indígenas era necessário, porque isso evitaria a “ociosidade”, que por sua vez evitaria a “origem de muitos vícios”, como a “bebedeira” e “luxúria”, por exemplo (BRUXEL, 1987).

O autor pontua, ainda, que a prática de agricultura era algo presente no sistema dos Guaranis<sup>78</sup> anterior às reduções, mas deixa evidente, mais uma vez, que o sistema de produção almejado pelos padres só foi possível com a adequação dos indígenas. Nesse sentido,

Não foi possível introduzir, segundo insistentes recomendações dos superiores provinciais, o sistema europeu de cada família viver de sua roça particular “*amambaé*”, cultivadas sob sua exclusiva responsabilidade. A experiência dos missionários levou à aceitação da roça comum “*tupambaé*”, onde se ocupavam.

Eles também possuíam um sistema organizacional de divisão de dias da semana e uma espécie de escala para execução das atividades relacionadas à “roça”, mas esse sistema não era praticado. Na maioria das vezes, eles se juntavam em grupos para executar essas tarefas em conjunto, onde uniam diferentes núcleos familiares para trabalhar em todas as roças. E, “no fim do ano principiavam a as colheitas de milho, abóbora, batata doce, aipim, etc”.

Ao final do século XVII e no século XVIII, Quevedo (2000) pontua que “além das lavouras comunitárias, havia a particular, na qual o índio reduzido podia cultivar mais livremente seu próprio produto” e, nesse caso “predominava o trabalho familiar, baseado na família nuclear (pai, mãe e poucos filhos)”. Nesse contexto,

As primeiras lavouras particulares foram o milho, mandioca e legumes. Os jesuítas queixavam-se constantemente da precariedade do plantio do trigo, cereal considerado supérfluo pelos índios reduzidos, pois estes estavam muito habituados com o cultivo do milho, considerando a cultura do trigo muito complexa e por isso desnecessária. (QUEVEDO, 2000, p. 138).

---

<sup>78</sup> Cristo também aborda em seus estudos que “os Guarani eram exímios agrônomos modernos, modificando e adaptando o ambiente conforme as suas necessidades, demonstrando um profundo conhecimento sobre a agricultura” (CRISTO, 2018).

Nos documentos analisados, a questão de produção trigo era importante também para alimentação dos padres, pois eles tinham dificuldade em se adaptar aos alimentos ofertados pelos indígenas e pelos “colonos”. Na “Carta Ânua das Missões do Paraná e do Uruguai, relativa ao ano de 1633”, o padre Romero relata que na redução de São Joaquim,

*Con tanta pobreza padecen mucha incomodidad los [padre]s al principio porque como no tienen aun entabladas sus sementeritas para su sustento, es fuerza que los Yndios les den alguno de maiz y frisoles con [que] pasan, aunque mal, porque como no estan acostumbrados a esta as comidas les haze mucho dano y cria dentro de los cuerpos gusanos muchissimos de que mueren los mas de los Yndios y aun los perros y gatos que tienen en su casa rebientan muchos de los gusanos que les crien estas comidas destas tierras y [quando] los [padres] los comen, lo sienten tambien y aun agora al presente ay algunos que padecen esta enfermedad, echando a temporadas de su cuerpo mucha cantidad de gusanos. (MCA, 1969, p. 86).*

Neste relato o padre Romero pontua que os padres e os indígenas teriam adquirido “vermes” ao consumir os alimentos indígenas<sup>7980</sup>. A partir disso, é determinado que os padres deveriam plantar trigo para produção da hóstia da missa e para o seu sustento. Também é ressaltada a “caridade” entre os padres, que dividem a produção de pão entre si para que não fiquem dependentes da alimentação cedida pelos indígenas, pois isso poderia gerar mais enfermidades entre eles, por não serem acostumados ao milho e ao feijão, como citados na descrição do jesuíta. Ainda, se deve levar em consideração que, do mesmo modo que os alimentos ofertados aos missionários jesuítas poderiam afetá-los, o inverso também poderia ocorrer. É possível perceber que, em outros momentos nos relatos dos documentos, que alguns indígenas por estarem doentes, entendiam que o alimento era o responsável por essas doenças (MCA, 1970; CRISTO, 2018).

No que diz respeito ao trabalho nas reduções, Bruxel (1987) afirma que isso ocupava em média seis horas por dia; reflexo de uma vertente industrial, onde os homens eram responsáveis pelas roças e oficinas, e as mulheres eram responsáveis por questões que envolviam a “fiação de lã e algodão”, enquanto as crianças, a partir dos sete anos, ficavam sob responsabilidade da comunidade, “tanto para o trabalho, como para as três refeições diárias”. É válido pontuar, conforme Câmara Cascudo (2005), ao citar o relato de “Claude d’Abbeville”, de 1612, “que os tubinambás do Maranhão: não têm horas certas para comer, como nós e não

---

<sup>79</sup> NOELLI, F. S.; SOARES, A. L. R. Efeitos da conquista europeia na terminologia e organização social Guarani. Cadernos de METEP, v. 8, p. 383-397, 1997.

<sup>80</sup> “A incidência de epidemias nas populações indígenas, principalmente os Guarani”, foi compreendida por diferentes autores como resultado da “implantação das reduções”, considerando que “os espaços missionais concentravam muitas pessoas, facilitando que as doenças se alastrassem, principalmente as que os indígenas não possuíam anticorpos”. E quando “havia os períodos de fome” isso deixaria os indígenas “mais vulneráveis às epidemias” (CRISTO 2018).

se incomodam com fazê-lo a qualquer hora do dia ou de noite; mas não comem sem ter fome”. Levando em conta as diferenças entre as etnias dos Tupinambá e dos Guarani, esse trecho demonstra algo que é possível perceber, também, na dinâmica de relação entre missionários jesuítas e os indígenas, quando relatam a forma com que mantinham sua rotina diária, que o ordenamento das refeições estava atrelado às práticas de trabalho, como forma de educar os indígenas reduzidos ao modelo e sistema de vida europeu, entendido pelos padres como o correto. Sob esse viés,

Ao toque do sino, ao meio-dia, todos paravam para o almoço, e retomavam para o trabalho. Às 17 ou 18 horas, o sino chamava as crianças para a doutrina cristã, seguida da reza do rosário, em que igualmente participavam muitos adultos. As crianças tomavam a sua última refeição, as mulheres recebiam a carne e a erva-mate para família, e todos voltavam para casa. (BRUXEL, 1987, 63).

Deixando evidente como as práticas alimentares estavam inseridas no sistema reducional coordenado pelos padres jesuítas. Dessa forma, a uniformização da vida em comunidade permitia um controle sobre os indígenas e os colocava para viver sob os preceitos daquilo que eles acreditavam ser um comportamento adequado, como dito anteriormente.

Assim como Bruxel (1987), a pesquisadora Eliane Fleck, trabalhou com as questões de saúde envolvendo as reduções. Em seu trabalho “Sobre feitiços e ritos: enfermidade e cura nas reduções jesuítico-guaranis, século XVII”<sup>81</sup>, ela busca apresentar as questões que envolviam práticas de manutenção de saúde, desenvolvidas nos espaços que envolviam as manifestações dos Guarani<sup>82</sup>. Sob essa perspectiva, a autora evidencia em seu trabalho que a dieta adotada pelos indígenas, com o consumo de carne bovina, trouxe a eles problemas gastrointestinais; também pontua que as reduções estavam ligadas a propagação de epidemias, tendo em vista que havia um maior agrupamento de pessoas em um mesmo espaço, e que os indígenas não tinham anticorpos para combater doenças como varíola, por exemplo, trazida pelos colonizadores<sup>83</sup>. Havendo ainda uma preocupação com pontos a serem observados para a fundação de uma redução, dessa forma, a autora afirma que

O sétimo artigo da 1ª Instrução do Pe. Diego de Torres Bollo (1609), que deixa claras as condições a serem observadas pelos jesuítas no momento da instalação da redução,

---

<sup>81</sup> FLECK, E. C. D. Sobre feitiços e ritos: enfermidade e cura nas reduções jesuítico-guaranis, século XVII. **Topoi**, v.6, n.10, p.71-98, 2005.

<sup>82</sup> O estudo tem “como objetivo principal apresentar as alterações nas práticas mágico-terapêuticas empregadas pelos Guarani, em decorrência do projeto jesuítico de civilização e de conversão que previa a concentração dos indígenas em reduções e a normatização de suas manifestações rituais e religiosas”. (FLECK, 2005)

<sup>83</sup> De acordo com Bruxel (1987), às práticas adotadas para o tratamento dessas epidemias era primeiramente isolar os doentes do grupo, separar possíveis contaminados de suas famílias até manifestarem ou não seus sintomas. O preparo da alimentação era pensado de modo que otimizasse o tratamento, havia o costume de preparar os alimentos aos enfermos como forma de tratamento (MCA, 1969).

expressa a preocupação com o controle de doenças e com o eficiente abastecimento de alimentos. Neste sentido, além de estarem autorizados a atuar como médicos nas situações de epidemias, deveriam, através de medidas de prevenção, evitar a debilitação dos indígenas pela fome ou pela instalação de determinadas enfermidades. (FLECK, 2005).

Ainda nesse sentido, “nisso advertirão primeiro que tenha água, pescaria, boas terras e que estas não sejam todas alagadiças, nem muito quentes, mas que tenham bom clima e se apresentem sem mosquitos e isentas de outros incômodos” (RABUSKE, 1978 *apud* FLECK, 2005). Como podemos compreender, as questões de saber escolher um local adequado, levando em conta a forma de manter uma alimentação adequada, era necessário para que os indígenas tivessem mais condições de enfrentamento de doenças, caso fossem acometidos por alguma enfermidade. Outra questão importante trazida pelo estudo, é de que naquele momento a medicina era basicamente o cuidado com os “humores”, desse modo afirma “que, nos séculos 17 e 18, os médicos formados nas universidades recebiam um ensino puramente acadêmico sobre os princípios de fisiologia dos humores”, ensinavam “que a doença surgia de um desequilíbrio entre os quatro humores (o sangue, a fleuma, a bÍlis amarela e a bÍlis negra)”. Enquanto, para os Guarani, “*enfermedad significa estar poseído o dominado por espíritus animales telúricos, que roban o destruyen al individuo, su alma, o su órgano enfermo*”. (CLASTRES, 1987 *apud* FLECK 2005).

Para Noelli (2022, p. 108)<sup>84</sup>, existiam algumas definições sobre doença para os Guaranis, como:

A definição mais inclusiva para “doente” é *hasyhasy*, *hasy atã*, *hasy* para *hasy’i* significando dolente. Aquele que está doente, cujo corpo “contém” uma enfermidade é o *tasyvo* ou enfermo (el que contiene enfermedad) marca, ‘contiens’ [cosa que contiene] ou muy enfermo, conforme a evolução da doença. Também pode ser referido como *hasy’va’e*, el enfermo (*va’e* el que...). [...] temos dolor definido como um sentimiento que se hace de todo lo que nos dá desplacer y desgusto. Então poderia dizer: 1) *nache reko avê ruguã areko no estoy como solía* (el enfermo estar sano, o el que siempre estaba sano caer enfermo) 2) *che asose mba’e rasy es sobre mis fuerzas, mi enfermedad o dolor*; 3) *che rasy che mbopyryvi la enfermedad me tiene descaecido*; 4) *che pohanõ me curo*; 5) *añemopohanõ curarse a sí mismo*; 6) *che rasy jevy recaer*.

Fleck (2005) também ressalta que a escassez no recebimento de medicamentos produzidos na Europa, fez com os missionários jesuítas se adequassem aos produtos ofertados pela terra, absorvendo práticas dos indígenas no tratamento de medicina nas reduções. Desse modo “os registros feitos pelos padres jesuítas, ao longo do século XVII, revelam uma absorção cada vez maior da farmacopéia (ervas, resinas e folhas), bem como da terapêutica empregada

---

<sup>84</sup> NOELLI, F. S. As palavras para tempos de peste: a linguagem Guarani das doenças epidêmicas no século XVII. Memórias indígenas da peste: epidemias e pandemias na América Latina, p. 99-158, 2022.

pelos indígenas, com algumas adaptações”. Válido pontuar “também que os surtos epidêmicos provocaram a desestruturação e a desterritorialização tribal que levou à desnutrição, ou ainda às mudanças de dieta que, por sua vez, produziram novos distúrbios de saúde devido à fome ou à introdução de novos alimentos”. Por fim, a autora pondera que

[...] não somente os Guarani reformularam suas atitudes diante da doença e da morte, mas também os missionários jesuítas vivenciaram, em especial em relação às práticas terapêuticas, uma oportuna e conveniente flexibilização que lhes permitiu controlar as doenças, manipular as curas e as não-curas e promover manifestações de piedade e de devoção coerentes com o projeto de civilização-conversão da Companhia de Jesus. (FLECK, 2005, p. 89).

Como exposto, o estudo da pesquisadora evidencia que as práticas voltadas à medicina, a escolha territorial e, sobretudo, a atenção dos missionários jesuítas em absorver as plantas/ervas ofertadas pelo espaço para a produção de medicamentos, foram necessárias; bem como o entendimento dos Guarani, em relação ao processo de cura através das práticas adotadas nas reduções, em dada medida transferindo a significância para uma cura pela Fé ao invés de uma cura pela “mística”. Também, considerando as práticas alimentares atreladas ao desenvolvimento e/ou propagação de novas doenças, e como parte do tratamento médico, conforme a enfermidade.

Sabe-se que existia uma produção e manutenção de animais atrelado aos espaços das Missões Jesuítico-Guarani<sup>85</sup>. Rafael Carbonell de Masy publicou, em 1989, um artigo intitulado “*La génesis de las vaquerías de los pueblos Tapes y Guaraníes de la Banda Oriental del Uruguay a la luz de documentación inédita, apenas conocida*”<sup>86</sup>, onde trouxe um aporte teórico sobre as questões das *Vaquerías del Mar y de Pinares*. Inicialmente, De Masy (1989, p. 13) pontua que a preocupação em discutir sobre esse tema faz-se relevante pois,

Siempre nuestro planteamiento histórico giraba en torno a la fecha de la fundación y de agotamiento, sin cuestionarnos sobre la posibilidad de diversas etapas en la fundación y aprovechamiento tan intenso que provocase la necesidad de nuevamente entablar la vaquería.

Nesse sentido, o autor afirma que, ao realizar esse tipo de pesquisa, seria limitador analisar “*el espacio de la República Oriental casi a una zona que sólo servía para abastecer de ganado a los pueblos guaraníes*” (*Idem*, p. 13).

---

<sup>85</sup> Retomaremos a questão de produção de gado na região do Tape no capítulo III, a introdução do gado e a dinâmica da importância dessa prática ao processo de desenvolvimento reducional.

<sup>86</sup> CARBONELL DE MASY, R. *La Génesis de las vaquerías de los pueblos Tapes y Guaraníes de la Banda Oriental del Uruguay a la luz de documentación inédita, apenas conocida*. Pesquisas, História 27: 13-48. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisa, 1989.

Ainda conforme De Masy (1989, p. 14), à medida que estudamos anualmente a documentação jesuítica acerca desses povos, é possível perceber um esforço acerca da necessidade de evangelizar os povoados indígenas, situados à margem Oriental do Uruguai. Nas palavras do autor:

*La evangelización de los indios de la banda oriental del Uruguay, incluyendo específicamente también el territorio hoy perteneciente a la República Oriental del Uruguay, sobresalió entre las prioridades apostólicas de antigua provincia de antigua provincia jesuítica del Paraguay. Ya desde 1603, un año antes de constituirse esta provincia, el P. Juan Romero en una carta al P. general Acquaviva que la ha requerido asesoramiento sobre las futuras casas de planeada Provincia, recomienda crear una residencia en Buenos Aires, como puente de comunicación entre el mundo de Ultramar y las casas de Asunción y del Guayrá, y también como punto básico para incursiones misioneras en la banda oriental de Uruguay<sup>87</sup>.*

Como pode-se depreender das questões levantadas por De Masy (1989), a evangelização nesse espaço esteve atrelada a interesses de manutenção do território<sup>88</sup>, além de evidenciar o projeto missionário em curso. Quando aborda essas questões voltadas ao projeto de evangelização, começa a introduzir a questão de grupos presentes nesses espaços e os conflitos gerados a partir disso, além de citar a perspectiva da criação de um sistema produtivo, agropecuário, para servir a comunidade evangelizadas, questões essas que reforçam o exposto anteriormente. Ainda sob essa perspectiva, o autor pontua que havia momentos de interação em que os povos charruas e minuanos trocavam bovinos e cavalos por erva-mate, e, por vezes, interações desarmônicas, quando os guaranis reduzidos expandiam sua produção<sup>89</sup>. É a partir dessa premissa que o pesquisador começa a centrar suas análises sobre as *Vaquerías* em uma documentação diversa e, segundo ele, pouco explorada até aquele momento.

O autor aborda no estudo as questões de desdobramentos das *Vaquerías*, a partir da construção das Reduções Jesuítico-Guarani no espaço do Tape, no período que compreende nossa pesquisa. Ele ressalta que, com as investidas dos bandeirantes, os Guarani e os jesuítas são forçados a abandonar sua produção de gado, posteriormente dando ênfase nos acontecimentos do final do século XVII e até meados do século XVIII e trazendo, também, questões de “evangelização e do desenvolvimento do gado”. Esse estudo demonstra os hábitos alimentares, ainda que sem dar destaque a essa questão, observados sob um viés econômico, de

---

<sup>87</sup> Conforme fontes consultadas por De Masy, as primeiras seis residências são selecionadas em função do número de índio que podem atender, sendo elas *Villa del Espiritu Santo em el Guairá, Asunción, Xerez, Corrientes, Sta. Fe, Rio Bermejo*. A sétima casa poderia ser Buenos Aires [...] com essa casa poderia haver grande comunicação entre Europa, Brasil e que disso também dependeria o sustento de *Paraguay* e *Tucuman* - Carta del P. Juan Romero, al 6-V-1606 en Fondo Gesuitico, depositado em el Archivo de La Curia Generalicia S.J., FG 1486/3 (DE MASY, 1989).

<sup>88</sup> O espaço desse artigo permeia onde atualmente temos espaços territoriais dos países Argentina, Brasil e Uruguai.

<sup>89</sup> Esses acontecimentos são datados de documentos de 1626, 1627 e 1634. (DE MASY, 1989, p. 15-16).

como o espaço se desenvolve, a partir desse sistema de criação bovino nas Reduções, e como isso propicia o desenvolvimento delas, movimentando o comércio nessa região.

Nesse capítulo pode-se perceber, de forma sucinta, a construção do pensamento e desenvolvimento da Companhia de Jesus, principalmente no que diz respeito a sua atuação em relação às Missões, as quais foram incumbidas na América, e de que forma a doutrina da Igreja Católica e a Coroa Espanhola se utilizam dessa entidade. Além disso, apresentou-se como o pensamento trazido pelos missionários jesuítas impactou, diretamente, os processos de organização das Reduções de indígenas Guarani e jesuítas.

É possível compreender que a visão de mundo trazida pelos missionários tem impacto na forma com que ocorre a aproximação com os indígenas. Que o objetivo de catequização dos indígenas só é possível por meio de local fixo e práticas que os coloquem fora do comércio escravagista. E que, também, essa necessidade que aumenta o interesse dos *encomenderos* espanhóis, e sobretudo, dos bandeirantes, em atacar esses locais para obter mão de obra qualificada para servi-los como escravo. É evidente, ainda, que os Guarani foram atuantes em garantir a manutenção de suas vivências, ainda que inseridas num contexto bem diferente do qual estavam inseridos, quando nas reduções. Isso fica muito evidente na forma com que os contatos entre missionários jesuítas e “caciques”, representantes dos grupos indígenas que escolhiam estar nas reduções, eram feitos.

Ainda, pode-se perceber que a troca entre eles era constantemente testada, que eram culturas em constante conflito, em relação ao modo de ser dos Guarani e a visão cristã europeia dos padres jesuítas. É notável que houve negociações constantes para o bom andamento das Reduções, e que essas reduções se apresentavam como a melhor opção, diante do que os indígenas estavam sujeitos estando fora delas. Como demonstra Quevedo (2010), esse espaço se apresentava como uma forma do indígena se manter "livre" diante do homem branco, ainda que o sistema reducional tivesse como objetivo a conversão desses povos em cristãos, para que fossem “salvos” para vida eterna.

Outra questão abordada neste momento da pesquisa é o entendimento de que os Guarani tinham ligação com o espaço ao qual estavam inseridos, de forma diferente da visão dos evangelizadores jesuítas, tendo em vista que eles ponderavam sobre onde como seria “necessário” sair de um local, ou permanecer nele, uma vez que, em sua cultura, estavam ligados com questões ambientais globais (humanas e não humanas). Suas práticas alimentares podem ser percebidas até mesmo nessas questões de espaço, pois a forma que se ligavam ao local tinha a ver com as condições que esse ambiente ofereceria à sua sobrevivência. Considera-se, ainda, que eles não tinham esse conceito de produção alimentar em alta escala, pois

utilizavam os recursos ofertados pelo ambiente e condicionavam suas práticas agrícolas à essas questões, por exemplo.

Em relação aos jesuítas, apesar de eles utilizarem os conhecimentos que tinham para uma melhor estruturação das Reduções, eles tinham que considerar a questão de como os Guarani aceitariam as mudanças, ou não, sobre suas vivências e sobre seus territórios. Durante a maior parte desse capítulo é possível perceber que as questões alimentares são importantes para o desenvolvimento das Reduções. Os estudos evidenciam essas demandas, principalmente, quando colocadas as situações de fixação/migração de uma Redução, pois grandes agrupamentos indígenas exigiam que houvesse alimentos disponíveis nesses locais, até mesmo por uma questão de permanência, além de facilitar a condução desses espaços. A permanência da sedentarização desses grupos exigia dos jesuítas que eles fossem condutores da organização do sistema alimentar, levando em consideração que era imprescindível que as Reduções conseguissem prover o sustento de seus moradores.



## UMA ANÁLISE SOBRE COMO A ALIMENTAÇÃO ESTÁ INSERIDA NO TAPE

Como se pode perceber, o conjunto de documentos disponibilizados pelo acervo “Manuscritos da Coleção de Angelis” perpassa por diferentes estudos, oportunizando debates e sendo utilizado por diferentes pesquisadores, de forma direta ou indireta, seja em estudos que almejam explicar como se deu a vida do “coleccionador” Pedro de Angelis, seja para abordar a forma de escrita e construção de estudos de Jaime Cortesão. Assim, podemos compreender a dimensão dessa coleção para o entendimento de dessemelhantes questões.

No que diz respeito aos estudos das Reduções jesuítico-Guarani, se torna possível, ao ler trabalhos que apresentam inúmeros textos com interpretações diversas acerca do que foram as Reduções, encontrar os “Manuscritos da Coleção de Angelis” como documentação principal e/ou complementar para embasamento teórico. Visto notar, ao trabalharmos, aqui, as questões que envolvem os alimentos, que essa temática se mostra uma constante em estudos ligados direta ou indiretamente ao tema. Lembrando que, como dito, entende-se por alimento não somente como insumo de consumo para satisfação biológica, mas em suas complexidades, seja para produção de abastecimento e de significações culturais recebidas em uma localidade.

Nesse sentido, o estudo supracitado de Tuani de Cristo (2018) se utiliza dos “Manuscritos” – especialmente das cartas: “Carta Ânua da Redução de Santa Maria do Iguaçu. 1627” (*In* VIANNA, 1970); “Carta Ânua das Missões do Paraná e do Uruguai, Relativa ao ano de 1633, pelo Padre Pedro Romero, 1633-1634” (*In* CORTESÃO, 1969); “Cartas Ânuas das Reduções do Paraná e Uruguai de 1634” (*In* VIANNA, 1970); “Carta do Padre Franciso Taño para o Superior do Tape, dando-lhe conta do estado das respectivas reduções, 1635-1636” (*In* CORTESÃO, 1969); “Carta do Provincial Padre Diogo De Boroa ao rei dando-lhe conta da invasão do Tape pela Bandeira de Antônio Raposo Tavares e pedindo amparo para os Índios e castigo para os Bandeirantes, 1637-1638” (*In* CORTESÃO, 1969); e “Cópia de títulos de terra do Uruguai, 1698” (*In* VIANNA, 1970). Sustentada por esses documentos, a pesquisadora constrói seu estudo em relação a questão ambiental no Tape, permitindo que se consiga compreender as dinâmicas de espaço para os Guarani e os jesuítas e mostrando a forma que se deu a fundação das reduções e as escolhas das localidades para isso, por meio dos relatos apresentados nos documentos. Fato que viabilizou que a compreensão acerca de em que medida houve modificações no ambiente, com a presença das Reduções, a forma com que o espaço influenciava para a dinâmica de produção e sustento alimentar os povoados. Dentre os pontos levantados pela pesquisa da autora, ela apresenta a forma que os Guarani tinham para desenvolver um espaço para plantação e o modo com que os jesuítas absorveram essa dinâmica,

para utilizarem em produções de larga escala. Retratando, ainda, a forma com que os alimentos relatados nos documentos estavam ligados ao modo como isso impactava no meio ambiente inserido.

Outro autor que se vale dos documentos apresentados pelo acervo dos “Manuscritos” é Carbonell de Masy (1989). O autor conduz sua pesquisa acerca das *Vaquerías*, referentes ao volume “Tratado de Madri: Antecedentes – Colônia de Sacramento” (CORTESÃO, 1954), utilizando documentos como “Informação jurídica sobre o direito que os índios Guarani tem às Vacarias do Mar, 1712”. Nesse relato o interlocutor, padre Joseph Pablo de Castañeda, está averiguando o pertencimento do gado por parte dos indígenas; para tanto traz no documento informações acerca das Reduções que estiveram ocupando aquele espaço, e afirma que na antiga redução de Sant’Ana, os indígenas possuíam entre 5 e 6 mil vacas; enquanto em Apostoles eles teriam 4 mil vacas; e em Santa Tereza cerca de 400 cabeças de vacas, que tiveram que deixar para trás, quando sofreram constantes ataques, para preservarem sua vida (MCA, 1954). Outro documento trazido pelo autor é o “Informação jurídica, por meio de questionários e respostas de várias testemunhas, sobre o direito que tem os índios das missões Guarani e Tape à Vacarias do Uruguai ou Mar, 1722” (*In Cortesão, 1954*).

Arnaldo Bruxel (1987), utiliza em seu trabalho “Os trinta povos Guaranis”, já mencionado, os “Manuscritos da Coleção de Angelis” e, como se pode ver, o pesquisador tenta trazer os diferentes aspectos na vida reducional. Apontando desde as questões do fundamento das Reduções, em dada medida, elenca os motivos de porque os Guarani acabaram sendo a etnia que esteve na maioria nos povoados, apresentando a dinâmica de trabalho, saúde, alimentos consumidos e os produzidos nesses espaços. Ele enfatiza, ainda, a importância da agricultura para a manutenção do sistema que os jesuítas almejavam com as reduções.

Jean Baptista (2007), ressalta que “a aquisição dos Manuscritos da Coleção De Angelis da Biblioteca Nacional pelo Centro de Pesquisas Históricas da PUCRS”, em 1997, “impulsionou” a produção de “um conjunto de monografias e dissertações”, orientadas pela pesquisadora Maria Cristina Razzera dos Santos. Através da “realização do projeto Xamanismo e Cura na Coleção De Angelis”, o autor evidencia que os seus estudos e os de Bianca Brigidi “exploraram a documentação da Coleção não apenas publicada, mas especialmente a considerável parcela ainda manuscrita e até então desprezada pelas publicações de Jaime Cortesão e Hélio Vianna”.

Os estudos de Bianca Brigidi trabalharam com esse conjunto documental, no seu estudo de conclusão de curso, “Análise da conversão das crianças Guarani no discurso jesuítico do século XVII”, a nível graduação, em 2003. Já na pesquisa de dissertação, chamada “Anjos

Rebeldes: Desvios dos modelos de discurso missionário sobre a conversão das crianças Guarani (XVII)”, a autora aborda o universo infantil diante das questões abarcando as práticas que envolviam as crianças indígenas perante os missionários jesuítas.

Em relação aos estudos de Jean Baptista, o autor utiliza a documentação de “De Angelis” em seus trabalhos de graduação, dissertação e tese de doutorado, respectivamente: “Deus, o Diabo e Peste: a expansão do imaginário ocidental através dos discursos jesuíticos” (2001); “Jesuítas e Guarani na Pastoral do Medo: as variáveis do discurso missionário sobre a natureza” (2004); “Fomes, pestes e guerras – dinâmicas dos povoados missionais em tempos de crise” (2007).

No decorrer da dissertação, e na Coleção de Angelis, diversos alimentos são citados nas cartas dos jesuítas. Mesmo que esse não fosse o principal conteúdo da comunicação, ainda assim, possibilita tecer uma análise acerca dos manuscritos. Em relação ao que diz respeito a presença de alimentos dentro dos relatos redigidos pelos padres missionários, isso não se apresenta como uma constante. Como os demais estudos mostram, os documentos trazem questões das práticas diárias; das necessidades para construção, manutenção e mobilidade de uma redução; práticas religiosas; e muitas histórias, quase como fábulas bíblicas de conversões “milagrosas” e “castigos divinos”. Dessa maneira, busca-se prestar atenção na constante de insumos presente nos documentos do acervo, principalmente, no que se referem as reduções localizadas no Tape e inseridas nos documentos presentes no conjunto III, que buscava centrar os documentos desse espaço.

Apesar de existirem registros de mais de 180 plantas cultivadas, como mostra o trabalho de Noelli (1993), os alimentos que poderiam ser considerados como os mais citados na Coleção de Angelis, em relação ao Tape, são “maiz” (milho) e “frijoles” (frisoles, feijão). As citações desses insumos podem ser tidas como uma constante, quando o assunto versava sobre questões alimentares. Outra fonte de alimento eram os produtos de origem animal, disponíveis nas reduções, que advinham da caça e da criação; os missionários relatam, comumente, os “pescados”, “veados”, “vacas” e algumas raras vezes “galinhas”.

Além disso, além de uma igreja, os missionários construíram espaços chamados de “sementeiras” e/ou “chácaras”. Nesses espaços era mantida a produção necessária para sustentar os indígenas reduzidos e a sua própria alimentação. Porém, para que os indígenas adquirissem alimento e os jesuítas atingissem seus objetivos era necessária uma troca, onde o indígena exercia suas obrigações por meio do trabalho reduzido, enquanto os jesuítas convertiam-no, de acordo com os preceitos do catolicismo.

A figura do padre dentro das reduções garantia uma “liberdade vigiada”, sendo que os indígenas estavam à mercê do pároco, dos missionários e também das autoridades espanholas, que deviam vigiar a política administrativa da redução por intermédio do Cabildo”. (QUEVEDO, 2010).

Meneses e Carneiro (1997), adotam uma forma de análise do impacto que os alimentos têm em determinados contextos históricos. No estudo, os autores apresentam cinco norteadores de problemas acerca na construção de informações/conteúdo sobre a história da alimentação, sendo eles: o enfoque biológico, que, segundo os autores, é o mais voltado a parte nutricional; o enfoque econômico, que traz uma abordagem voltada aos estudos dos alimentos com maior interesse econômico; o enfoque social, tido como sendo inerente a todas as análises voltadas aos estudos acerca dos alimentos; o enfoque cultural, que coloca a sua atenção na forma de preparação e consumo dos alimentos, compreendendo essas atividades como espaços de “articulação de sentidos, valores e mentalidade”; e, por fim, os autores trazem o enfoque filosófico, que está constituído em dois momentos, o que aborda o “prazer de comer” e o outro poderia ser chamado de “ética alimentar” (MENESES; CARNEIRO, 1997). Nesse sentido, pode-se atrelar aos alimentos uma gama de significados que eles poderiam suscitar, como memórias, identidades; evidenciando, assim, diferentes aspectos culturais e sociais, a partir do fenômeno de alimentar-se.

### 3.1 ANÁLISE DO DOCUMENTO PELO ENFOQUE BIOLÓGICO

Meneses e Carneiro (1997), construíram um formato de análise, no que se trata de alimentação, tendo como primeiro enfoque, o biológico. Percebe-se que a base biológica vai muito além do âmbito restrito da nutrição, ela abrange temas críticos, como “fome e patologias alimentares, segurança alimentar, jejuns e dietas, demografia, adoção ou rejeição de alimentos e gosto”. Além desses, ainda pode-se acrescentar a evolução biológica ou os processos nutricionais adaptativos aos quais a sociedade se submete (MENESES; CARNEIRO, 1997). Como foco destes estudos, que investiga os jesuítas, indígenas e ademais atores ligados ao processo de construção/manutenção de povoados no Tape, muitas vezes obrigados a alterar seus hábitos alimentares para sobreviver.

Por isso, aspectos relacionados à localização das reduções eram definidos com base na produção de alimentos. Cristo (2018) e Bruxel (1987), verificaram que o Tape mostrou-se um local adequado para as reduções, devido a seu terreno fértil e a proximidade de diversos rios, como o Ibicuí, Ygaí e Iequí. Esses terrenos foram escolhidos perante sua predisposição ao

cultivo e a pesca, elementos indispensáveis para que os jesuítas conseguissem sustentar as reduções.

*Aiudó mucho tambien para reducir la gente el aber mudado el pueblo en mejor sitio como V.R. lo mandó, el qual, fuera de tener muy buena bista y ser puesto sano y airoso está rodeado de hermosos arroyos y fuente y altísimos montes y rios de mucho pescado, dei qual nos probeieron los indios con mucha abundancia a nosotros y a otros p." de otras reducciones (MCA, 1969, p. 116).*

O fragmento citado apresenta a nova localização de uma redução, assim como as características que eram relevantes para o contexto "...vista muito boa e graciosa, cercada de belos riachos, fontes, e florestas muito altas e rios com muitos peixes, dos quais os índios nos forneceram e a outros com grande abundância" (MCA, 1969, p. 116). É possível perceber a importância dada a localização de fontes de alimento, que eram capazes de alimentar uma redução e, ainda, colaborar com outras.

Um dos fatos descritos por Bruxel (1987) era que o Tape estava apto a receber reduções como as que os jesuítas haviam planejado, devido a apresentação de diversos elementos, como bosques e campos, que eram propícios a fornecer colheitas e carne em abundância. Um aspecto relevante nesta discussão é que os nativos não se adaptavam bem aos hábitos alimentares dos jesuítas, pois a carne bovina que fora incluída em sua dieta não era bem digerida. Da mesma forma, os campos verdejantes do Pampa foram descritos como propícios para plantio de grãos especialmente do trigo, que também não fazia parte da dieta indígena, antes da colonização.

Interessante observar que a incidência de males gastrintestinais entre os Guarani às alterações em sua dieta alimentar, com a introdução, pelos missionários, do consumo de carne bovina (FLECK, 2005, p. 2).

Entre as doenças mais graves que se tornaram frequentes entre os Guarani ao longo do século 17, destacam-se a varíola, observando que "Parece cierto que los españoles importaron este mal, que en forma tan rápida diezmaba a los indígenas que vivían en comunidad" (FURLONG, 1962, p. 604).

Cabe, ainda, compreender que as dietas (restrições alimentares ou reforço alimentar) tem sempre implicações sociais, políticas, culturais (MENESES; CARNEIRO, 1997). Alguns exemplos podem ser percebidos nos Manuscritos da Coleção de Angelis, como: a alimentação indígena era constituída a partir de uma soma de roças comunitárias, baseadas na horticultura, que apresentavam uma vasta quantidade de plantas cultivadas (NOELLI, 1993)<sup>90</sup> somada a um complexo sistema de coleta transitório, que era empregado de acordo com os alimentos disponíveis em cada estação. Porém, a influência dos colonizadores havia interferido neste ciclo

---

<sup>90</sup> O sistema de roças utilizadas pelos povos indígenas é na maioria o sistema de roça de toco, também conhecidas como: pousio, roças itinerantes (BELTZ, 2012, p. 34).

sustentável, tornando-o inviável e, desta forma, algumas aldeias indígenas tornaram-se reféns dos jesuítas e colonizadores para matar sua fome, alguns se submetiam para aprender as tecnologias dos colonizadores para cultivar seus produtos, em especial as monoculturas do trigo (BELTZ, 2012).

Outro exemplo que foi percebido na Coleção de Angelis, que se voltava para o aspecto biológico, foi o plantio de trigo – que era indispensável para os Jesuítas, pois o trigo era utilizado para a confecção das hóstias para comunhão (MCA, 1970; CRISTO, 2018). Entre os jesuítas e imigrantes, o trigo era valorizado a partir do princípio de que do trigo se faz o pão e o pão deve ser dividido entre os irmãos, o que reforça a introdução da cultura católica europeia, junto às comunidades indígenas da época. Porém, a cultura do trigo não se desenvolveu no Tape, como na Europa, e, inicialmente, os Jesuítas enfrentaram uma série de dificuldades para iniciar um cultivo em grande quantidade, Rabuske (1978 *apud* FLEK, 2005), aponta que os Jesuítas indicavam que as reduções deveriam ocorrer em locais com água disponível para propiciar a pescaria, boas terras<sup>91</sup>, que se localizassem perto de espaços alagados, a fim de que prevenissem mosquitos e outros incômodos.

E, ao contrário do trigo, alimentos utilizados pelos indígenas como o milho e o feijão eram vistos de forma torpe, na medida que traziam enfermidade para os jesuítas, inferindo sobre os alimentos indígenas um signo social de enfermidade para quem os consumisse (FLECK, 2005). Cristo (2018), verifica que, durante o período investigado, os padres eram orientados a realizar a produção do próprio alimento, em especial o trigo para a confecção da hóstia e para seu próprio consumo, assim como indicavam que a produção deveria ser repartida com outros padres e, dessa forma, não dependeriam de alimentos cedidos por indígenas.

Percebe-se que, durante o período analisado, a produção de recursos alimentícios ia guiando o caminho traçado pelos Jesuítas e indígenas, nas reduções no Tape, de maneira que os deslocamentos eram guiados de acordo com os recursos disponíveis, em especial os alimentos. Mas, como no caso do trigo, alguns locais eram delimitados em função da possibilidade de produção, o que, além da questão biológica, liga-se também a uma questão sociocultural.

E, inversamente, os alimentos indígenas eram percebidos de maneira pejorativa entre os imigrantes, devido a sua consideração social e não levando em consideração as suas propriedades nutritivas. Tal constatação possibilita uma reflexão sobre a influência dos alimentos em uma construção social, pois eles influenciam de tal modo que indicam o nível

---

<sup>91</sup> Seriam aquelas onde se é possível cultivar alimentos trazidos pelos jesuítas, assim como o trigo.

social dentro da região do Tape. Essa afirmativa aparece em diversos diálogos, como “*La hambre a sido menos que en otras partes porq aunque repartieron casi toda su cosecha de maiz y frisoles con los pobres y menesterosos*” (MCA, 1969, p. 42).

*Son estos Yndios pobres en extremo, pues no tienen para su vestido sino quatro plumas de passaros, con que cubren y tapan su empacho natural, y el mas rico y poderoso no tiene mas que un pellejo de venado por vestido y para su sustento a duras penas alcançan quatro espigas de maiz y quatro raices secas con que pasan su vida miserablemente* (MCA, 1969, p. 34).

*Pero como los Yndios caminan siempre a pie, ahorran quanto pueden de carga y aun de la comida necess tasadamente lleban dos o tres espigas de maiz para su matalotaje y solo parece van confiados en lo que topan por los caminos de perdices, venados y otros animalejos de la tierra q casi nunca les falta deste genero y quando van un camino largo este es su principal sustento* (MCA, 1969, p. 74).

As passagens presentes na Coleção de Angelis indicam que os jesuítas acreditavam que os indígenas eram desvalidos e, com relação a alimentação, consumiam durante os dias “apenas quatro espigas de milho e quatro raízes secas com as quais passam a vida miseravelmente”. Mas “como os índios andam sempre a pé, economizam o que podem de carga e até do alimento necessário levaram duas ou três espigas de milho para o abate e só parece que vão confiantes no que encontram pelos caminhos de perdizes, veados e outros animais, da terra que quase nunca lhes falta deste género e quando percorrem um longo caminho este é o seu principal sustento” (MCA, 1969, p. 74).

Percebe-se que, mesmo que alimentos produzidos pela população indígena fossem rejeitados inicialmente pelos imigrantes no Tape, posteriormente, desempenham papel relevante, por seu valor nutritivo, principalmente em tempo de fome. Por exemplo, em um relato descrito (MCA, 1969, p. 177), para “*esto a hecho haçer el buenas sementeras de trigo, maiz y legunbres, p.a q tengan de comer porq sin comida no se puede traer gente*”, colocando o milho no mesmo patamar em que era colocado o trigo, ressaltando sua importância na época.

Meneses e Carneiro (1997), pontuam acerca da evolução biológica e o quanto ela é capaz de influenciar a dimensão social, ao tratarem da alimentação. A adaptação da agricultura local é um exemplo disso, uma vez que as roças individuais inicialmente não deram certo, sendo adotado o sistema de lavouras comunitárias – ou “roças”, como os indígenas as chamavam –, percebe-se que o sucesso do sistema decorria do trabalho familiar, somente após a socialização dos índios com os jesuítas é que o sistema de lavouras particulares pode ser estabelecido (QUEVEDO, 2000).

Percebe-se, ainda, a implementação de sementeiras e chacras durante o período das reduções, esses eram espaços propícios para o plantio e criação de animais. Cortesão (1969, p. 62) indica, no Tomo III, que:

*el P.c Adriano se determino de trabajar por el bien destas almas y assi les hizo mucha limosna de maiz y frisoles que es su ordinario sustento y de nuevo les hizo sementerias para ellos assistiendo el por su persona y trabajando con gran zelo y fortaleza con que los Yndios se an ydo sujetando al yugo suave dei S.t0 evangelio y venido muy de gana al pueblo y entrado a la Yglesia y hechose hijos de dios por médio dei S.º bautismo, el qual an recebido como seiscientas almas y dellas las docientas ninos tiernos de los quales muchos an volado al cielo (despues de recebido) por primicias desta nueva Yglesia y prêmio de nuestros trabajos, que lo es y muy grande el ver salbarse tantos por nuestro médio y cumplir el fin tan alto para que Dios nuestro Senor nos trujo a estas partes.*

Nota-se que os jesuítas utilizavam desses espaços com recursos, para conversão dos indígenas a seu credo. Mesmo fenômenos climáticos eram ovacionados como obra do santíssimo, como no caso:

*Avia començado el ano de 36 con tanta sseca q los sembrados se yban secando y aunq en las rred.08 veçinas avia llovido bien en esta sola no avia llovido prometimos una missa a la Virgen ss.ma y fue cosa milagrosa q estando el çielo claro y con sol bien claro luego al punto se cubrio el çielo de nubes y cayo un aguaçero tan rreçio sobre todas las chacaras y sementerias q todas las dexo hechas un mar de agua atribuyendo todos este favor a la Virgen ss.ma (MCA, 1969, p. 187).*

No trecho superior, pode-se entender que “o céu estava coberto de nuvens e uma chuva tão forte caiu em todas as fazendas e campos, feito um mar de água, atribuindo todo esse favor a virgem santa”. A partir das contribuições dos “Manuscritos da Coleção de Angelis” (1969), compreende-se alguns pontos, como a organização cíclica que os indígenas adotavam, e as roças itinerantes, ou pousio, que foram dando espaço à tecnologia trazida pelos Jesuítas, para a monocultura. De maneira inversa, os alimentos indígenas, que eram vistos como impuros, começaram a fazer parte da dieta nas reduções e, conforme as reduções avançavam, esses alimentos tornavam-se fonte de alimento constante presente em sementeiras e chácaras.

Percebe-se que as reduções se localizavam em regiões que apresentavam determinadas características, muitas delas relativas à produção de alimentos, como a proximidade a rios, área para plantio, árvores frutíferas e bosques, que poderiam suprir a necessidade de carne através da caça. O próximo enfoque verifica características que expandem do aspecto biológico para o social, que envolve os alimentos e é apresentado na sequência.



### 3.2 ANÁLISE DO DOCUMENTO PELO ENFOQUE CULTURAL

O enfoque cultural, em relação à alimentação, tem como objetivo consciente a análise acerca da necessidade física da alimentação, buscando expandir a compreensão para as formas de preparo e, sobretudo, verificar como e em que espaço de sentidos, valores, mentalidades etc., eles são consumidos (MENESES; CARNEIRO, 1997). Além disso, analisa as implicações semiológicas do beber e do comer que se sobressaem, para atender as decorrências do arbítrio cultural. Percebe-se, então, que a alimentação faz parte de um código complexo, que pertence à vida social de múltiplas formas, assumindo significações diversas (MENESES; CARNEIRO, 1997).

O enfoque cultural permite a criação de alimentos signos, “cuja ingestão corresponde a introduzirmos em nosso corpo biológico um fragmento do imaginário social” (MENESES; CARNEIRO, 1997). Dessa forma, entende-se que o enfoque biológico analisa o alimento com uma visão de dentro para fora, isso é, o quanto determinado elemento propicia saúde e bem-estar para quem o consome, e isso se traduz da ingestão até à pele; porém os alimentos signos permitem uma visão de fora para dentro, pois, na medida que os indivíduos se alimentam, invisibilizam o alimento signo e, ao mesmo tempo, o tornam visível na consciência, e isso está alinhado a construção de sua identidade social (MENESES; CARNEIRO, 1997).

Amantino e Fleck (2016) apresentam alguns aspectos relacionados ao enfoque cultural. Um deles é a necessidade que os jesuítas tinham de alimentos ofertados pelos indígenas ou pelos “colonos”. Sabe-se que para os alimentos ofertados pelos indígenas como o feijão e o milho eram destinados signos de alimentos insalubres, devido a sua difícil digestão por parte dos colonizadores.

Na sequência do Tomo III, é possível encontrar passagens, como a superior, que indicam que os padres sofriam com o desconforto de não ter alimentos disponíveis inicialmente, tendo que solicitar aos indígenas um pouco do milho e feijão para seu miserável sustento, isso “porque como eles não estão acostumados com esses alimentos lhes causa muitos danos e cria dentro de seus corpos muitos vermes” e acrescenta que a maioria dos índios morria, em função dos alimentos, assim como cães e gatos domésticos também seriam motivo para proliferação de vermes. De maneira inversa, a partir de 1615, foram introduzidos no Tape os sistemas de criação de gado bovino, para que, assim, os imigrantes tivessem a sua disposição fontes de alimento “saudáveis” (QUEVEDO, 2000). Não foi somente o gado que foi introduzido. Iniciou-se, também, o cultivo de outros cereais e frutas como o trigo, cana-de-açúcar, uva entre outros, para garantir a sobrevivência dos imigrantes e dos indígenas reduzidos, bem como propiciar

sua estabilização (QUEVEDO, 2000). Porém, a carne bovina não era bem-vista pelos indígenas, pois ela causava a eles problemas gastrointestinais.

Mas, a produção nas reduções nunca era suficiente para suprir a necessidade e, mesmo empregando esforços, inclusive em sementeiras e chácaras, os jesuítas necessitavam consumir alimentos indígenas para sobreviver. Até que, em certo ponto, os alimentos indígenas começam a ser considerados indispensáveis para a alimentação dos jesuítas, como mostra Cortesão (1969).

De acordo com Montanari (2013), o gosto também é um fator determinante para o enfoque cultural. Se os jesuítas e imigrantes tinham à sua disposição, na Europa, diversos alimentos e sabores que compunham sua dieta, ao chegar no Tape, muitos desses sabores foram retirados da dieta e, mesmo que muitos esforços tenham sido empreendidos, a produção local enfrentou diversas barreiras para iniciar uma produção que fornecesse esses alimentos aos colonizadores; um exemplo são os derivados do trigo. Dessa forma, para quem chegava ao Tape, era imposta uma série de restrições alimentares que infligiram os sentidos culturais.

De forma diferente, os indígenas também sofreram mudanças, pois foram incentivados a iniciar uma produção nas reduções, o que impedia os índios de realizarem migrações entre as regiões, para a aquisição de diferentes alimentos. A análise cultural dos hábitos alimentares e da alimentação permite perceber diversos desafios, que eram enfrentados no período investigado. Mostra também o quanto o gosto dos alimentos está ligado ao saber e, sob esse aspecto, “é uma experiência de cultura que nos é transmitida desde o nascimento, juntamente com outras variáveis que contribuem para definir os valores de uma sociedade” (MONTANARI, 2013).

Percebe-se que, durante as reduções, tanto a cultura de quem chegava quanto a de quem já estava no Tape foram sendo alteradas, devido às novas demandas que os alimentos empregavam. O que se sabe sobre o sistema alimentar adotado nas Missões Jesuítico-Guarani, que engloba o Tape estudado nesta dissertação, é somente retratado em cartas e/ou documentos produzidos no período reducional. Baptista (2007), pontua que os documentos não apresentam e explicam muito sobre a sociedade local. Segundo o autor os relatos apresentavam as profundas dificuldades, especialmente para quem deseja construir a história indígena, pois, somente existem os documentos registrados pelos jesuítas que faziam parte dos povoados.

### 3.3 ANÁLISE DO DOCUMENTO PELO ENFOQUE ECONÔMICO

O enfoque econômico analisa as formas como os alimentos são abastecidos, as características das colheitas, seu mercado, os preços, suas flutuações e outras características que merecem destaque em determinados contextos (MENESES; CARNEIRO, 1997). De acordo com Meneses e Carneiro (1997):

Com efeito, até mais que a antropologia, foi na história (ou com perspectiva histórica) e, secundariamente, na geografia, que se produziram abundantes trabalhos sobre a obtenção e utilização de um dado alimento, numa época ou contexto dados, explorando-se, ainda, seu processamento, consumo e ingestão, armazenamento, transporte, comercialização e distribuição (MENESES; CARNEIRO, 1997, p. 15).

Desta forma, é possível realizar uma consulta acerca de orçamentos e dados censitários, investigar as técnicas de aquisição, consumo, transporte, os reflexos para a alimentação e a fome. Neste enfoque, geralmente alguns dados não catalogados tendem a não ser explorados, como é o caso dos sistemas complexos de interrelações sociais, como o cotidiano e as festas, a alimentação humana e animal, a produção doméstica e suas formas de distribuição, via parentela, vizinhança, entre outras. Geralmente, esses formatos sociais fogem do enfoque econômico, por adotarem vias de relação diferentes do que a contabilidade formal adota e, por isso, essa análise é mais escassa na história (MENESES; CARNEIRO, 1997).

Nos Manuscritos da Coleção de Angelis, percebe-se que, em diversos momentos, o enfoque econômico transpassa a história. Pode-se iniciar a discussão retomando a estrutura de trabalho empregada nas reduções, em que os homens eram responsáveis pelas roças e oficinas, as mulheres eram responsáveis por questões que envolviam a fiação de lã e algodão, enquanto as crianças, a partir dos sete anos, ficavam sob responsabilidade da comunidade, tanto para o trabalho, como para as três refeições diárias (BRUXEL, 1987). Os horários de trabalho também eram organizados, sendo que entre 7 e 8 horas iniciavam-se os trabalhos do dia, quando o sino tocava ao meio-dia era o sinal para a pausa do almoço e, entre 17 ou 18 horas, as crianças recebiam a doutrina cristã, enquanto as mulheres recebiam a carne e a erva-mate para família (BRUXEL, 1987).

Durante o período investigado acontecia, no território que compõem o Brasil, certa revolução agrícola, de maneira que a produção advinda da agricultura vinha sofrendo influência dos indígenas, pois eram eles que compartilhavam conhecimentos sobre técnicas de cultivo, como o processo de coivara<sup>92</sup> e o cultivo de raízes e sementes. Além disso, os indígenas ensinaram como plantar alimentos como a mandioca, cará, inhame, milho jerimum, amendoim,

---

<sup>92</sup> Consiste em derrubar e queimar a mata para limpar a terra para o plantio (BELTZ, 2012).

mamão, entre outros (PEREIRA; GONÇALVES; MAGALHÃES, 2020). Cascudo (2011), esclarece que a nutrição praticada na contemporaneidade tem raízes na produção agrícola que fora constituída na época estudada, pois foi nesse período que alimentos como a mandioca, o milho, a batata e o feijão, que são típicos da mesa do brasileiro, foram inseridos nas dietas de imigrantes.

Percebe-se que existiam horários definidos pelos jesuítas, os quais mantinham controle sobre a produção de diversos produtos da época, sendo que alguns vinham do campo, enquanto outros eram processados, como roupas que eram confeccionadas pelas mulheres. De acordo com Freyre (1933), outras produções ficavam a cargo das mulheres, como drogas, medicamentos, utensílios e higiene. Em especial, as drogas (ervas, resinas e folhas) foram cada vez mais usadas pelos jesuítas, pois o suprimento que vinha da Europa (quando vinha), era escasso e não supria a demanda das reduções.

Desta forma, os Jesuítas adotavam produtos secundários para substituir os faltantes. Um produto adotado foi a erva mate, que desempenhou um papel forte no período investigado, estando presente no Tomo III, e serviu para manter os indígenas e jesuítas aquecidos e, de certo modo, nutridos.

*Durante los últimos días hemos estado esperando sin comer hasta llegando al pleito mal parado y que no volo campana yerba para comer aun que el tiempo no se acomoda ni cesaba de nevar y granizar: díles Indios, hijos vosotros debeis de soportar dormir y beviendo la yerba yo ya no puedo sufrir el hambre (MCA, 1969, p. 90).*

Em certo ponto ainda, ocorreram tentativas de estabelecer um comércio entre as reduções e outros personagens que compunham a história da época. Um exemplo eram as trocas que aconteciam entre os povos charruas e minuanos, que realizavam a comercialização através de troca de bovinos e cavalos por erva-mate. Por vezes, esses povos não aceitavam a introdução de novos concorrentes, isso acontecia quando os indígenas guaranis reduzidos aumentavam sua produção (DE MASY, 1989).

Devido a demanda não suprida de alimentos como o trigo, que era uma cereal de difícil cultivo e supérfluo para os indígenas, ampliou-se a produção de milho, mandioca e legumes. Compreende-se que nas reduções havia a necessidade de manter o trabalho organizado, pois não era possível prover sustento a todos somente com caça e pesca, mel e frutas silvestres. Para isso, era necessário empenhar energias no trabalho agrícola (BRUXEL, 1897).

*Començaron a oyr missa todas las mananas antes de yr a sus chacaras y sementeras y nro s.r començo con larga mano a darles todo lo neçessario en abundancia de suerte q con aber tenido tanta en sus pueblos antiguos q dejaron, el sitio de los q agora tienen lo juzgan por mas fértil y abundante y mas sano de suerte q se pasan alg.08*

*meses sin q aya muerte o enfermedad alg.a y tienen ya tanta comida q Pueden dar a otros cantidad delia como lo an hecho y haçen con los de las rred.es dei caaro y candelaria los quales abiendose rretirado y dejado sus pueblos por caussa de los mismos enemigos los indios destas rreduçiones rreçibieron en sus pueblos a los dei caaro llevando cada indio casado a su cassa otro cassado con sus hijos y mujeres, dandoles cassa y de comer rrepartiendo con ellos sus chacaras y sementeras con q no an tenido neçesidad. solam.te padeçian falta en el vestido pero luego comensaron a senbrar algodón y el p." ant.º Ruiz les hiço traer lana y algodón q les rrepartio con\q ya se an vestido y buelto al lustro antiguo. llevaronles tambien 1 D 800 ovejas p.a (q tubiesen lana y cria. an hecho su estancia de bacas y yeguas, tienen bueyes p." hacer sus sementeras y biben mui alegres de aber dexado sus tierras antiguas y se conforman mas en este buen açierto q tubieron con lo q van haçer cada dia los enemigos en las demas rred.e. (MCA, 1969, p. 200).*

O extrato acima apresenta parte da organização empregada nas reduções. O trecho “ouvir a missa todas as manhãs para abundância na plantação”, pressupõe que, devido a fé nas reduções, todos os índios não sofriam de falta de alimentos, roupas e até bebidas. Desta forma, devido a observação de demandas comerciais percebida pelos jesuítas, eles buscaram ampliar a produção de diversos alimentos. Porém, os imigrantes que tinham investido também na produção sentiram-se prejudicados, tendo que disputar mercado com os padres que disputavam mão de obra indígena. Foi neste ponto que iniciou as questões de acontecimentos denominados de *Vaquerías*, que foram pontuadas no capítulo 2.

### 3.4 ANÁLISE DO DOCUMENTO PELO ENFOQUE FILOSÓFICO

O enfoque filosófico deve ser observado em duas linhas. A primeira é mais geral e aborda questões relacionadas ao prazer da não-necessidade na alimentação, assim como preconceitos contra a dimensão corporal do homem e, a partir daí, comenta posições de alguns filósofos, discorre sobre o valor do prazer de comer, as obrigações implícitas às virtudes morais da hospitalidade e da temperança (MENESES; CARNEIRO, 1997). A segunda forma de avaliação do enfoque filosófico retrata questões sobre a ética na alimentação; as questões abordadas são: a fome enquanto o problema ético, a segurança alimentar, o respeito à vida animal e condições ambientais, a moralidade das modernas biotecnologias, os aspectos culturais da ética da alimentação (MENESES; CARNEIRO, 1997).

Inicialmente, e relacionado a questão do prazer na alimentação, o Tomo III não deixa claro como acontecia essa relação, porém pode-se perceber, nas escrituras, que os Jesuítas consideravam o ato de se alimentar e de propiciar alimento aos indígenas nas reduções, um ato divino.

*Companeros y Padres, todos estos deço y solo quiero ofrecer por fruto tantos catecismos hechos, tantas doctrinas y sermones en orden de dar a conocer a nro Criador y Señor a los que antes no lo conocian, tantas limosnas corporales y*

*espirituales, que cada instante no cesan de hazer estos obreros Apostolicos. tantas buenas obras y tantos pecados que evitan y destierran con su zelo tanto y ultimamente no es pequeno fruto el que de sus personas ofrece (MCA, 1969, p. 93).*

Nesta passagem, pode-se notar que os jesuítas valorizavam a pregação, as doações e o que consideravam boas ações, que seriam equivalentes à conversão dos indígenas. No que tange ao segundo aspecto ético, podem ser observados nos relatos o problema presente da fome e segurança alimentar, tanto os indígenas quanto os jesuítas em certo ponto eram afetados e estavam à mercê da fome durante as reduções. Ao mesmo tempo os indígenas também eram castigados, caso se comportassem sem fé.

*la hambre que padecen los Yndios que se mudaron obligandoles a comer hasta las ojas de los arboles de que se les origina peste ordinariamente y mortandad y visto por nro Padre Provincial Diego de Boroa y demas Padres que estan cultivando esta gente enseñandoles las cosas de nra santa fee (MCA, 1969, p. 264).*

*passo a las latissimas Provincias dei Uruguay y Tape, adonde con gravissimas contradicciones, trabajos, hambres y fatigas fundo seis rreducciones de índios y en la ultima que fue la dei Caaró alcanço la Palma dei Martirio con otros dos P.es y con sus Merecimientos facilito la conbersion de tantos Millares de Almas que reduxeron en veinte rreducciones muy numerosas los rreligiosos de la Comp.a de Jesus (MCA, 1969, p. 268).*

Nos extratos da Coleção de Angelis pode-se perceber que, em determinados momentos, os indígenas que migravam para o Tape sofriam com a fome e que os jesuítas buscavam acomodar esses índios nas reduções, onde pudessem vigiar, punir e controlar esse povo. O acervo de Angelis traz diferentes documentos, como previamente citado, que suscitam/oportunizam diferentes estudos, formas de olhar para esse conteúdo. No conjunto de materiais, abordamos documentos com intuito de apresentar as questões do Tape e, por vezes, as reduções mais próximas a esse espaço; fato que possibilitou encontrarmos informações sobre os chamados "comedores de carne humana" – retratados assim pelos missionários, em seus relatos, os indígenas e/ou grupo de indígenas que praticavam o consumo de carne humana como parte de sua dieta alimentar. Esse hábito controverso gerava inúmeras situações e bastante reprovação por parte dos padres, como veremos a seguir.

No documento redigido pelo padre Joseph Oregio, ele apresenta o relato sobre um indígena que consumia carne humana<sup>93</sup>. Nesse sentido:

*Abra como seis meses que llego un indio (sic) por nombre erouaca con sus padres, mugeres y hijos a esta reducion de S. Ana dei icabaguà comedor de carne humana y*

---

<sup>93</sup> V Carta do padre Joseph Oregio sobre um índio, antropófago inverterado, Santa Ana, 20 de agosto de 1636. (OREGIO, Joseph *in* Cortesão 1969)

*se puso como una légua lejos desta reducion en un çerro<sup>94</sup>, y alli con mana se ha comido con sus padres a su hermana y muger y a otra muger con su hijo y a otra muger de los tres hemos visto aqui en nuestra casa las tres caveras, huessos y carne assada, en cantidad de una muger que avia muerto el dia que le prendieron, y los otros todavia estaban las cavesas, carnes, pies y manos y los demas huessos frescos, cierto indicio de que mataba muy a menudo gente. (MCA, 1969, p. 29).*

Neste relato, se pode perceber a partir do descrito pelo padre Oregio, que o indígena “*Evorocá*”, que vivia há uma milha de distância da redução, em um “cerro”, havia consumido, junto de seus pais, três mulheres e uma criança, pois haviam visto três caveiras, osso e carne assada de uma mulher, que deveria ter sido morta e consumida recentemente, no dia que o prenderam. Ainda, havia dos outros corpos, cabeças, carnes, pés e mãos, ossos frescos, , segundo o padre, poderiam indicar que ele matava pessoas com frequência, para consumo próprio. Também, pontua que ele nomeava, um por um, ao serem erguidas as cabeças e que, mesmo tendo alguns corpos, seria possível depreender disso que ele havia consumido mais que os cinco corpos encontrados naquele momento. Nas palavras do padre “es de los que vive de carne humana, ni cuida de chácaras sino de matar gente para comer” (Idem, p. 29).

Essa questão, acerca de cuidar de chácaras, foi um dos motivos que levou à desconfiança, para uma investigação acerca de *Evorocá*. Pois segundo o documento, o padre afirma que o grupo que foi prender *Evorocá*, encontrou “vários fossos de fogo e ao redor deles as entranhas de várias pessoas que ele estava matando”; o padre descreve, ainda, que ele os teria o consumidos “parte assada, parte cozida com seu pai, que escapou, e com sua mãe que permanece aqui porque tinha um filho no peito, filho de sua esposa, a quem ele matou”. Ainda, traz que a maneira que esse indígena teria para matar suas vítimas seria “jogar um sipoi no pescoço deles e arrastá-los até a morte e então com um taquarembo ele removia toda a carne de modo a deixar somente os ossos e caveiras”. A descoberta dessa ocorrência teria ocorrido, pois segundo padre Joseph,

*[...] el enfermero deste pueblo con dos otros companeros yendo a sus chacaras olieron la carne assada que era tanto el olor que de muy lejos se trascendia y llegando adonde estava le hallaron tan av... de carne que con grande facilidad y sin resistencia le ataron y trujeron al pueblo con todo lo arriba descrito. (MCA, 1969, p. 30).*

Esse enfermeiro e seus companheiros sentindo esse cheiro de carne assada, que chegou aonde estavam, foram averiguar o que estava acontecendo e, dessa forma, ao chegarem no local descrito anteriormente encontraram “*Evorocá*”, seus familiares e os restos mortais de suas vítimas. Assim, o prenderam, juntamente com sua mãe e um dos seus filhos de colo e os levaram

---

<sup>94</sup> Elevação isolada de terra, mais baixa em altura do que uma colina ou montanha (tradução livre do significado obtido em <https://dle.rae.es/cerro>).

até a redução de Santa Ana, para que os devidos procedimentos fossem adotados. Os restos mortais foram enterrados e nesse caso, assim como em caso semelhantes, o padre pontua que

*Para estos y semejantes casos que en estas tierras tan apartadas fuera necesario acavar con el gobernador que diesse licencia a los capitanes de los pueblos de castigar semejantes delitos, porque el gasto y cuidado de llevarles a Buenos Ayres, etc., es de Poco provecho por haverlos de llevar indios que tienen tan poco cuidado de los mal hechores que ordinariamente se les huyen o vuelven a sus tierras sin ser castigados.*

Dessa forma, esclarece que foi necessário acordar com o governador que as punições fossem feitas pelos capitães dos povoados, tendo em vista que era custoso levar até Buenos Aires, indígenas que, por vezes, fugiam e voltavam as suas terras, sem serem punidos.

O relato trazido pelo Padre Oregio foi abordado por Maria Cristina dos Santos, em 2016, no artigo “Lições de Erovocá: estratégicas narrativas do ‘eu’ a partir do ‘outro’”<sup>95</sup>, onde a pesquisadora busca discutir “as potencialidades e precauções aportadas pela análise etnohistórica dos registros documentais que, amparada pela leitura mais acurada das contribuições da antropologia contemporânea”, visando compreender “as estratégias utilizadas numa narrativa que utiliza o ‘outro’ para evidenciar a eficácia da presença do ‘eu’”.

Poderia ser interpretado como um hábito alimentar, mesmo soando absurdo. Para os praticantes, se interpretaria como algo parte da rotina, tendo em vista que alguns não costumavam caçar e/ou manter criação de animais. Apresenta-se, então, como algo do cotidiano para estes, enquanto para os missionários das reduções isso era uma atitude anticristã e horrenda. O objetivo era, além de reduzir o que costumavam chamar de indígenas infiéis, mantê-los longe dessas práticas entendidas como contrárias à Fé e aos preceitos do cristianismo. Dessa forma, relatam no documento “IX – Carta do Padre Francisco Dias Tano para o superior do Tape, dando-lhe conta das respectivas reduções”<sup>96</sup> que havia uma preocupação com a forma com que conduziram esses indígenas, para que não sucumbissem a prática do que se entende por antropofagia. Inicialmente, neste documento, o padre Tano se dirige ao Padre Provincial, pontuando a necessidade da provisão de roupas, de armas e manutenção desses equipamentos (MCA, 1969, p. 105).

Entretanto, para a compreensão de fatos que se sucedem nesse relato, se faz necessário abordar o documento que traz a morte do padre Cristóbal de Mendoza – redigida pelo padre Francisco Ximenez –, intitulado “VIII Relação e morte do padre Cristóbal de Mendoza, a 26 de

<sup>95</sup> SANTOS, M. C. Lições de Erovocá: estratégicas narrativas do “eu” a partir do “outro”. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 1095-1016, nov. 2016.

<sup>96</sup> *Relacion del P.e Fr.co dias Tano sobre el estado de las reducciones de los Tapes. 1635, Jesus Maria, 26 de sembro de 1635. (TANO in CORTESÃO, 1969).*



abril de 1635 redigida pelo padre Francisco Ximenez”<sup>97</sup>. No documento, Ximenez começa pontuando que trará um relato do que conseguiu apurar acerca da morte do Padre Mendoza, tentando compreender o que aconteceu, por meio do corpo que já haviam conseguido trazer, e de conversar com os indígenas da redução de Jesus Maria que acompanhavam o padre. Sob essa narrativa,

*Partió el [Padre] a ver la disposicion desta tierra dei Igai acompañado, segun dize el [Padre] [Pedro] Mola, de la gente q pareció suficiente para su seguridad, y aviendo passado el Igai, y el Ibia llegó al Caagua, donde la gente le recibió mui bien, y los ganó de manera, q todos se querian venir con el a nuestras [reducciones]. Mas el [Padre], considerando que todas estas [reducciones] de la Sierra estan faltas de comida por la ruin cosecha [que] este ano passado ubo, les dixo q no era aun tiempo, q perecerian por aca de hambre, y [que] asi se estubiessen por entonces en sus tierras. y aviendo dado varas a algunos Caciques, dio la buelta para su [reduccion]. (MCA, 1969, p. 101).*

Nesse trecho, o padre Ximenez apresenta o relato da expedição de Padre Mola, passando *Igai, Ibia* e chegando em *Caaga*, onde foi muito bem recebido. Segundo o padre interlocutor, havia interesse da população ali estabelecida, em acompanhar o padre Mola até às reduções, mas, por considerar que as reduções da Serra haviam tido uma baixa colheita naquele ano, ponderou não ser apropriado, dizendo que eles poderiam padecer de fome e, por esse motivo, seria melhor que permanecessem em suas localidades e, dando autoridade aos caciques, retornou a sua redução. Na sequência, Ximenez aborda as questões do indígena fugido da redução de São Miguel e os caciques que teriam participado da emboscada para matar o padre Cristóbal. O indígena que teria inflado esses indígenas, junto de um feiticeiro contra os padres, dizendo o quanto eles seriam ruins.

A situação teria iniciado quando o indígena, chamado *Tayubai*, teria fugido da redução de São Miguel e o padre Cristóbal tentava há um ano procurá-lo, para trazê-lo para redução a fim de que ele fosse corrigido. Esse indígena teria se juntado a um feiticeiro, chamado *Tayabaiba*, “y otros Caciques llamados *Guinpi, íanduai, Tabeçaca, Yapepoyaca, y otros muchos conbocó un gran numero de gente de toda aquella tierra y diziendo-les mucho mal del [Padre]*” e dessa forma, segundo Ximenez, “*les persuadió q le matassen y le armaron la zelada para la buelta en el Ibia*” (MCA, 1969, p. 102). Ainda, segundo o padre, a emboscada foi organizada com a participação de três indígenas, que foram cooptados pelas mentiras contadas, e que, quando souberam que o padre Cristóbal estava naquele trecho, formalizaram a emboscada para o padre.

---

<sup>97</sup> *De la muerte dei P.e Xpoval de Mendoza. Mayo 26 de 1635; Al P.e Diego de Boroa de la Comp.ª de Jesus Prov.al desta prov.al del Paraguai. Buenos Aires, Pax Xpti. etc. (XIMENEZ in CORTESÃO, 1969).*

Então, a seguir, o padre Francisco relata a morte do padre, que teria levado dois dias para se consolidar. Os indígenas tentaram atear fogo no corpo, mas como choveu não conseguiram e desistiram. Depois, no outro dia, ele ainda estaria vivo, então, cortaram mais umas partes dele e tentaram, novamente, atear fogo no corpo, mas como a lenha estava molhada não conseguiram, largaram o corpo perto do rio, segundo descrito, e foram comemorar. Diante do sucesso na emboscada, a comemoração teria sido, por parte dos indígenas, conforme o padre, “*se fueron a una gran borrachera, q tenían prevenida, en la qual mataron y comieron cocidos dos muchachos, [que] acompañaban al buen [Padre], cuya muerte dichosa fue Jueves 26 de abril*. Nesse trecho, pontua que os indígenas teriam matado, cozinhado e comido os dois meninos que acompanhavam o padre, durante a comemoração.

Para a reapropriação do corpo do padre Cristóbal, o padre Ximenez, descreve que teria ocorrido da seguinte forma: um grande grupo de indígenas foi organizado para resgatar o corpo do padre, a missão seria de não praticar vingança/retalhar os que teriam cometido a emboscada e o assassinato, só que, mesmo com essa premissa, houve confronto entre os indígenas reduzidos e os indígenas considerados infiéis. Dessa forma, o corpo chegaria efetivamente em 20 de maio, quase um mês após o ocorrido. Por fim, apresenta como foram realizados os cortejos do padre Cristóbal e apontando que se soubesse de algo mais adiante dessa morte ocorrida, informaria (MCA, 1969, p. 104).

Esses acontecimentos, precedentes ao relato supracitado do padre Francisco Dias Tano, pontuam questões de embate entre missionários e grupos indígenas, como essas questões poderiam ser inflamadas e como o espaço entre os agentes era conflituoso. Outro ponto a ser notado nesse trecho, é a questão de atrelamento, na narrativa dos padres missionários, entre o indígena fugitivo e um feiticeiro, que serão questões pertinentes ao que abordaremos agora. Como dito, inicialmente o padre Dias Tano pediu a provisão de roupas e armas, além da manutenção desses elementos. Descrevendo que a situação, após a morte do padre Cristóbal, ficou complicada. Nesse sentido, nas palavras redigidas pelo padre Tano, “*aviso como halle muy mala prevencion de armas porq con la muerte del [Padre] Xpuval todo se desconciertó, los arcabuces halle sin llaves y los demas quebrados*” (MCA, 1969, p. 105).

Padre Tano, ainda, apresentou questões atreladas aos pedidos de manutenção e provisão para aquela redução, pontuando que houve conflito com portugueses que adentraram em *Caagua* e que os indígenas os haviam matado. Também relatou uma reunião que haveria tido entre indígenas em “*Cariray y en el Pirayubi*”, tendo desconhecimento do assunto e sob a ordem de quem. Relatou também a difícil comunicação entre os padres da região, devido a falha na entrega entre as correspondências. E, em seguida, abordou a situação de como se encontrava

a redução, quando chegou ao local. Sentiu falta dos registros que o padre Cristóbal teria deixado em aberto, em relação aos indígenas que faziam parte da redução, percebeu que havia casas que tinham sido acometidas pelo fogo e questionou ao grupo de indígenas o que teria acontecido. Assim sendo, o relato a seguir apresenta os conflitos com outros indígenas não reduzidos:

*Me dixeron [que] unos yeroquiharas [que] andaban por los tetaminis los enganaban diciendo [que] este pueblo se avia de destruir y q predicaban contra nosotros haciendo burla de lo que ensinabamos y deçian q ellos eran dioses y criaban los maisales y comida y eran senores de las fantasmas de los montes de los itaqui- çeyas y de los ybitipos y que los tigres andaban a su voluntad y mataban a los q ellos querian y q los Primeros q avian de Pereçer avian de ser los baqueros y ybirapondaras y los q se haçian Xpianos v q los q trabajavan en el pueblo se les avia de perder las comidas, y en esta ocasion començaban a sembrar y los ratones començaron a haçer gran dano en los sembrados y ellos decian q por su orden se haçia con q se comensó la gente a huir dei pueblo y a no haçer sus chacaras aunq las tenian bien roçadas y los baqueros y carpinteiros se desapareçieron de suerte q q.d0 yo llegué no avia casi nadie en el pueblo. (MCA, 1969, p. 106).*

Nesse trecho do documento, o interlocutor relata sobre a falta de comida e acerca do aparecimento dos *Yeroquiharas*, que estiveram presentes e falaram sobre como teriam controle sobre o ordenamento das coisas do mundo, pois seriam deuses, tendo poder até mesmo para prover a falta de alimento, fato que poderia ser interpretado como uma ameaça, visto que, para o caso de os indígenas continuarem seguindo a doutrina cristã, os deuses não dariam provimento e suas plantações morreriam. E, conforme descrito pelo padre Tano, haveria feiticeiros com esse grupo que esteve na redução, então convocou uma reunião com os caciques e capitães para começar a desfazer o que chamou de “*bellaqueras (bellaquería)*”, que poderíamos compreender como uma maldade (MCA, 1969).

Outra passagem mostra a importância da penitência na quaresma, de maneira que um indígena abre mão de uma viagem de caça para não cometer penitência.

*Y aun por esto un buen Yndio desta reduccion trataba de ir un camino, pero reparando en que era quaresma, dejó de ir. preguntóle el P.c que porque queria ir. respondióle Xpiamente: no se o a que coma carne esta quaresma por esos caminos, viendome falto de comida, quiero no comella por amor de Dios y despues de quaresma yre, que es dicho muy para notar entre esta gente, la qual por vivir, como e dicho, a sus aventuras, comiendo lo que topan deste genero por los campos y montes, raro es el que se puede abstener de comeria como (MCA, 1969, p. 76).*

Aquilo que poderia não ser compreendido pelos jesuítas, em dados momentos, gera algumas descrições nos relatos, que poderiam ser entendidas como questões de filosofia de vida, diferentes das que tinham conhecimento. Então, essas construções de imagem acerca do comportamento dos indígenas não reduzidos traziam conflito ao que se esperava de um comportamento atrelado ao cristianismo e, por vezes, poderiam misturar a mística da vivência

indígena com exagero nas descrições. Mas, sobretudo, permitindo que as questões de práticas alimentares gerassem estranhamento ou aproximação de pensamento. Tendo observado o exposto, é possível perceber que ocorreram muitos choques culturais durante o período das reduções, que se refletem no meio social que será apresentado no próximo enfoque.

### 3.5 ANÁLISE DO DOCUMENTO PELO ENFOQUE SOCIAL

O último enfoque apresentado por Meneses e Carneiro (1997), é o enfoque social, que, como pode ser percebido no decorrer dos demais, é reconhecido como inerente a qualquer estudo de qualquer aspecto da alimentação. Neste enfoque analisa-se como é composta a rede de inter-relações que o alimento, obrigatoriamente, evoca e transforma no mais poderoso instrumento de expressão e compartilhamento de relações e reposição de condensação social planejada.

Este enfoque prende esforços para estudar o alimento com relação a sua origem, seu transplante da Europa para o Tape e do Tape para a Europa, as condições e dificuldades de sua aceitação e difusão, os aspectos de suprimento e as flutuações na resposta a fomes e a carências, nas quais desempenhou o papel fundamental (MENESES; CARNEIRO, 1997). Especificamente, estuda-se no enfoque social a sociedade capitalista. Para exemplificar essa fala, Meneses e Carneiro (1997) apresentam a história do açúcar como plataforma de observação. De acordo com Meneses e Carneiro (1997):

O vasto panorama apresentado pelo comércio de açúcar compõe as conclusões a que pode chegar examinando as condições de produção do açúcar nas colônias, as repercussões de sua dependência do trabalho escravo e a exploração moral decorrente, as funções nutricionais, medicinais e luxúrias do açúcar, em seu papel no imaginário, nas classificações sociais, na emergente sociedade de consumo e a construção de uma nova subjetividade, a organização do mercado, não só como mercadoria, mas também como primeira necessidade exótica, produzida em massa, para uma classe operária. Em suma, como se já disse, o açúcar funcionou como uma metáfora para articular os diversos agentes sociais e dar inteligibilidade a interação entre eles (MENESES; CARNEIRO, 1997, p. 39).

De acordo com o contexto sociopolítico estabelecido no Tape, podemos inferir que os trabalhos e relevantes relatos que consideram a alimentação como tema principal sob o ângulo do poder, indica que a alimentação desempenhou um papel fundamental no processo da conquista da colonização na América espanhola no século XVII (MENESES; CARNEIRO, 1997; QUEVEDO, 2000). De acordo com os relatos apresentados durante a dissertação, baseados nos relatos da Coleção de Angelis, percebe-se que os alimentos representavam um laço entre os indígenas e jesuítas, pois, no momento que um indígena ingressava nas reduções,

era lhe prometido alimento, mesmo que em troca de um severo controle, muitos indígenas se submetiam a tal tratamento.

Nesta comunhão entre indígenas e jesuítas, certos alimentos detinham aspectos sociais intrínsecos, como o trigo e derivados, que tinham a finalidade de produzir hóstias, mas, além disso, serviam para a produção do pão que alimentava os jesuítas, visto que tinham limitações de consumo de alimentos indígenas, como o feijão e milho. Feijão e milho, eram evitados, inicialmente, pelos jesuítas, pois consideravam que os alimentos levavam os padres a desenvolverem enfermidades. Desta forma, o aspecto social alimentício divide os jesuítas dos indígenas, sendo que os jesuítas se alimentavam daquilo que era considerado puro, sadio e benéfico, enquanto os indígenas alimentavam-se de alimentos considerados insalubres.

Nos casos de caças e pescas os jesuítas realizavam a divisão dos alimentos, mas sabe-se que grande parte da alimentação que era repassada para os indígenas era conjunta, buscando a comunhão com a comunidade que se formava. Outro aspecto relevante era a percepção dos elementos da natureza como parte de um todo, especialmente o povo guarani, que buscava o respeito e harmonia com a natureza, tornando-se uma questão de simbólica.

*Ambien estan aqui junto los Guananas, nacion muy estendida segun dizen estos Yndios, que an traido con ellos continuas guerras en cuya conversion, concluida la nacion Guarani, podra tener no pequeno empleo la Comp.a Anse baptizado 400 y tantos ninos y algunos enfermos adultos y para que cobren estima dei S.to bautismo a obrado nro S.or algunas maravillas por su médio, tal fue la que sucedió a una buena Yndia que todos los dias acudia a la doctrina con deseo de ser Xpiana, la qual aviendo quedado como muerta de un parto trabajoso que tubo, fue su marido avisar dello a media noche y aunque el afirmaba que estaba muerta con todo esso el P.c fue alia (MCA, 1969, p. 92).*

Além disso, fica claro a relevância da nação guarani nas reduções. Nesta passagem, foram batizadas 400 crianças e alguns adultos doentes, para trabalharem “para o senhor” nas reduções, especialmente na produção de alimentos. Mesmo que a Coleção de Angelis não deixe claro durante o texto, os enfoques apresentados mostram o papel fundamental que a produção de alimentos ocupou na história do Tape.

## CONCLUSÃO

Esta dissertação buscou integrar os elementos que compunham a dinâmica dos hábitos alimentares nos “Manuscritos da Coleção de Angelis”, no Tape. Para que tal proposta fosse cumprida foi necessária uma construção teórica acerca da história da alimentação, que propicia um olhar para o desenvolvimento dos hábitos alimentares e como eles estão presentes em cada contexto histórico, especialmente na cozinha brasileira, que se apropria de diversos alimentos que são citados nos manuscritos.

Em relação ao capítulo 1, buscou-se nortear a pesquisa por meio de estudos sobre questões alimentares e os alimentos como protagonistas de diferentes pesquisas, em áreas diversas. Um recorte acerca de como os estudos sobre o tema foram constituídos no Brasil, até o presente o momento. Também houve um esforço para a compreensão da história e chegada dos documentos pertencentes a “Coleção de Angelis”. Primeiramente, por meio de Pedro de Angelis, que se apresentou como um historiador-colecionador e, posteriormente, sobre Jaime Cortesão um historiador-organizador, exilado no Brasil. Esses caminhos foram escolhidos, porque as fontes, por si só, apresentam uma história peculiar e ajudam na construção de percepção acerca de como elas estão apresentadas aos estudantes e pesquisadores atuais.

Ao longo do estudo reforça-se a importância das informações que são transmitidas através dos Manuscritos da Coleção de Angelis, que Jaime Zuzarte Cortesão (1884-1960) e equipe organizaram e alinharam o material para que, de alguma forma, o acesso a essas fontes fossem facilitadas. Dentro dessa dinâmica os relatos giram em torno da conversão dos indígenas a indígenas reduzidos, que é fomentada pela Companhia de Jesus, uma das Ordens Religiosas presentes, durante o período de colonização, tanto nos espaços da Coroa Espanhola quanto nos da Coroa Portuguesa, na América do Sul. Um fator relevante ao abordar esse tema é que fica evidente, apesar das cartas contarem os relatos dos jesuítas acerca das vivências nas reduções e arredores, a forma com que, naquele momento, estava sendo constituída a história da formação nacional, tendo em vista o destaque dado pela equipe aos bandeirantes no título da coleção, suprimindo os indígenas do título da obra.

No segundo capítulo, foi apresentada as nuances da constituição da Companhia de Jesus e as questões da Fé abordada dentro dessa entidade, pois esses preceitos são fortemente atrelados ao modo como os jesuítas interpretam o comportamento dos indígenas, as associações que fazem em relação aos hábitos e crenças dos povos Guarani. Por esse motivo, no decorrer do estudo, apresentam-se os contextos das missões jesuíticas, especialmente da Companhia de Jesus – que foi fundada por Ignácio Loyola para conversão dos indígenas a fé, em um momento

em que a igreja católica começa a perder fiéis devido a miscigenação de diferentes pessoas que trafegavam pela Europa e Ásia, e traziam consigo suas religiões. Diante desse cenário, a consolidação da religião católica na América do Sul era de extrema importância política para a igreja, que recebia apoio estatal para suas ações.

Dessa forma, as reduções se constituíam de pequenos povoados com concentração de índios que eram convertidos à fé da igreja Católica reformada. Conforme estipulado pelo Concílio de Trento (1545-1563), eram elementos presentes a igreja e as moradias dos índios, que eram geralmente feitas de pau-a-pique (QUEVEDO, 2010). O índio que estava inserido em uma redução tinha obrigações de trabalho a cumprir (por volta de 6 horas por dia) e, caso seguisse as regras impostas, ele adquiria proteção ante a *encomienda*, ou qualquer forma de escravidão.

As reduções na região da província do Tape apresentavam características distintas das demais reduções, pois estavam localizadas em um espaço de fronteira entre países e, em diversos momentos, esteve defendendo-se entre conflitos territoriais. Somente em 1609 o governador do Paraguai e do Rio da Prata “proibiu a entrada de espanhóis no Paranapanema, no Guairá, bem como o serviço de índios para o serviço pessoal”, facilitando assim a entrada de jesuítas no Guairá e permitindo a fundação da primeira redução. Em 1610, os jesuítas entraram definitivamente na região e fundaram mais 14 reduções, entre os rios Tibagi e Iguazu (QUEVEDO, 2010).

Cabe ainda salientar que, para os locais onde seriam estabelecidas as reduções, era indicado que tivessem água em abundância para a pescaria, boas terras para o cultivo de alimentos e que estas não fossem alagadiças e nem muito quentes, para não atrair muitos mosquitos, e isentas de outros incômodos, mas que tivessem bom clima, que serviria para manter os povos que compunham as reduções com boa saúde. Tendo em vista que a localização era estabelecida visando a alimentação e subsistência, nos manuscritos as reduções apresentaram a passagem de mais de 180 alimentos que eram produzidos em hortas comunitárias, especialmente pelos indígenas, pois estavam adaptados ao cultivo na região e conheciam as plantas locais, melhor que os jesuítas.

Percebe-se que algumas plantas se destacam na coleção, entre elas é possível perceber o milho, a abóbora, batata doce, aipim e feijão. Por isso as reduções necessitavam de um trabalho disciplinado e organizado para produzir alimentos que às sustentassem, além disso, contavam também com a caça, com a pesca e com a coleta de mel e frutas silvestres, para alimentar as reduções. Mesmo com o empenho dos jesuítas nas reduções, os indígenas, mesmo integrados nas reduções e considerados “indígenas reduzidos”, ainda buscavam manter suas

práticas culturais, dentro da perspectiva reducionista, se apropriando de ciências que os jesuítas condenavam, como a cosmetologia. Outra forma de trazer clareza sobre dúvidas era através dos ensinamentos que eram transmitidos pelos mais velhos aos mais jovens, que passavam a compreender o mundo onde viviam e os significados da cultura Guarani (CRISTO, 2016).

No capítulo 3, foi realizado um esforço para compreender o ambiente das reduções de acordo com o método de análise indicado por Meneses e Carneiro (1997), analisando as reduções em cinco enfoques específicos. De acordo com o enfoque biológico, percebe-se que o Tape era um local adequado, pois fornecia as reduções recursos necessários para a subsistência, como terreno fértil e a proximidade a diversos rios que facilitavam o cultivo e a pesca. Outro elemento relevante era a caça disponível e a coleta de frutas silvestres, que não eram controladas pelas reduções, mas compunham sua dieta.

Um aspecto relevante ao enfoque biológico foi a adaptabilidade, tanto dos indígenas aos alimentos externos quanto dos jesuítas aos alimentos regionais. Alguns exemplos são trazidos nesta análise, como a carne bovina, que foi incluída na dieta dos indígenas, porém não era bem digerida; já os jesuítas, muitas vezes, apresentaram problemas gastrointestinais ao consumirem alimentos indígenas como o milho e o feijão, fazendo-os pensar que os traziam enfermidade para os jesuítas e, durante o período investigado, alguns jesuítas foram orientados a produzir o próprio alimento. Outro exemplo era a produção de trigo, do qual eram feitas as hóstias e a produção de outros alimentos; sua produção inicial mostrou-se inviável e somente com o auxílio e conhecimento dos indígenas foi que a produção em uma escala maior pôde ocorrer.

Percebe-se, assim, que, durante o período analisado, a produção de recursos alimentícios ia guiando o caminho traçado pelos jesuítas e indígenas, nas reduções no Tape, de maneira que os deslocamentos eram guiados de acordo com os recursos disponíveis, em especial os alimentos. Mas, como no caso do trigo, alguns locais eram delimitados em função da possibilidade de produção, o que, além da questão biológica, liga-se a uma questão sociocultural. Passagens da Coleção de Angelis abordam questões biológicas que influenciaram aspectos sociais, como as roças individuais, que se tornaram comunitárias, pois era assim que os indígenas produziam inicialmente.

Alguns trechos mostram que os jesuítas davam o crédito por fatores meteorológicos ao santíssimo. E, ao final da análise dos “Manuscritos da Coleção de Angelis”, percebe-se que a organização cíclica que os índios adotavam, foi dando espaço à tecnologia, à monocultura incentivada pelos jesuítas e, inversamente, os alimentos indígenas que eram vistos como impuros começaram a fazer parte da dieta nas reduções, tornando-se alimentos essenciais nas sementeiras e chácaras.



A análise do enfoque cultural mostrou que, mesmo que os jesuítas precisassem dos alimentos ofertados pelos indígenas, estes alimentos, como o milho e feijão, eram indicados como alimentos insalubres, devido a sua difícil digestão por parte dos colonizadores; de forma inversa a carne bovina não era bem-vista pelos indígenas, pois ela causava a eles problemas gastrointestinais. Porém, com o passar dos anos, tanto jesuítas quanto indígenas foram se adequando com a miscigenação da dieta e incorporando os alimentos a suas dietas, mostrando que os hábitos alimentares absorvem novas fontes de alimento, em decorrência dos desafios enfrentados. Essa característica é perceptível no Tape, durante o período investigado.

Com relação ao enfoque econômico, percebe-se que ele transpassa em diversos momentos os Manuscritos da Coleção de Angelis, iniciando pela estrutura de trabalho, onde cada integrante das reduções tinha uma cota de trabalho que precisava ser desenvolvida para que se adquirisse alimento e outros recursos dos jesuítas. Além disso, no período, ocorreu uma revolução agrícola, fomentada pelo conhecimento indígena, que propiciou aumentar a produção de diversos alimentos, como a mandioca, cará, inhame, milho jerimum, amendoim, mamão, entre outros.

A economia se estabelecendo, produtos secundários também eram confeccionados, como drogas, medicamentos, utensílios e produtos de higiene. Em alguns trechos é possível verificar que, em certo ponto, já ocorriam trocas comerciais com os povos charruas e minuanos, que realizavam a comercialização através de troca de bovinos e cavalos, por erva-mate, mostrando sinais de uma economia. Em certo momento, os índios reduzidos não sofriam de falta de alimentos, roupas e até bebidas, até que as demandas comerciais dos jesuítas impactaram nos negócios dos colonizadores da época, que iniciaram um conflito por mercado, dando início às *Vaquerías*.

Já o enfoque filosófico observou duas linhas: a primeira é mais geral e aborda questões relacionadas ao prazer da não necessidade na alimentação, assim como preconceitos contra a dimensão corporal do homem. Com relação a essa linha, o Tomo III não apresenta elementos claros para compor a análise, porém, em alguns trechos, percebe-se que os jesuítas consideravam o ato de se alimentar e propiciar alimento aos indígenas nas reduções um ato divino, mostrando o prazer em compartilhar o alimento.

Já, sob a segunda forma do enfoque filosófico, que leva em consideração as questões éticas na alimentação, também não estava indicado claramente, mas consideramos que os relatos sobre consumo de carne humana compõem esse enfoque, à medida em que geravam reprovação, por parte dos padres, questionando a ética dos indígenas que praticavam o ato, indicando que estavam possuídos por demônios. Lembrando, ainda, que essa narrativa poderia

ser uma forma de construção do “outro”, como “inferior”, para justificar medidas e decisões em relações às práticas adotadas pelos indígenas e “condenar” a vivência indígena fora das reduções.

O último enfoque analisado é o enfoque social que analisou a rede de inter-relações que são originadas na alimentação. Na dissertação estudamos as trocas entre a Europa o Tape, assim como as condições e dificuldades que envolviam os alimentos. A análise mostrou que os alimentos foram por diversas vezes o vínculo que unia indígenas e jesuítas, fosse quando os indígenas ingressavam nas reduções, ou quando os jesuítas solicitavam alimentos; e essas trocas possibilitaram o desenvolvimento das reduções, assim como o desenvolvimento de uma sociedade que evoluiu a partir dessa relação.

Mesmo que em determinados momentos surgissem signos dessa relação – como o trigo e a carne bovina, que eram alimentos escassos, mas conhecidos dos jesuítas, ou alimentos indígenas, como o feijão e milho, considerados insalubres –, com o desenvolvimento social que ocorreu nas reduções, esses alimentos foram adaptados para melhor servir a proposta de sociedade implantada nas reduções. Tendo em vista todos os elementos apresentados nesta dissertação, acredita-se que fica claro como o alimento perpassa o aspecto isoladamente físico e assume um papel central na história das reduções no Tape, tornando-se condutor de sentidos, status e mentalidades.

Levando em consideração que as reduções Jesuítico-Guarani proporcionam diferentes formas de olhares e interpretações como supracitados, esse estudo quis apresentar uma análise, a partir da história, atrelada a outras disciplinas, como a gastronomia e a antropologia, por exemplo, tendo em vista que essa temática é transdisciplinar. Em tempos de construção de novas lentes e de formas de percebermos objetos de estudos, é preciso fomentar estudos que permitam a construção de chaves interpretativas para um tema, nesse caso foram os alimentos nas reduções jesuítico-Guarani no Tape.

Por fim, estudos como o apresentado nessa dissertação poderiam ser ampliados dentro dos “Manuscritos da Coleção de Angelis”, na região do Itatim, do Guairá e/ou do Uruguai, utilizando as fontes organizadas por Cortesão e as disponíveis em bibliotecas diversas. Ou, ainda, abordando a temática particular de uma redução, podendo ser quaisquer um dos trinta povoados relatados.

## REFERÊNCIAS

- ANHEZINI, Karina. Um metódico à brasileira: a escrita da história de Afonso Tauany. **Revista de História**, São Paulo, v. 160, p. 221-260, jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i160p221-260>. Acesso em: 01 out. 2020.
- BAPTISTA, Jean. A fome nos povoados missionais: dinâmicas históricas em meio ao debate sobre a subsistência entre jesuítas e indígenas. **Biblos**, v. 22, n. 2, p. 27-38, Rio Grande, 2008. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/959>. Acesso em: 01 out. 2020.
- BAPTISTA, Jean. **Fomes, pestes e guerras: dinâmicas dos povoados missionais em tempos de crise (1610-1750)**. 2007. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3791>. Acesso em: 01 set. 2020.
- BAPTISTA, Jean. **O Eterno [livro eletrônico]: crenças e práticas missionais**. 2. ed. Brasília: Ibram, 2015. Disponível em: [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/Dossie\\_missoes\\_Eterno-vol2.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/Dossie_missoes_Eterno-vol2.pdf). Acesso em: 31 ago. 2020.
- BASSO, Rafaela. O lugar da alimentação nos estudos históricos da escola dos Annales. **História Helikon**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 50-63, semestral, 2015.
- BELTZ, LEILACIR. **Roças Indígenas no Estado de Mato Grosso: Educação Ambiental e Sustentabilidade entre os Estudantes da Faculdade Indígena Intercultural**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade do Estado do Mato Grosso, Cáceres, 2012.
- BERTO, Carla. Milagre, retórica e conflitos políticos. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 1 - 16. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300918256\\_ARQUIVO\\_Anpuh2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300918256_ARQUIVO_Anpuh2011.pdf). Acesso em: 02 out. 2019.
- BETTENCOURT, Angela Monteiro; BARBER, Elsa. Biblioteca virtual Pedro de Angelis: padrones de interoperabilidad en el acceso y preservación del patrimonio cultural en américa latina. In: IFLA: 75 CONGRESO MUNDIAL DE BIBLIOTECAS E INFORMACIÓN, 75., 2009. **Anais**. Milan: IFLA, 2009. p. 1-13. Disponível em: <https://www.ifla.org/past-wlic/2009/98-monteira-es.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.
- BRILLAT-SAVARIN, Jean Anthelme. **The Physiology of Taste: Or Meditations on Transcendental Gastronomy**, trans. MFK Fisher, New York, Everyman's Library, 1825.
- BRUXEL, Arnaldo. **Os Trinta Povos Guaranis**. 2ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1987.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Editora da USP, 2013.
- CARBONELL DE MASY, R. La Génesis de las vaquerías de los pueblos Tapes y Guaraníes de la Banda Oriental del Uruguay a la luz de documentación inédita, apenas conocida. **Pesquisas, História**. n. 27, p. 13-48. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisa, 1989.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e história: significações sociais na história da alimentação. **História: Questões & Debates**. v. 42, n. 42, p.71-80, Curitiba, mar. 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/4640/3800>. Acesso em: 06 jun. 2019.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global, 2011.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CORTESÃO, Jaime. **Manuscritos da Coleção de Angelis**. Tomo I. Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (159-1640). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

CORTESÃO, Jaime. **Manuscritos da Coleção de Angelis**. Tomo II. Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1670). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952.

CORTESÃO, Jaime. **Manuscritos da Coleção de Angelis**. Tomo III. Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

CORTESÃO, Jaime. **Manuscritos da Coleção de Angelis**. Tomo V. Tratado de Madri: Antecedentes – Colônia de Sacramento (1669-1749). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954.

CORTESÃO, Jaime. **Manuscritos da Coleção de Angelis**. Tomo VI. Tratado de Madri: Antecedentes – Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai (1703-1751). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955.

CORTESÃO, Jaime. **Manuscritos da Coleção de Angelis**. Tomo VII. Do Tratado de Madri a Conquista dos Sete Povos (1750-1802). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

CRISTO, Tuani de. **História ambiental envolvendo indígenas Guarani e Jesuítas da Província do Tape, Século XVII**. 2018. Dissertação (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento). Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2018. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/handle/10737/2473> Acesso em: 02 out. 2020.

CRISTO, Tuani de. **Historicidade e fronteiras culturais entre Guaranis e Jesuítas do Tape (1626-1638)**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2016. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1368/1/2016TuanideCristo.pdf>. Acesso em: 02 out. 2020.

FERNANDES, Talita; URIBE, Gustavo. **Bolsonaro transfere Secretaria da Cultura para a pasta do Turismo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/bolsonaro-transfere-secretaria-especial-da-cultura-para-a-pasta-de-turismo.shtml>. Acesso em: 07 nov. 2019.

FREIXA, Dolores; CHAVES, Guta. **Gastronomia no Brasil e no Mundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Sobre feitiços e ritos: enfermidade e cura nas reduções jesuítico-guaranis, século XVII. **Topoi**, v.6, n.10, p.71-98, 2005

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Histórico**. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/historico>. Acesso em: 30 set. 2019.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Projeto: Biblioteca Virtual Pedro de Angelis**. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/projetos/angelis/projeto.html>. Acesso em: 09 nov. 2019.

FURLONG, Guillermo. **Misiones y sus Pueblos de Guaraníes**. Buenos Aires: Teorema, 1962.

GONÇALVES, José Reginaldo. A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luis da Câmara Cascudo. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 33, p. 40-55, jun. 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2210>. Acesso em: 26 out. 2019.

HAHN, Noli Bernardo et al. Cultura, religião e gastronomia: reflexões filosófico-antropológicas integrado a gastronomia missioneira. *In*: MARQUETTO, Rut Friedich (Org.). **Gastronomia tradicional: regiões missões e central do RS - Brasil**. Santo Ângelo: 2015. p. 127-147.

INTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **São Borja: rio grande do sul - rs**. Rio Grande do Sul - RS. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/saoborja.pdf>. Acesso em: 02 out. 2020.

LEONZO, Nanci. Jaime Cortesão: um condestável em terras brasileiras. **Revista da Cátedra Jaime Cortesão**, v. 1, n. 1, p. 35-43, São Paulo, 1997.

LEONZO, Nanci. O “mistério” das Bandeiras. *In*: Prelo, Lisboa, n. esp., dez. 1984. *In*: RIBEIRO, David Willian Aparecido. **Cartografia das Relações: as condições da produção intelectual e os percursos da escrita histórica de Jaime Cortesão no Brasil (1940-1957)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MACIEL, Maria Eunice. Olhares antropológicos sobre a alimentação: identidade cultural e alimentação. *In*: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (Org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2005. p. 48-55. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876-03.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2019.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de; CARNEIRO, Henrique. A história da alimentação: balizas historiográficas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 5, p.9-91, dez. 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5349/6879>. Acesso em: 22 set. 2019.

MENEZES, Vitor. Identidade e processos de identificação: um apanhado teórico. **Intratextos**, v. 1, n. 6, p. 68-81, Rio de Janeiro, 2014.

MINTZ, S.W. **Tasting food, testing power.** Excursions into eating, culture and the past. Boston: Beacon Press, 1996.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v.16, n. 47, p. 31-42, 2001.

MINTZ, Sidney W. **Sweetness and power.** The place of sugar in modern history. New York: Viking Press, 1986.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura.** 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2013.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. As reformas religiosas na Europa Moderna: notas para um debate historiográfico. **Varia História**, v. 27, n. 37, p.130-150, Belo Horizonte, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a08.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

NEUMANN, Eduardo. **Letra de índios:** Cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2015.

NOELLI, Francisco Silva. **Sem Tekohá não há tekó:** em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no Delta do Rio Jacuí-RS. 1993. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

NOELLI, Francisco Silva; André Luis Ramos SOARES. "Efeitos da conquista europeia na terminologia e organização social Guarani." **Cadernos de METEP**, v. 8, p. 383-97, 1997.

NOELLI, Francisco Silva. "As palavras para tempos de peste: a linguagem Guarani das doenças epidêmicas no século XVII." In: BRIGHENTI, Clóvis Antônio (Org). **Memórias indígenas da peste:** epidemias e pandemias na América Latina. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 99-158.

NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. **Musas:** Revista Brasileira de Museus e Museologia, v. 4, n. 4, p. 6-10, Rio de Janeiro, Anual. 2009. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Musas4.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

PASCHOAL, Tainá Guimarães. **Descobrimos os "tesouros" do jesuíta João Daniel:** a mandioca e seu projeto para a Amazônia colonial. 2018. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/332074>. Acesso em: 16 out. 2019.

PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O mundo universal:** alimentação e aproximações culturais no Novo Mundo ao longo do século XVI. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30072008-110833/pt-br.php>. Acesso em: 26 out. 2019.

PEIXOTO, Renato Amado. O modelo e o retrato: Jaime Cortesão, a 'História da Formação Territorial do Brasil' e sua articulação com a "História da Cartografia Brasileira". **História da Historiografia**, n. 19, p. 46-65, Ouro Preto, dez. 2015.

PEIXOTO, Renato Amado. Moldando o corpo do Brasil: Jaime Cortesão, Rodrigo Octávio, a representação de Gusmão e o metajogo na região do Prata. **História da Historiografia**, n. 22, p. 59-78, Ouro Preto, dez. 2016.

PEREIRA, Tamiris Maia Gonçalves; MAGALHÃES, Sônia Maria de.; NAZARENO, Elias. Estado do Conhecimento da Alimentação Indígena no Brasil. **História: Questões & Debates**, v. 68, n. 1, p. 368-403, Curitiba, jan-jun. 2020.

PERUZZO, Eduardo Horderle. **Jaime Cortesão: trajetória intelectual e projeto historiográfico (1910 - 1960)**. 2018. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/108>. Acesso em: 30 abr. 2019.

QUEVEDO, Júlio. **A guerra guaraníca**. São Paulo: Ática, 1996.

QUEVEDO, Júlio. **Guerreiros e Jesuítas na Utopia do Prata**. Bauru: EDUSC, 2000.

RABUSKE, Arthur S. J. “A Carta Magna das Reduções Jesuíticas Guaranis.” In: **Estudos Leopoldenses**, v. 14, n. 47, p. 21-39, São Leopoldo, 1978.

RIBEIRO, David Willian Aparecido. **Cartografia das Relações: as condições da produção intelectual e os percursos da escrita histórica de Jaime Cortesão no Brasil (1940-1957)**. 2015. 260 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROGGE, Jairo Henrique. **Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004

SALAMAN, Redcliffe N. **The History and social influence of the potato**. Cambridge: Cambridge University Press, 1949.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. **História: Questões & Debates**, v. 42, n. 42, p.11-31, Curitiba, mar. 2005.

SANTOS, Maria Cristina dos. Lições de Erovocá: estratégicas narrativas do “eu” a partir do “outro”. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 3, p. 1095-1016, Porto Alegre, nov. 2016.

SCHALLENBERGER, E.. Estudos Missionários: temas e abordagens. In: XI Jornadas Internacionais sobre as Missões jesuíticas. Jesuítas e missões: entre novos e velhos mundos. **Anais**. Porto Alegre: PUCRS, 2006. v. 1. p. 08-08.

SCHELL, Deise Cristina. *Bajo los poderosos auspicios de Rosas: Pedro de Angelis e sua “colección” de documentos históricos*. **Dimensões: Revista de História da UFES**, n. 35, p. 84-

109, Espírito Santo, out. 2015. Disponível em:  
<https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/12487>. Acesso em: 10 out. 2020.

SCHELL, Deise Cristina. Colecionando documentos, escrevendo história, imaginando uma nação: pedro de angelis e sua operação historiográfica na *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del río de la plata*". In: ANAIS DO XI ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 11., 2014, Niterói. **Anais**. Niterói: Anphlac, 2014. p. 1-13. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/publication/292893734\\_Colecionando\\_documentos\\_escrevendo\\_historia\\_imaginando\\_uma\\_nacao\\_Pedro\\_de\\_Angelis\\_e\\_sua\\_operacao\\_historiografica](https://www.researchgate.net/publication/292893734_Colecionando_documentos_escrevendo_historia_imaginando_uma_nacao_Pedro_de_Angelis_e_sua_operacao_historiografica). Acesso em: 25 maio 2020.

SCHELL, Deise Cristina. **Entre coleções e arquivos: Pedro de Angelis e a produção de conjuntos documentais (Buenos aires, 1835-1852)**. 2018. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, Juliana Klotz *et al.* Alimentação e cultura como campo científico no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 20, n. 2, p. 413-442, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:  
[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312010000200005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312010000200005). Acesso em: 04 jul. 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em:  
<https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/dicionc3a1rio-de-conceitos-histc3b3ricos.pdf>. Acesso em: 04 out. 2018.

SILVA, Wilton C. L.. CANDAU, Joel. Memoria e Identidad (Título Original “Mémoire e Identité”, Traducción Eduardo Rinesi). Buenos Aires: Ediciones Del Sol, 2008, p. 208. **Revista de Antropologia**, v. 53, n. 1, p. 442-446, São Paulo, jan. 2010. Disponível em:  
<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27356>. Acesso em: 07 out. 2020.

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA. **Biblioteca Digital Pedro de Angelis**. 2013. Disponível em: <http://cultura.gov.br/biblioteca-digital-pedro-de-angelis-487249/>. Acesso em: 30 set. 2020.

VIANNA, Hélio. **Manuscritos da Coleção de Angelis**. Tomo IV. Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai (1611- 1758). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.

VÍCTORA, Ceres Gomes. Entrevista com Sidney Mintz. **Horizontes Antropológicos**, v. 28, p.381-395, Porto Alegre, dez. 2012. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/ha/v18n38/16.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

WELTER, Samuel Cristiano. Caracterização fitogeográfica da região de assentamento das reduções jesuítico-guaranis estabelecidas no atual território do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil (século XVII). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.4, n.8, p.489- 508, 2012.

WILDE, Guillermo. **Religión y poder en las misiones guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009.



WILLIAN, David. Jaime Cortesão e o Brasil: exílio, relações sociais e condições da produção intelectual. In: XVVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013. **Anais**. Natal: Anpuh, 2013. p. 1-14. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371266537\\_ARQUIVO\\_Ribeiro,DavidWilliamAparecido.SNH2013-ANPUH.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371266537_ARQUIVO_Ribeiro,DavidWilliamAparecido.SNH2013-ANPUH.pdf). Acesso em: 25 maio 2020.